

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E
SOCIEDADE- PPGPCS
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

Artesaniar-se: “Um caminho para si” de mulheres acadêmicas do curso de licenciatura educação escolar quilombola através da pesquisa-formação

BRUNA DE SOUZA MEDINA

ORIENTADORA: PROF. DRA. RAQUEL ALVARENGA SENA VENERA

JOINVILLE – SC

2022

BRUNA DE SOUZA MEDINA
ARTESANIAR-SE: “UM CAMINHO PARA SI” DE MULHERES ACADÊMICAS DO
CURSO DE LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA ATRAVÉS DA
PESQUISA-FORMAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. Linha de Pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagens, da Universidade da Região de Joinville (Univille), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da professora Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera.

Joinville – SC

2022

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

M491a Medina, Bruna de Souza
Artesanar-se: "um caminho para si" de mulheres acadêmicas do curso de licenciatura educação escolar quilombola através da pesquisa-formação / Bruna de Souza Medina; orientadora Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera. – Joinville: UNIVILLE, 2022.

150 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)

1. Quilombolas – Joinville (SC). 2. Memória. 3. Identidade social. 4. Negros – Identidade racial. 5. Patrimônio cultural. I. Venera, Raquel Alvarenga Sena. II. Título.

CDD 305.896

Elaborada por Rafaela Ghacham Desiderato – CRB-14/1437

Termo de Aprovação

“Artesanar-se: “Um Caminho para Si” de Mulheres Acadêmicas do Curso de Licenciatura
Educação Escolar Quilombola através da Pesquisa-Formação”

por

Bruna de Souza Medina

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade,
área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma
final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profª. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
Orientadora (UNIVILLE)

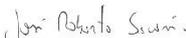


Profª. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:



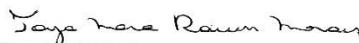
Profª. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. José Roberto Severino
(UFBA)



Profª. Dra. Roberta Barros Meira
(UNIVILLE)



Profª. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes
(UNIVILLE)



Profª. Dra. Sílvia de Souza
(UNIVILLE)

Joinville, 25 de fevereiro de 2022.

Dedicatória

À Kassiane e Vanderleia, coautoras desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Realizar esse percurso durante a pandemia foi intenso, de muitas emoções e incertezas, e cheguei até aqui porque tive também o suporte de pessoas queridas a quem quero agradecer.

Primeiramente ao grupo de pesquisa Subjetividades e (auto)biografias que me apresentou as histórias de vida, e sempre foi um lugar de muito aprendizado, coletivo e acolhedor. No grupo encontrei meu caminho de pesquisa e as experiências que tive ao longo desses cinco anos vão ficar marcadas para sempre em minha vida e na minha trajetória profissional e acadêmica, minha gratidão a todas(os) do grupo!

Agradeço professora Raquel Alvarenga Sena Venera por ter me dado a oportunidade de participar do grupo de pesquisa, e pela parceria que criamos nesses anos. Obrigada pela generosidade, carinho, as palavras que me guiaram nessa jornada e pelo seu jeitinho que consegue conciliar as nossas vontades com a pesquisa. Encontrei além de uma orientadora, uma amiga, parceira de trabalho, minha gratidão a você por tudo!

Meu agradecimento também a minha amiga Eloyse Davet que me apresentou a professora Raquel e o grupo de pesquisa, e que desde a graduação sempre me apoia e me ajuda nos momentos de desespero, obrigada pela generosidade em compartilhar suas experiências acadêmicas na minha caminhada. Obrigada pela amizade, pelo companheirismo, lá se vão sete anos juntas e que venham mais!

Agradeço também minha amiga Angela Peyerl pelas risadas, pela troca de ideias sobre a vida e sobre a pesquisa, nossos devaneios e fofocas também, que ajudaram a distrair em momentos difíceis, obrigada pela sua amizade!

Ao meu amigo e parceiro de mestrado Júlio Cesar Vieira eu não sei o que seria de mim nas aulas remotas sem você. Meu muito obrigada por todas as trocas, acadêmicas, de pesquisa, da vida e de trabalho que tivemos nesse caminho. Um dos presentes desse mestrado é a amizade que construímos, muito obrigada!

A Cibele Piva pela inspiração de mulher, pela força, coragem, pela generosidade e pela alegria que você traz. Eu sempre admirei e ano passado pude ter o prazer de ser sua amiga e parceira de trabalho, não tem palavras para agradecer! Cibele me acolheu em momentos de desespero, quando meu computador quebrou dias antes da qualificação e generosamente me ofereceu sua casa e seu computador

para que eu pudesse qualificar, e pela ajuda agora também na reta final com conselhos e sugestões. Minha eterna gratidão a você e que nossa parceria e amizade floresça cada vez mais!

A minha amiga Bianca Melatto que topou me ensinar violão a distância durante a pandemia e me trouxe momentos de paz em meio a esse caos, não conseguimos concluir as aulas, mas logo voltamos, obrigada pela amizade e pela parceria!

A Ketlyn Cristina por nossa amizade e cumplicidade, mesmo que longe, seguimos firmes e fortes para apoiar uma à outra, obrigada por todo o carinho, e por todos os momentos que compartilhamos!

Agradeço também a minha família, principalmente a meu pai Paulo e minha mãe Lucia que me ajudaram a seguir durante esse percurso, sou eternamente grata a vocês por tudo!

Quero agradecer também a Kassiane e Vanderleia por terem topado embarcar nessa jornada e se jogarem. O momento que passamos juntas foi muito intenso, compartilhamos nossas histórias, criamos um laço de irmãs que jamais irei esquecer, nosso momento de ateliê e vocês estarem gravadas para sempre na minha história, no meu coração, minha imensa gratidão a vocês duas, mulheres empoderadas!

E agradeço também a todos os professores do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade por todo os aprendizados e reflexões que nos proporcionaram, mesmo de forma remota, meu muito obrigada!

Agradeço também aos colegas de turma, mesmo que nós tenhamos nos vistos pessoalmente uma vez, a troca nas aulas foram maravilhosas, obrigada a todas(os)!

Sou muito grata pela experiência que tive durante esses dois anos e mal espero para descobrir o que a vida os caminhos e possibilidades que a vida me reserva daqui para frente!

“agora que percebemos
que somos a nossa própria cura
perdemos o medo de gritar
anos de silenciamento
agora provocam vendavais
ao lado das minhas estou a salvo”

Ryane Leão

Artesaniar-se: “Um caminho para si” de mulheres acadêmicas do curso de licenciatura educação escolar quilombola através da pesquisa-formação

RESUMO

Essa dissertação está vinculada ao grupo de pesquisa “Subjetividades e (auto)biografias” que, nos últimos anos, vem estudando no campo da pesquisa (auto)biográfico e desenvolvendo conhecimentos dialógicos e interdisciplinares sobre as histórias e narrativas de vida no campo do patrimônio cultural. É nesse contexto que a presente pesquisa surge e a partir da implantação do curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola da Univille – possível depois das políticas públicas e da conquista da certificação das comunidades “Beco do Caminho Curto” e “Ribeirão do Cubatão” como remanescente quilombola, em Joinville, norte do estado de Santa Catarina. O objetivo da dissertação é compreender as articulações de memória e identidade nas narrativas (auto)biográficas das acadêmicas por meio das suas reflexões perpassadas através da experiência dos processos formativos. Para tanto, tem como recorte de sujeitos de pesquisa as acadêmicas do curso de Licenciatura Educação Escolar Quilombola da Univille. Busca-se nesta provocar narrativas (auto)biográficas sobre os seus processos formativos e reflexões perpassadas pela experiência de memória e construção de artesanias de si. Trata-se da aposta de que os enunciados serão reveladores de identidades em construção. A pesquisa é inspirada no Ateliê Biográfico – metodologia Pesquisa-Formação proposta por Delory-Momberger (2014); Josso (2010); Abrahão (2016) –, promove um processo coletivo de construção e escuta da narrativa de si e busca propiciar às mulheres envolvidas experiências narrativas de compreensão de si pela reflexividade do seu processo de construção de identidades e de formação, seja formal ou informal. Acredita-se nessa metodologia como um caminho emancipatório e colaborativo onde os sujeitos experimentam um processo de aprendizagem existencial, com destaque para as memórias de momentos disruptivos que modificaram suas vidas e que, no processo de reflexão, compartilhamento e escuta, possam levar a uma consciência de si. Com base nesse método, pretende-se compreender os processos de memória e identidade nos jogos de tempo, entre os passados revisitados, os presentes experimentados e os horizontes de expectativas possíveis dessas acadêmicas. A dissertação atenta para a construção identitária, a possível dualidade entre sentidos essencialistas e não essencialistas da identidade; quais memórias elas mobilizam e como as relacionam com suas identidades. Essas questões balizam a discussão acerca das narrativas de vida como patrimônios comuns da humanidade, ou ainda formas de expressão reveladoras de identidades e como uma possibilidade de visitar os valores atribuídos aos patrimônios e as suas estruturas enquanto campo.

Palavras-chave: patrimônio comum da humanidade; memória; identidade; Pesquisa-formação; mulheres-quilombola.

Handicraft of themselves: “a way to themselves” of women students of the graduation course in Quilombola School Education through the training-research

ABSTRACT

This dissertation is linked to the Research Group Subjectivities and (Auto)Biographies, which has been studying in the last years the field of (auto)biographic research and developing dialogic and interdisciplinary knowledge about stories and life narratives on cultural heritage. In this context and with the implementation of the graduation course in Quilombola School Education of Universidade da Região de Joinville (Univille) – possible because of the public policies and the certification of Beco do Caminho Curto and Ribeirão do Cubatão communities as *quilombola* remainders, in Joinville, north of Santa Catarina state, Brazil –, there is the present investigation. The objective of the dissertation is to comprehend the articulations of memory and identity in the students' (auto)biographic narratives through their reflections about the experiences of formation processes. Therefore, the research subjects are the students of the graduation course in Quilombola School Education of Univille. We try to stimulate (auto)biographic narratives about their formative processes and reflections permeated by the experience of memory and construction of handicrafts of themselves. We bet the assertions will reveal in-built identities. The investigation is inspired in Biographic Atelier, a training-research methodology proposed by Delory-Momberger (2014), Josso (2010) and Abrahão (2016). It promotes a collective process of construction and hearing of the narrative about themselves, and it is an attempt to give the women involved narrative experiences of comprehension about themselves through thinking on their process of construction of identities and formation, formal or informal. We believe this methodology is an emancipatory and collaborative path in which the subjects try a process of existential learning, highlighting the memories of disruptive moments that modified their lives and that, in the process of reflection, sharing and hearing, be able to reach the self-awareness. Based on this methodology, we try to comprehend the processes of memory and identity in time, between revisited pasts, experienced presents, and the horizons of possible expectations of these students. The dissertation analyzes the identity construction, the possible duality between essentialist and non-essentialist senses of identity, which memories they mobilize and how they are related to their identities. These points mark the discussion about the life narratives as common heritages of humanity, or even ways of expression that reveal identities and as a possibility to revisit the values attributed to their heritages and their structures as a field.

Keywords: common heritage of humanity; memory; identity; training-research; quilombola women.

Artesanía de si: “Un camino para si” de mujeres académicas del curso de grado en Educación Escolar Quilombola por medio de la pesquisa-formación

RESUMEN

Esta disertación es ligada al Grupo de Investigación Subjetividades y (auto)biografías, que, en los últimos años, viene estudiando el campo de la pesquisa (auto)biográfica y desarrollando conocimientos dialógicos e interdisciplinarios acerca de las historias y narrativas de vida en el campo del patrimonio cultural. En ese contexto surgió la presente investigación, con la implementación del curso de grado en Educación Escolar Quilombola de la Universidade da Região de Joinville (Univille), que fue posible después de las políticas públicas y de la certificación de las comunidades Beco do Caminho Curto e Ribeirão do Cubatão como remanentes *quilombolas*, in Joinville, norte del estado de Santa Catarina, Brasil. El objetivo de la disertación es comprender las articulaciones de memoria e identidad en las narrativas (auto)biográficas de las académicas por medio de sus reflexiones permeadas por la experiencia de los procesos de formación. Para eso, los sujetos de la investigación son las académicas del curso de grado en Educación Escolar Quilombola de Univille. Intentamos provocar narrativas (auto)biográficas sobre los procesos de formación y reflexiones permeadas por la experiencia de la memoria y construcción de artesanías de si mismas. Apostamos que los enunciados van a revelar las identidades en construcción. La investigación es inspirada en el Atelier Biográfico, metodología de pesquisa-formación propuesta por Delory-Momberger (2014), Josso (2010) y Abrahão (2016). Ella promueve un proceso colectivo de construcción y escucha de la narrativa de si e intenta posibilitar a las mujeres participantes experiencias narrativas de comprensión de si por la reflexividad de su proceso de construcción de identidad y de formación, formal o informal. Creemos que esa metodología sea un camino emancipatorio y de colaboración en que los sujetos experimentan un proceso de aprendizaje existencial, con destaque a las memorias de momentos disruptivos que modificarán sus vidas y que, en el proceso de reflexión, intercambio y escucha, pueden a llevar a una consciencia de si. Con base en esa metodología, pretendemos comprender los procesos de memoria e identidad en el tiempo, entre los pasados revisitados, los presentes experimentados y los horizontes de expectativas posibles de esas estudiantes. La disertación preocupase con la construcción de identidad, la posible dualidad entre sentidos esencialistas y no esencialistas de identidad, qué memorias son movilizadas y cómo ellas se relacionan con sus identidades. Eses puntos direccionan la discusión acerca de las narrativas de vida como patrimonios comunes de la humanidad, o también formas de expresión que revelan identidades y como una posibilidad de visitar los valores dados a los patrimonios y a sus estructuras como campo.

Palabras clave: patrimonio común de la humanidad; memoria; identidad; pesquisa-formación; mujeres quilombola.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mapa municípios com comunidade quilombola em Santa Catarina com processo na FCP e INCRA entre 2004 e 2021.....	50
Imagem 2 - Mapa comunidades quilombolas em Joinville, Araquari e São Francisco do Sul	51
Imagem 3 - Artesania Bruna Mulheres.....	102
Imagem 4 - Artesania Bruna poema.....	103
Imagem 5 - Artesania Vanderleia Colagem Empoderada	104
Imagem 6 - Artesania de Vanderleia Colagem família	106
Imagem 7 - Artesania Vanderleia quadro de letras	107
Imagem 8 - Artesania Vanderleia Texto do quadro	108
Imagem 9 – Artesania Vanderleia Poema	109
Imagem 10 - Artesania Vanderleia desenho	110
Imagem 11 - Artesania Vanderleia Mandala	111
Imagem 12 - Artesania Vanderleia Montagem resistência	112
Imagem 13 - Artesania Vanderleia Montagem Resistência Poema	113
Imagem 14 - Artesania Vanderleia Cinema.....	114
Imagem 15 - Artesania Vanderleia Viva a Liberdade	114
Imagem 16 - Artesania Kassiane eu vim de um lugar	116
Imagem 17 - Obra Rosana Paulino	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - TECER A VIDA: MEMÓRIA E IDENTIDADE NAS NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS	26
1.1 MOVIMENTOS DAS MEMÓRIAS E IDENTIFICAÇÕES.....	26
1.2 PERSPECTIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS: PESQUISA-FORMAÇÃO	34
1.3 NARRATIVAS DE VIDA E ARTESANIAS: A EXPERIÊNCIA DE SI	39
CAPÍTULO 2 – ENTRE VIDAS E PATRIMÔNIO: AS HISTÓRIAS DE VIDA COMO PATRIMÔNIO COMUM	44
2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA CIDADE DE JOINVILLE	44
2.2 A VIDA EM COMUM: NARRATIVAS DE VIDA COMO PATRIMÔNIO	64
CAPÍTULO 3 - CAMINHANDO PARA SI: ENCONTRAR A SI NA EXPERIÊNCIA AUTOFORMATIVA	76
3.1 O ATELIÊ BIOGRÁFICO: A PROPOSTA METODOLÓGICA DA DISSERTAÇÃO	76
3.1.1 Etapas Ateliê Biográfico	78
3.2 O COLETIVO NO ISOLAMENTO SOCIAL: O ATELIÊ NO CONTEXTO DA PANDEMIA.....	79
3.3 AS ACADÊMICAS DE LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: A EXPERIÊNCIA DO ATELIÊ BIOGRÁFICO.....	83
3.3.1 A primeira etapa do ateliê: iniciando a jornada	84
3.3.2 A segunda etapa do ateliê: a educação quilombola como vetor	87
3.3.3 A terceira etapa do ateliê: criando laços	94
3.3.4 A quarta etapa do ateliê: artesanando a vida	101
3.3.5 A quinta etapa do ateliê: empoderando o futuro	116
3.3.6 A sexta etapa do ateliê: a força da experiência coletiva	118
3.4 CONSTRUINDO UMA ARTE DE SI: POTENCIALIDADES DA NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE A – Contrato Biográfico	147
ANEXO A – Autorização de Publicação	150

INTRODUÇÃO

A arte da escuta é fundamental quando se trabalha com histórias de vida, na verdade é importante para a vida, pois escutar “significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro” (FREIRE, 2011). A escuta sempre esteve presente em minha história, diria que sou uma pessoa mais de escutar do que falar. Desde criança gostava de permanecer sentada nas rodas de conversa entre adultos apenas escutando o que eles contavam, em silêncio, tanto que sempre brincavam ironicamente comigo dizendo “nossa, eu não aguento mais escutar ela falar”, e isso não mudou muito. Trata-se de uma característica minha, conheci muitas pessoas ao longo da vida, escutei suas histórias e aprendi com elas. Quando ingressei no curso de licenciatura em História, logo no primeiro ano fui apresentada à professora Raquel que me contava sobre seu projeto com histórias de vida. No segundo ano da graduação, em 2017, ingressei na iniciação científica juntamente a ela, e ainda lembro da primeira entrevista que observei, a entrevistada chamava-se Cynthia, ela estava acompanhada da sua mãe, dona Glória e, enquanto narrava, sua mãe tricotava terços para cada um que estava presente no estúdio, ainda o tenho comigo.

O grupo de pesquisa Subjetividades e (auto)biografias, o qual participo desde aquele período, me proporcionou momentos inesquecíveis e muita aprendizagem, daquelas que nos provocam mudanças profundas, ou como Josso (2010) reflete, me proporcionou uma aprendizagem existencial, pois modifica o sujeito de forma profunda, impacta os seus valores. Hoje percebo que as experiências no grupo me possibilitaram concretizar o que eu já sentia sobre escutar e aprender com a história do outro. Em 2019, o grupo dedicou-se ao estudo do campo (auto)biográfico e algumas de suas metodologias, como a “Oficina Biográfica”, proposta pela autora Delory-Momberger (2014), que afirma que as histórias de vida são um lócus formativo para o sujeito pensar sobre si, visando um projeto de si.

Antes de começar a trabalhar com esse método nas pesquisas, o grupo realizou esta oficina com os próprios membros, com propósito piloto. Participar dessa experiência foi fundamental e transformadora, até então não havia vivenciado momentos em que eu precisasse narrar a mim, falar das minhas experiências pessoais, para além da profissional e da acadêmica. Passar por esse processo me

trouxe uma consciência de mim mesma, pois compreendi através da minha narrativa e da escuta das narrativas dos colegas sobre os percursos que me fizeram chegar até aquele momento e as escolhas que fiz. Entendi de forma experimental e consciente que tudo que se faz na vida tem um caráter biográfico, mas, por vezes, não percebemos que um objeto de pesquisa pode ter relações com nossa trajetória. Além disso, compreendo hoje que o meu fazer docente está ligado as experiências de vida, possibilitando-me um projeto de futuro que considera a vida como um todo. Foi um divisor de águas, um momento de ruptura importante, ou um momento-charneira, como denomina Josso (2010). Ter experimentado o que essa metodologia pode provocar, sua potência, inspirou-me a decidir trabalhá-la nessa dissertação. É preciso destacar que devido à metodologia que será aplicada na pesquisa, em que o pesquisador não é meramente um observador, mas também participa com o grupo, em alguns momentos optamos por empregar a primeira pessoa do plural, pois o trabalho autobiográfico é construído em coautoria com as participantes, a experiência é em conjunto, com a pesquisadora inserida nos processos.

É a partir desse contexto do grupo de pesquisa que o projeto dessa dissertação nasceu, dos estudos realizados acerca do campo (auto)biográfico e suas metodologias, e dos estudos de Michael Foucault sobre subjetividades e cuidado de si e das experiências provocadas em mim. Assim, em confluência com os estudos realizados pelo grupo de pesquisa, existe uma vontade pessoal de estudar as experiências de mulheres, que vem desde a graduação em História, quando tive contato com os estudos feministas, o que despertou em mim o desejo de lutar pelos direitos das mulheres e de estudar a trajetória de mulheres na História. Ainda antes de começar as aulas do mestrado já pensava no projeto de pesquisa de dissertação e a única certeza que tinha era de que a pesquisa teria como centro as mulheres.

Foi a partir do contato com as atividades de extensão desenvolvidas pela Universidade da Região de Joinville (Univille) na comunidade Quilombola Beco do Caminho Curto e do curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola da Univille que nasceram as inquietações para essa pesquisa. Lembro exatamente quando minha orientadora me enviou uma mensagem com essa proposta para pesquisa, eu estava em meu intervalo de trabalho, sentada em uma escada do lado de fora quando li a mensagem e uma emoção tão grande tomou conta de mim que não pude conter as lágrimas, não sou capaz de explicar, contudo era como se eu soubesse que esse seria o melhor caminho a seguir. Caso a proposta desse certo,

além de pesquisar sobre mulheres como eu gostaria, também abordaria temas como formação de professoras, identidades e memórias. Considerei que esse território investigativo que se abria era também importante na minha formação. Como docente recém-formada uniria duas coisas que me movem e isso despertou a vontade de começar imediatamente a pesquisa, de buscar perceber como se dão as práticas dessas mulheres, o envolvimento com o tema étnico no ambiente acadêmico e seu processo de formação.

Desde 2018, a universidade realiza ações sociais como oficina de saúde, auxílio jurídico, direitos humanos, educação, entre outras, através do projeto de extensão “Caminho Curto: Vivências de Ensino, Pesquisa e Extensão na Promoção da cidadania” da Univille.¹ Um dos projetos realizado foi a exposição fotográfica “Crianças do Caminho” realizado pelo professor Roy Schulenburg, em 2019². A exposição primeiramente foi montada na Galeria de Arte do Shopping Garten em Joinville, e posteriormente exposta no *hall* de entrada da biblioteca da universidade. Foi através das fotos das crianças que tive o primeiro contato com a comunidade do Caminho Curto. Os olhares capturados pelo fotógrafo me capturaram primeiro. O segundo contato foi no mesmo ano, na semana da consciência negra, através das intervenções realizadas por acadêmicas da licenciatura quilombola, no *hall* do bloco A da Univille, quando do episódio relatado acima. Por meio dessas atividades conheci um pouco mais sobre a comunidade e descobri que existia um curso de licenciatura quilombola, que é composto quase totalmente por mulheres.

As comunidades quilombolas do município são chamadas de “Beco do Caminho Curto” localizada no distrito Pirabeiraba, e “Ribeirão do Cubatão”, na região nordeste de Joinville. As comunidades foram reconhecidas como remanescentes quilombolas no ano de 2019. De modo geral, pode-se dizer, conforme Rebelatto (2006), que os quilombos eram assentamentos de escravizados, que buscavam uma condição de vida melhor e liberdade. Todavia, comunidades quilombolas nem sempre são frutos de fugas de escravizados, podendo formar se a partir de terras doados por senhores ou pela igreja. O quilombo poderia ser um refúgio temporário ou permanente, nele poderiam se encontrar indígenas, brancos e desertores também.

¹Disponível em: <<https://www.univille.edu.br/imprensa/2018.12/projeto-caminho-curto-mobiliza-acoas/883371>> Acessado em 06 mar. 2020.

²Disponível em: <https://www.univille.edu.br/noticias/2019.5/criancas-do-caminho-a-exposicao-pela--/883791> Acessado em: 02 jun. 2020.

Alguns quilombos chegavam a fazer trocas comerciais com as comunidades próximas. Algumas dessas comunidades quilombolas permaneceram até os dias atuais, como a comunidade “Beco do Caminho Curto” e “Ribeirão do Cubatão”. Vale ressaltar que muitas dessas comunidades ainda buscam pela certificação de remanescente quilombola concedido pela Fundação Cultural Palmares (FCP)³, que auxilia essas comunidades na conquista de certificação do direito à terra, às políticas públicas e acesso aos direitos básicos.

A pesquisa tem como meta construir um corpus teórico metodológico sobre pesquisa-formação, memória, identidade e patrimônio cultural, além de construir um corpus empírico sobre pesquisa-formação com as mulheres envolvidas, e construir uma leitura sobre a compreensão das mulheres acadêmicas da Licenciatura em Educação Escolar Quilombola e como elaboram sobre a experiência formativa universitária. O desenvolvimento das metas dessa pesquisa possibilitará o aprofundamento do vínculo entre as comunidades e a universidade, estreitando e consolidando as relações e o impacto social pretendido: a comunidade “Beco do Caminho Curto” enfrenta problemas como falta de transporte público para que crianças, adolescentes e jovens acessem a educação. Além disso, a comunidade ainda precisa lidar com a falta de saneamento básico e está à espera de instalação elétrica.⁴ Através do certificado quilombola a comunidade, em parceria com a Universidade da Região de Joinville – Univille, pode concorrer ao EDITAL 1009/SED/19⁵ do Governo do Estado para o credenciamento de Instituições de Ensino Superior para o curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola- Habilitação Pedagogia. Dessa maneira, por meio do Edital N° 033/2019/PROEN⁶, a Univille iniciou

³A fundação foi criada a partir da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, vinculada ao Ministério da Cultura, tem como intuito promover, preservar e disseminar a cultura afro-brasileira, formulando e implementando políticas públicas para potencializar a participação da população negra brasileira e políticas culturais para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras como patrimônios nacionais. Assim como compete a fundação a emissão de certidão às comunidades quilombolas, por meio do § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-1988-a-lei-n-7668-cria-a-fundacao-cultural-palmares/>. Acessado em: 05 mar. 2022.

⁴Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/projetos-de-universidades-estao-mudando-a-comunidade-do-beco-curto-em-joinville>> Acessado em: 06 de mar. 2020.

⁵Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/images/Edital%201009.SED.2019%20-%20Resultado.pdf> Acessado em: 19 de mai. 2020.

⁶Disponível em: https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html/downloadDirect/1615877/Edital_033_-_Ingresso_UNIEDU_Lic_Quilombola.pdf Acessado em: 19 de mai. 2020

o curso ainda no segundo semestre de 2019, tendo as 40 vagas ofertadas preenchidas. Pretende-se assim, por meio desta pesquisa, propiciar a estas mulheres em formação acadêmica universitária a experiência de autoformação a partir da reflexividade da sua própria vida, agora também na universidade.

Visando mapear como esse projeto pode contribuir com os estudos acerca de quilombos e entender como são mobilizados nas pesquisas, foi realizada uma investigação no banco de dissertações e teses da capes usando a palavra quilombola como descritor⁷. A partir desta busca inicial, foram encontrados um pouco mais de 1800 trabalhos. A pesquisa foi concentrada nas áreas da antropologia, sociologia, história e educação, e os trabalhos se referem aos últimos dez anos. Decorrente da análise inicial percebe-se que o número de trabalhos que abordam a questões quilombolas ainda é restrito, visto que, de acordo com a Fundação Cultural Palmares, mais de 3100 comunidades já são certificadas como quilombolas. Quando se trata da região sul, em especial Santa Catarina, o número de trabalhos não passa de dez, sendo que não há nenhum sobre Joinville, haja vista que a comunidade “Beco do Caminho Curto” recebeu o certificado em abril de 2019 e a outra comunidade quilombola da cidade, denominada “Ribeirão do Cubatão”, recebeu o certificado em dezembro do mesmo ano⁸. Isto posto, esta será a primeira pesquisa acadêmica de mestrado a abordar quilombolas em Joinville.

O estado de Santa Catarina tem uma grande diversidade étnica, entretanto construiu sua narrativa histórica com enfoque nos imigrantes europeus, minimizando a presença negra, ou mesmo deixando de mencioná-la. Deste modo, fica perceptível, como aponta Ilka Boaventura Leite (1991, p.35) que

Enquanto a identidade brasileira é inclusiva, procura contemplar a diferença étnica, a identidade do sul, se constrói pela negação do negro [...]. Um dos fortes componentes da identidade étnica da região Sul no âmbito da Nação é sua branquidade, a sua europeização.

⁷ A pesquisa foi focada em pesquisas de teses e dissertações da plataforma Capes, portanto os dados aqui apresentados se referem a esse formato de trabalho, salienta-se que pode haver publicações em outros formatos, como livros, capítulos de livros e artigos, que abordem a temática quilombola, incluindo as bibliográficas utilizadas nesta pesquisa. A pesquisa na plataforma de catálogo de teses e dissertações da Capes foi realizada durante o mês de abril de 2020. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acessado em: abr. 2020

⁸ Disponível em: <https://omirantejoinville.com.br/2020/03/05/comunidades-remanescentes-quilombolas-resgatam-historia-negra-em-joinville/> Acessado em: 30 de jun. 2020.

Devido ao fato de os registros dos números de escravizados na região Sul serem menores em comparação ao Sudeste e demais regiões do Brasil, e do tipo de trabalho realizado pelos escravizados, é que se construiu o argumento de que praticamente não havia negros em Santa Catarina, e que o estado foi construído apenas pelos imigrantes europeus, em especial os alemães. Em Joinville esta narrativa é muito evidente e é possível perceber várias tentativas de perpetuar essa retórica em uma incansável busca por uma identidade germânica, assim como também há um forte investimento por parte dos governantes para manter essa narrativa. A história da cidade é contada a partir do episódio da chegada dos imigrantes, em 1851, quando era denominada colônia Dona Francisca. O território da província era o dote de casamento da princesa Francisca Carolina com o francês François Ferdinand Philippe. O príncipe contratou, em 1849, a Companhia Colonizadora de Hamburgo, que foi a responsável por trazer os imigrantes europeus para colonizar a província. Entre os primeiros imigrantes que chegaram à colônia Dona Francisca estavam alemães, noruegueses e suíços, e foi com base nessa imigração que a história da cidade foi construída. Deste modo, assim como Guedes (2007, p.2) aponta em seu estudo sobre “A escravidão em uma colônia de “alemães””, que “as origens de Joinville foram afirmadas sobre o imigrante europeu, procurando-se minimizar a participação daqueles que os antecederam, quer fossem indígenas, brasileiros ou negros”. Devido a isso, a história dos escravizados na cidade foi omitida na narrativa oficial, a fim de que a identidade alemã, dos colonizadores europeus se tornasse preponderante frente as outras várias identidades que também fazem parte da construção da cidade. No entanto, como revela a autora ao analisar a história da cidade a partir de documentos eclesiásticos e outros documentos não produzidos pela administração da colônia, é possível perceber que o número de escravizados era significativo, contudo, estes, assim como os luso-brasileiros, não eram contabilizados no censo oficial da companhia colonizadora.

Todavia, segundo Fernandes, Carelli e Meira (2020), nos últimos anos o movimento negro da cidade, em conjunto com pesquisas mais recentes, trabalha para que a discussão das populações negras de Joinville tenha espaços no debate público. É possível perceber que o movimento pela reavaliação da reescrita da história de Joinville também é uma luta que vem sendo travada por pesquisadores locais, como por exemplo, o historiador Dilney Cunha, que realizou uma pesquisa no Cemitério dos

Imigrantes de Joinville, local dedicado à memória dos imigrantes europeus, e identificou 14 afrodescendentes que foram sepultados no cemitério. O pesquisador acredita que esse número seja maior⁹. No dia 21 de novembro de 2009 foi inaugurado um cenotáfio, simbolizando que, a partir daquele momento, o Cemitério do Imigrante poderia também ser interpretado como um monumento à presença de negros na história da cidade. Pesquisas como essa e como a da historiadora Sirlei de Souza (2019) sobre narrativas dos imigrantes Haitianos na cidade, evidenciam a multiplicidade étnica de Joinville, devido ao fluxo migratório ao longo da história e formação da cidade. Além disso, durante a Semana da Consciência Negra em Joinville ocorre, desde 2010, uma performance que encena, após o cortejo em direção à Praça da Bandeira, a lavagem ritual do Monumento ao Imigrante. O ato simbólico envolve pessoas de religiosidades afro-brasileiras, tais como o candomblé e a umbanda (MACHADO, 2018). Essas pesquisas são importantes para que outras identidades, como a dos afro-brasileiros, sejam representadas e passem a integrar-se efetivamente na história da cidade.

Podemos perceber com essas pesquisas e ações dos movimentos sociais que a identidade é uma construção “[...] tanto simbólica quanto social. A luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais [...]” (SILVA, 2014, p.10). Quando cruzamos a luta pela identidade racial e os dados da identidade de gênero, a desigualdade parece ainda maior. Pode-se dizer que as mulheres negras sentem mais o impactado da negação da identidade, da negação de humanidade, visto que elas enfrentam o racismo e o machismo, inclusive por parte de outras mulheres, todos os dias. O mapa da violência de 2019 do Ipea – Instituto de pesquisa Econômica Aplicada¹⁰, mostra que no período de 2007 a 2017 a taxa de homicídio de mulheres brancas foi de 4,5% enquanto a de mulheres negras teve um aumento de 29,9%. Além disso, o estudo mostra que das mulheres assassinadas em 2017, 66% eram mulheres negras. Enquanto mulheres brancas lutavam por direitos civis, as mulheres negras lutavam e ainda lutam para serem reconhecidas como humanas. Sua

⁹Disponível em: <https://www.geledes.org.br/fundacao-cultural-identifica-14-negros-enterrados-no-cemiterio-dos-imigrantes-e-rende-homenagem-a-eles-na-semana-consciencia-negra-em-joinville/>. Acessado em: 30 jun. 2020

¹⁰ Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acessado em: 06 jul. 2020

existência incomoda, sua voz escancara a desigualdade estrutural, perpassada por questões raciais, de gênero e de sexualidade. Como aponta RIBEIRO (2017, p.87)

[...] mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas justamente por lutarem contra o silêncio imposto. O grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falsa simétrica causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes. Entretanto, mesmo com essas rachaduras, torna-se essencial o prosseguimento do debate estrutural, uma vez que uma coisa não anula a outra, definitivamente.

Considerando esse contexto, a presente dissertação se inspirou no Ateliê Biográfico da metodologia pesquisa-Formação proposta por Delory-Momberger (2014); Josso (2010); Abrahão (2016), que consiste num processo coletivo de construção e escuta da narrativa de si. Essa metodologia investe no poder da escuta e da reflexividade das memórias como ferramentas para o empoderamento e consciência formativa de forma sustentável, prática que está em conformidade com os valores culturais do grupo social quilombola e, ao mesmo tempo, com os valores e ética da comunidade acadêmica científica, e com o respeito à vida das mulheres. Além dessa contribuição social e política, a dissertação possui também uma contribuição acadêmica, tanto no grupo de pesquisa quanto no campo do patrimônio. Acreditamos nas narrativas de memórias e reflexividade dessas mulheres como patrimônio imaterial, que o GP “Subjetividades e (auto)biografias” vem trabalhando na discussão de Patrimônio Cultural e Histórias de Vida.

O campo do patrimônio cultural vem se alargando com o tempo, a Convenção do Patrimônio Cultural e Imaterial em 2003 contribuiu para essas mudanças no campo de seus sentidos. Segundo Venera (2017, p.98) “Patrimônio Cultural é um conceito em movimento e aparece todas as vezes em que a condição social oferece demandas de passados, ou quando existe em pauta a ideia de desaparecimento, de ameaça de uma perda”. Atualmente, muitos grupos reivindicam seu passado, afim de terem no presente sua identidade representada, ou seja, de “diferentes formas ou intensidades, existe um arranjo de tempo e memória, um desejo de herança, de lutar pela afirmação no presente e contra a finitude da vida” (VENERA; SZYMCZAK, 2017, p.22). No entanto, essa vontade de participar do patrimônio não é garantida, visto que se determina o que é ou não patrimônio, o que tem valor ou não, e quem define isso, está

lidando com a exclusão.

Ao lidarmos com a memória do outro, ao escutarmos a história do outro, podemos perceber novas formas de olhar para a história, assim, como a nós mesmos “ao fazer isso, ao mesmo tempo em que expõe sua diferença também compartilha o comum humano com a potência da linguagem e da comunicação” (VENERA, SZYMCZAK, 2017, p.24). Somos seres sociais, vivemos, aprendemos, nos constituímos nas relações com o outro. Entender a realidade do outro, permite a consciência das desigualdades, das diferenças que existem, mas também permite que vejamos esse outro não como melhor ou pior, mas igual em humanidade e vulnerabilidade. De acordo com Venera (2017, p.102), as histórias de vida “são capazes de conectar em redes um conjunto de emoções, práticas que identificam vidas humanas em um mesmo tempo e registram as formas de vida comuns em um tempo”. O bem mais preciso é a vida, sem ela nada tem sentido, olhar a história de vida como patrimônio é uma possibilidade de rever os valores atribuídos e as estruturas do campo.

A pesquisa de dissertação busca destacar esses valores vitais ao propiciar às mulheres envolvidas no curso de licenciatura em Educação Escolar Quilombola, experiências narrativas de compreensão de si pela reflexividade do seu processo de construção de identidades e de formação, seja formal ou informal. Acreditamos nessa metodologia como um caminho emancipatório e colaborativo onde os sujeitos experimentam um processo de aprendizagem existencial, com destaque para as memórias de momentos disruptivos que modificaram suas vidas e que, no processo de reflexão, compartilhamento e escuta, podem levar a uma consciência de si.

A oportunidade de autoformação e conhecimento de si possibilita experiências em nível existencial de forma holística, oferecendo ao sujeito reflexões de si para si, mas também de si para o grupo social e de si com a natureza em articulações humanas mais amplas. Por se tratar de uma metodologia participativa, os resultados dessa pesquisa possuem coautoria da pesquisadora e das mulheres envolvidas. Desta feita os impactos promovidos serão para elas, por elas e com elas, destacando a autonomia dos sujeitos em suas vidas, nos movimentos sociais aos quais participam, assim como na promoção da igualdade de gênero e no exercício da cidadania.

A metodologia pesquisa-formação pode ser usada em diversos segmentos sociais porque visa ampliar um conhecimento de si, que por sua vez gera uma maior autonomia dos sujeitos, do seu propósito de vida, da sua realidade e da sua

comunidade, entendendo a formação no decorrer da vida e não apenas em um momento de qualificação para o trabalho. Essas mulheres terão no interior do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola uma formação inicial para o trabalho, fato que por si já se trata de justiça social. No entanto, a metodologia Pesquisa-formação proporcionará a elas uma nova ferramenta de reflexão e consciência identitária ao longo da carreira docente.

Sendo assim esse projeto de dissertação busca compreender as articulações de memória e identidade nas narrativas (auto)biográficas dessas acadêmicas por meio das suas reflexões perpassadas pela experiência dos processos formativos. A aposta é que, metaforicamente, essa organização reflexiva da formação se faça como uma artesanaria de si, um fazer-se a si mesma. Deste modo, o que norteará o projeto é a problematização de identidade e memória. A pesquisa aposta ainda nas implicações de um trabalhar com identidades que podem mobilizar memórias comunicativas como suporte originário, e nesse sentido, cria-se duas possibilidades: primeiro corre-se o risco de enrijecer e enquadrar a identidade, de forma quase que biológica, e segundo que, ao mesmo tempo, esse processo pode proporcionar visibilidade e políticas públicas para quem o mobiliza. Entende-se que o conceito de identidade a ser discutido no primeiro capítulo é amplo, na dissertação não se discutirá uma identidade em específico, todavia, à medida que se adentra nos capítulos dois e três discorreremos sobre a identidade quilombola e a identidade de mulher negra, respectivamente.

Como já anunciado, a pesquisa aqui apresentada visa trabalhar com acadêmicas do curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola da Univille, a fim de constatar como elas compreendem seus processos identitários. A partir das narrativas de memórias dessas mulheres, existe a compreensão dessa dualidade na construção e definição de suas identidades? É possível que exista uma memória comunicativa que permeia a construção de suas identidades? Quais recursos elas operam para cuidar de si, para artesanariar-se, para se pensarem, para refletirem sobre sua experiência de vida e identidade? Como pensam suas perspectivas de futuro atuando na educação quilombola?

Outro fator que não podemos esquecer é o contexto da pandemia que estamos enfrentando. Em março de 2020 nos deparamos, no Brasil, com a notícia de que o vírus da Covid-19 já estava circulando no país, desde então vivemos, na medida do possível, em isolamento, fazendo uso incessante de máscaras e álcool em gel.

Observamos na passagem do ano de 2020 para 2021 uma segunda onda do coronavírus, que chegou com força. Vale ressaltar que ainda não conseguimos atingir um nível de vacinação que possibilitasse, até o momento da pesquisa de campo, a retomada das atividades com segurança. Salientamos que a pesquisa passou pelo comitê de ética e pesquisa e foi aprovada¹¹.

Nossa vida por completo foi afetada, em meu caso iniciei o mestrado de forma praticamente remota, tive apenas uma aula presencial. Tal situação impacta também a pesquisa, visto que todo nosso planejamento teve de ser adaptado, desde o contato e vínculo com as acadêmicas da Licenciatura em Educação Escolar Quilombola, o planejamento de aplicação do método, e mesmo a busca por fontes, já que não pude, ao longo de 2020, encontrar-me presencialmente com elas para conhecê-las melhor, assim como o curso e as professoras. Além disso, a metodologia escolhida seria realizada de forma presencial, já havíamos realizado testes no grupo de pesquisa, em 2019, quando comprovado sua potência, agora como fazer em meio à pandemia?

Partimos para novas discussões sobre as possibilidades de realizar o ateliê em outro formato, e realizamos um novo teste da metodologia com uma nova técnica de aplicação, então em abril de 2020, fizemos um novo ateliê piloto com membros do grupo, de forma remota, para verificar a viabilidade. Entre os participantes havia membros que estavam no ateliê presencial de 2019, e novos membros que não conheciam o método e realizaram o ateliê pela primeira vez. Os dados do grupo de pesquisa revelaram que é possível realizar o ateliê de forma remota, mas são necessárias algumas considerações, como por exemplo, o vínculo estabelecido entre os participantes, pois, no caso do teste que realizamos, todos fazíamos parte do mesmo grupo de pesquisa, mesmo que alguns só conhecemos de forma remota, ainda assim temos um vínculo como grupo. E, no caso desta pesquisa de dissertação, conseguir estabelecer algum vínculo com as mulheres tendo contato apenas de forma remota é um grande desafio, pois é fundamental que as participantes do ateliê se sintam confortáveis, em um ambiente seguro para narrar suas histórias.

Os desafios aqui apresentados foram cumpridos e deram um rumo diferente ao proposto inicialmente, mas não inviabilizaram o alcance das metas e a resolução de

¹¹Devido a condições da pandemia foi realizado uma emenda ao projeto enviado ao Comitê de Ética e Pesquisa com a alteração da aplicação do presencial para o remoto, a emenda foi avaliada e aprovada.

problemas e objetivos da pesquisa. Diante disso a pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro “Tecer a vida: memória e identidade nas narrativas (auto)biográficas” realizamos uma discussão teórica sobre os conceitos de memória, identidade, história de vida, artesanaria e como eles se articulam entre si e com o campo (auto)biográfico e a pesquisa-formação. O trabalho biográfico proposto por Josso (2010) e Delory-Momberger (2014) propõe uma reflexividade das memórias narradas que possibilite ao sujeito projetar-se no futuro de modo que sua identidade seja impactada na medida em que ele se dispõe a participar do processo. E a artesanaria surge como uma nova possibilidade de experienciar o momento biográfico, trazendo outras dimensões para a reflexividade como o corpo.

No segundo capítulo “Entre vidas e patrimônio: as histórias de vida como patrimônio comum” discutimos o contexto da cidade de Joinville e as comunidades quilombolas, ampliando as discussões iniciais que já foram apresentadas. A partir disso abordamos as potências das histórias de vida como patrimônio, que se inserem como patrimônio cultural imaterial e vem sendo discutida pelo grupo de pesquisa em dissertações e teses. Para esta pesquisa partimos das histórias de vida, do que a vida tem em comum a todos, para discutirmos sobre o conceito de patrimônio em comum. Uma vez que estamos apostando no comum não podemos realizar diferenciação em relação a qual história teria mais valor, para isso contrapomos o valor excepcional utilizado como um dos critérios para definir os bens culturais. Não obstante, as populações negras e as mulheres da pesquisa têm na sociedade historicamente um lugar de maior vulnerabilidade devido a violência e ao processo de escravização. Precisa-se então considerar no debate do patrimônio comum as estruturas de opressões que atravessam as histórias de vida desses sujeitos.

O terceiro capítulo “Caminhando para si: encontrar a si na experiência autoformativa” foi dedicado ao processo do ateliê biográfico. Apresentamos a metodologia e as mudanças e adaptações que foram necessárias para que o ateliê acontecesse, sendo que cada etapa foi detalhada. Em seguida, passamos para a compreensão das narrativas, considerando que no trabalho com histórias de vida não é possível realizar uma análise, pois não temos como capturar uma vida, o que fica são vestígios da subjetividade do sujeito, e é em cima desses vestígios que trabalhamos, na compreensão da compreensão, ou seja, quando narramos estamos elaborando uma compreensão, interpretação de nós mesmos, o pesquisador (auto)biográfico trabalha interpretando o que o sujeito interpretou de si próprio

(JOSSO, 2010). Aqui articulamos também os conceitos abordados nos capítulos anteriores.

Ao final realizamos algumas considerações sobre todo o percurso realizado na dissertação, os desafios do estudo das histórias de vida num contexto pandêmico, em que foi necessário adaptações no método para poder finalizar a parte empírica da pesquisa, e as possibilidades do estudo das histórias de vida, em suas articulações entre memória e identidade nas narrativas (auto)biográficas com base na experiência do ateliê biográfico, realizado de forma remota, que contribuíram para ampliar o entendimento da metodologia nas suas potencialidades e limites. A pesquisa possibilitou, através das narrativas das mulheres acadêmicas de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola, que abordassemos também as comunidades quilombolas e suas histórias por meio dos processos de certificação e considerações sobre a história da cidade. Além disso, a pesquisa propiciou reflexões sobre as histórias de vida no campo do patrimônio a partir da discussão de patrimônio comum.

CAPÍTULO 1 - TECER A VIDA: MEMÓRIA E IDENTIDADE NAS NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS

Contar sua história é se colocar no mundo, a narrativa possibilita mostrar uma parte, um fragmento das experiências ao longo da vida. E, por vezes, ao narrar descobre-se a própria história. É sobre isso que trata esse capítulo, das tecituras da vida, do que mobilizamos, revelamos, muitas vezes sem perceber, sobre quem somos e sobre os espaços, os territórios sociais que nos encontramos. Na narrativa está presente nossa construção identitária e nossa memória, e é isso, essas construções subjetivas, que o campo (auto)biográfico busca compreender. A perspectiva da pesquisa-formação valoriza a história de vida do sujeito como ponto de formação, a partir de uma interação coletiva de narrar e escutar, que provoca a reflexividade. Ao decorrer desse capítulo discutiremos sobre esses conceitos e as articulações e conexões entre eles.

1.1 MOVIMENTOS DAS MEMÓRIAS E IDENTIFICAÇÕES

A memória é a faculdade humana na qual nossas experiências de vida são organizadas, é por meio dela que nos relacionamos com o tempo: o passado, as demandas do presente e nossas expectativas de futuro. Entre lembranças e esquecimentos, as memórias vão se formando e sendo tecidas. Nossas memórias se referem à nossa experiência de vida individual e coletiva, e é através dela que nos relacionamos com a própria existência temporal. Como o autor Maurice Halbwachs (1990, p.26) afirma “nunca estamos sós”, somos seres sociais, nós construímos no e pelo social através das relações que estabelecemos. Sendo assim, nossa memória individual é composta pelo meio social em que estamos inseridos, os grupos aos quais pertencemos, como família, trabalho e amigos, por exemplo, influenciam em nossa construção e na percepção de nossas memórias. Todavia isto dificilmente é perceptível a nós, e está sempre em construção, e nossas lembranças variam de acordo com o contexto e com o grupo em que interagimos, como Halbwachs (1990, p.51) aponta ao dizer “que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios [...]”.

A afirmação de Halbwachs de que a memória é social e, portanto, coletiva em grande medida, marcou o início do século XX e as produções posteriores. Outra consideração em destaque nos estudos da memória nas ciências humanas e sociais veio de Paul Ricoeur (2007) quando afirmou que a memória está relacionada com a história e o esquecimento, entendendo que esquecer faz parte do processo de memória, por mais assustador que esquecer pareça e que se tente evitar isso, quando selecionamos a narrativa e recordamos algumas de nossas experiências esquecemos outras. Um acontecimento tem inúmeros pontos de vista, porque está ligado ao processo em que cada um rememora e esquece. O trabalho que o autor faz do processo de memória, e as questões levantadas por ele, assim como o estudo de Halbwachs (1990), nos auxiliaram a compreender as memórias que serão operadas pelas mulheres no processo (auto)biográfico, e como a memória delas se relaciona com a sua construção de identidade. Em conjunto, essas duas informações nos ajudam a entender que a narrativa é um tecido de lembranças amarradas em uma coesão e sequência lógica que só existe pela existência de múltiplos esquecimentos.

A memória se torna importante para nossa existência, pois ela “permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações” (BOSI, 2003, p.36). A memória funciona como nossa âncora, pois nos dá o suporte, é através dela que nos sentimos conectados com a vida, com nossas experiências no tempo e onde estão nossas lembranças e nossas prospecções, que são aquelas imagens dos acontecimentos que guardamos e, a partir delas, recordamos o passado. Candau (2011 p.66-67) afirma que na lembrança está presente o futuro do passado, pois ela não é o acontecimento em si, mas outra coisa, uma imagem que age sobre o acontecimento e cuja lógica de tempo é diferente do tempo vivido, é o tempo da lembrança.

Todavia não podemos lembrar tudo, nosso cérebro não suporta, assim, para lembrar é preciso também esquecer. Não obstante o esquecimento assombra, deixar essa âncora é admitir e aceitar a finitude e o esquecimento que vem com ela, pois um sujeito sem memória não existe, ele nada é. Todavia esquecer nem sempre é negativo, ele pode ser um mecanismo de proteção contra memórias traumáticas, fortes demais que não se pode suportar e, ao mesmo tempo, põe em funcionamento a memória narrada. A memória é, portanto, feita de lembranças e esquecimentos. Como sugere Bosi (2003, p.36)

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

A memória está relacionada com o presente, a partir daquele presente em que se evocam as lembranças e as molda de acordo com aquele instante, aquele contexto. Trata-se de um trabalho de experiência no fluxo contínuo do tempo, “a memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 2003, p.53). Esse tempo vivido, ou melhor, o que fica desse vivido é a experiência, pois de acordo com Sarlo (2007, p.39) “O sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito”. A expressão então dessas experiências, dessas memórias se dá pela narrativa, pela linguagem, pois não há sujeito fora do texto para Sarlo (2007), e a própria narrativa é então uma experiência.

Sarlo vai atualizar as reflexões de Benjamin sobre a narrativa, que afirma existir no homem moderno uma perda do saber narrar, essa perda é constatada através da experiência na modernidade pós-primeira guerra. Pois o choque vivido pelos soldados tornava-os incapazes de expor em palavras o que viveram, dando lugar ao silêncio, com os soldados mudos perde-se o relato, e conseqüentemente a experiência, pois ela é necessária para relatar. Em contrapartida, para Sarlo o pós-primeira Guerra marcou a época do testemunho, quando a experiência se transformou em testemunho e passou a ser relatada. Segundo a autora “[...] A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência [...]” (SARLO, 2007, p.24).

Essa narrativa partilhada é comunicada no cotidiano, transmitida entre famílias, e em forma de canções, rituais, narrativas, entre outras, é o que Assmann (2016) chama de memória comunicativa, que está contida na interação social, ela vive na interação da comunidade, portanto, não é institucionalizada, não é formal. Contudo, sua profundidade está limitada ao período de até três gerações. O autor também destaca a memória cultural, por sua vez, esta é institucionalizada, pois “é exteriorizada e armazenada em formas de símbolos” (ASSMANN, 2016, p.118), como por exemplo, as bibliotecas e monumentos. Esses símbolos estão ligados a determinados pontos do passado e são atualizados pela comunidade através de celebrações. A diferença

entre elas, memória comunicativa e memória cultural, está também na dimensão social, enquanto na primeira a participação da comunidade é difusa, na segunda a participação de um grupo sempre é altamente diferenciada.

Ainda segundo Assmann (2016, p.117) “[...] A memória nos capacita a viver em grupos e comunidades e viver em grupos e comunidades nos capacita a construir uma memória”, pois “[...] Memória é conhecimento dotado de um índice de identidade, é conhecimento sobre si [...]” (ASSMANN, 2016, p.122). No momento em que se narra, as memórias são operadas e organizadas, conforme a intenção do narrador de transmitir a representação de si que deseja. A cada narrativa essas memórias serão narradas de uma maneira diferente, pois ela é seletiva e depende do contexto em que se encontra. E é exatamente por isso que ela é experiência, porque se refaz no próprio ato narrativo, e a cada nova narrativa se funda uma temporalidade, se atualiza o presente (SARLO, 2007, p.25).

No caso especial das narrativas de si, é importante salientar que a narrativa de vida não é a vida, mas sim um fragmento dela contado e ordenado, conforme a lógica de quem está narrando naquele exato momento, ela é uma “ilusão biográfica”, como bem advertiu Bourdieu (2006, p.184-185), porque busca-se através na narrativa construir uma imagem unificada de si, “[...] selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência [...]”, numa linearidade temporal, para assim criar-se uma imagem, uma representação satisfatória de si, o que Candau (2011) define como a totalização existencial, quando narramos buscamos dar forma a nós mesmo no tempo e no espaço através da articulação das memórias.

O narrador ao verbalizar oralmente sua memória, revive aquele passado, aquele instante, e ao fazer isto, tem uma nova experiência sobre aquele passado, pois o seu “eu” do presente já não é mais aquele que de fato vivenciou aquela memória, e assim também, sentencia o narrador a pensar sua própria vida, seu devir, dando conta do seu tempo, ao passo que revive sua consciência, filtra o que será e o que não será verbalizado. Na mesma direção dos esquecimentos que fazem funcionar um fluxo narrativo, os silêncios e os não ditos, durante a narrativa, podem dizer muito, às vezes, mais do que o falado. Pollak (1989, p.8) aponta que

[...] as fronteiras desses silêncios e "não ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques

e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.

Pois no ato de narrar o indivíduo revela como percebe a si mesmo e a sua vida, pelo modo como ele ordena as suas experiências e as memórias que aciona. Ele se expõe, e os silêncios e não ditos se tornam sua proteção. Na narrativa o indivíduo decide o que mostrar e o que não mostrar, o que lembrar e o que esquecer. Sendo assim, “As histórias de vida “devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas relatos factuais”. [...] Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p.13).

Essa pesquisa de dissertação considera então que, na narrativa, podemos observar memória e identidade, que por sua vez, estão conectados em um movimento dialético em que uma pode enfraquecer ou fortalecer a outra (CANDAU, 2011, p.78), considerando que “a perda de memória é, portanto, uma perda de identidade” (CANDAU, 2011, p.59). É importante salientar que as identidades são construídas tanto no simbólico quanto no social, e “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelas quais elas são representadas” (WOODWARD, 2014, p.8). As narrativas de memórias são uma das formas simbólicas que as identidades podem ser comunicadas.

A definição da identidade é estabelecida e marcada pela diferença, por aquilo que não é, eu só consigo definir quem sou, através de quem não sou. Identidade e diferença dependem uma da outra. Cabe destacar que o conceito de diferença, trabalhado por Derrida (1930/1991) como *différance* e tradicionalmente traduzido para o português como diferença ou o gesto de diferenciar, quando trazido para o contexto dos arranjos simbólicos da identidade, possui sentido de adiar. Explicando melhor, sempre que um signo está sendo interpretado no jogo social, suas interpretações adiam a possibilidade de sentido pleno ou verdadeiro. Só a possibilidade de interpretar um signo com outro signo, adiando assim um sentido pleno para as coisas. Há então nesse conceito uma impossibilidade da representação e, no caso das identidades, uma implacável ausência de qualquer essência do ser. Entretanto a diferença, como *différance* mesmo, no sentido de diferenciar, também opera em amálgama da identidade.

Nas discussões sobre identidade duas perspectivas estão em tensão, a primeira lhe confere um sentido essencialista e tem como base a ideia de que a identidade é fixa, que é homogênea e que há características compartilhadas por um grupo específico ao longo do tempo que não se altera. A segunda, a qual essa pesquisa aposta, é a não essencialista, e se define pela diferença cultural, analisa as características que são compartilhadas por diferentes grupos e as mudanças que ocorrem ao longo do tempo.

A marcação da diferença acontece tanto no meio simbólico de representações quanto por formas de exclusão social. A representação “inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito” (WOODWARD, 2014, p.17-18). Entendida como processo cultural, essas práticas de significação estabelecem as identidades individuais e coletivas, é por meio delas que os sujeitos dão sentido às suas experiências e podem se posicionar em determinado lugar e, então, falar. Esse processo envolve relações de poder e possibilita, decidir, por exemplo, quem está incluso e quem é excluído. A diferença, social e simbólica, é estabelecida pelo sistema classificatório, que mostra como as relações sociais são organizadas e divididas, essa divisão acontece, pelo menos, em pares, como por exemplo, “nós e eles”. Esses processos de classificação são “sempre feitos a partir do ponto de vista da identidade”, pois “dividir e classificar significa também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados” (SILVA, 2014, p. 82). Cada cultura tem sua forma de significar e classificar o mundo, de modo a acionar uma essencialidade para estabelecer fronteiras e manter uma ordem social, dentro das hierarquias e valores definidos do que e de quem está incluso e excluído.

Essa dissertação considera os fluxos das práticas de significação das identidades e destaca a multiplicidade de sentidos e significados que podem ser observadas em uma cultura que “molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade [...]” (WOODWARD, 2014 p.19). A maneira que nos portamos e nós representamos diverge de acordo com o contexto social em que nos encontramos, assim, na medida em que somos posicionados pelo social a ocupar lugares específicos, também nos posicionamos nesses lugares, de acordo com as intenções pessoais. Essa complexidade, tanto em relação à identidade e a outras

culturas, quanto ao que assumimos diante de determinado campo social, pode gerar conflitos e tensões, que podem ser devido à quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de outra, por exemplo, quando as exigências de uma mãe entram em conflito com suas exigências enquanto profissional, ou quando as expectativas divergem das normas, como por exemplo, quando uma mulher não se enquadra na heterossexualidade, ou não quer casar e ter filhos.

Esses conflitos quando não correspondem à norma e às expectativas culturais podem ser considerados socialmente como desviantes, estranhos, que perturbam a ordem social. Isto ocorre, de acordo com Silva (2014, p.83), porque

Fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual a outra identidade é avaliada e hierarquizada. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.

O que decorre disso é que, ao homogeneizar determinadas identidades, as naturaliza, tornando-as parâmetro de marcação para as demais. Como por exemplo, a supremacia branca, que torna a identidade branca a identidade, e “ser branco” não é considerado então como uma identidade étnica ou racial, mas uma existência universal, inventando todas as demais como particulares ou diferenças. Isso tem um impacto material para as pessoas cujas identidades são marcadas como desviantes, negativas, pois estas marcações negativas podem levar à exclusão social, significar desvantagens e ou desigualdades de acesso às políticas públicas, como a educação, a saúde, moradia, entre outras. A partir disso, as oportunidades não são as mesmas e variam de acordo com a posição social que se ocupa e as representações destas.

Todavia as identidades são contestadas e disputadas, a diversidade de identidades leva a uma luta entre essas para se afirmarem, nesse processo o lugar e o momento em particular que se encontram algumas identidades inferem sobre como elas podem ser vistas como melhores que outras, ou seja, a “emergência dessas diferentes identidades é histórica”, e “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos” (WOODWARD,2014, p.11).

A busca pelo passado, pela origem histórica tem como objetivo afirmar e manter determinadas identidades, assim, como criar e fixar novas. Este processo está ligado e diz respeito ao presente, ao contexto em que essas identidades redescobrem o passado para firmarem positivamente suas existências. Alguns grupos étnicos têm utilizado essas narrativas de memória de ancorar suas origens, como forma de reagir contra sua marginalização e exclusão social, da mesma forma os grupos hegemônicos, também recorrem às histórias de origens para afirmarem suas identidades.

Esse passado, que visa sustentar a identidade a partir de uma suposta origem, possibilita uma espécie de autenticação, que acaba sendo importante para a afirmação política, no caso do reconhecimento de quilombos, por exemplo. A disputa e a contestação das identidades são feitas também no âmbito político, corroborando com o que Candau (2011) sugeriu ao problematizar a memória e identidade nos arranjos políticos. Com os movimentos sociais, emergentes entre a década de 1960, a identidade foi tratada como um fator de mobilização política importante. As políticas tradicionais, aquelas identidades universais do homem, heterossexual, branco, de classe média, cristão, foram questionadas e novos olhares foram dados a partir da perspectiva de gênero, “raça”, etnia e sexo, que evidenciaram a complexidade das divisões sociais e as múltiplas identidades, apontando que a análise destas apenas pelo fator de posição de classe não era suficiente. A política de identidade “tem a ver com o recrutamento de sujeitos por meio do processo de formação de identidades. Esse processo se dá tanto pelo apelo às identidades hegemônicas [...] quanto pela resistência” de movimentos sociais (WOODWARD, 2014, p.37).

A construção de identidade é complexa, está sempre em disputa, ela é cambiante, está em constante movimento e construção, e envolve o embate entre a perspectiva essencialista e a não essencialista da identidade. Compreender a formação de identidade não é simples, contudo, nos evidenciam os jogos de poder e como opera o sistema de representação e significação, e a subjetividade do sujeito quando estes se narram, através do discurso que fazem de si. A identidade é construída no e pelo discurso, como sustenta Hall (2014, p.109), ela é mais o produto da “marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída [...]”.

Esse processo de classificar e a exclusão social de determinadas identidades na sociedade brasileira, pode ser visto ao estudarmos as condições das populações

negras. Se considerarmos as práticas de significação historicamente praticadas no Brasil, o racismo ainda é presente e estrutural, a identidade negra é classificada como negativa, o seu lugar é o da exclusão, e isso tem consequências materiais na vida dessas pessoas. Pode-se afirmar que as mulheres negras sentem mais este impactado da negação da identidade, da negação de uma humanidade, visto que elas enfrentam, além do racismo, o machismo, inclusive por parte de mulheres, todos os dias. Sua existência incomoda, sua voz escancara a desigualdade estrutural, perpassada por questões raciais, de gênero e de sexualidade, e como aponta RIBEIRO (2017, p.87) “[...] O grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falsa simétrica causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes [...]”.

Esses grupos estão reivindicando suas identidades, e algumas vezes buscando no passado, na história, um marcador de suporte, ao mesmo tempo em que dão novos significados às suas identidades, nesse jogo identitário e político, nessa disputa em que as identidades essencialista e não essencialista estão em tensão, podendo ser usadas simultaneamente por um grupo para marcar sua identidade. Nesse processo os indivíduos e os grupos acionam as suas memórias para construir sua narrativa, exteriorizar sua história e definir sua identidade, que é construída através do discurso, da narrativa. Por meio da proposta do campo (auto)biográfico da pesquisa-formação, discutida no próximo item, podemos observar esses processos de memória e identidade nas narrativas e na reflexividade que o sujeito realiza, até o momento em que constrói, a partir disso, uma autoformação.

1.2 PERSPECTIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS: PESQUISA-FORMAÇÃO

A história de vida, no campo da pesquisa como a conhecemos atualmente, começa a aparecer a partir da corrente de sociologia empírica conhecida como Escola de Chicago, entre 1915 e 1935, devido a industrialização da cidade, que na virada do século XIX para o XX era considerada como “o triunfo do capitalismo sem freio e o lugar de surgimento e experimentação de suas técnicas mais avançadas” (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 233), e com muitos imigrantes, sendo os primeiros oriundos da Europa e, posteriormente da Ásia e América Central. Diante dessas condições, a cidade apresentava um contexto urbano problemático. A partir disso os sociólogos se

debruçaram ao estudo do fato social no meio urbano, que acaba por determinar o modo de vida do indivíduo.

A metodologia utilizada na Escola Chicago se dava através da pesquisa de campo, no qual o pesquisador observava e mantinha uma relação direta com seu objeto de estudo. Dessa maneira, os sociólogos inauguram a chamada etnometodologia, que além de abarcar as observações feitas pelo pesquisador, passa a utilizar como coleta de dados os documentos pessoais dos atores da pesquisa, como entrevistas, relatos orais, cartas e autobiografias. Um dos fatores importantes para essa corrente é a compreensão de que para entender a realidade social é preciso tomar como fonte principal o indivíduo e as significações que este dá aos seus comportamentos. Então o indivíduo constrói a realidade social nas suas relações com os outros, ao passo que também é produto dela, e para ter compreensão dessa realidade social é preciso entender como o sujeito enxerga a sua vida, a sua realidade. Sendo assim, os documentos pessoais se tornam um material sociológico importante nesse processo.

A narrativa de vida então, além de um valor heurístico, ganha um valor pedagógico e didático, passando a ser a autobiografia um requisito para os alunos que pretendem ingressar no departamento de sociologia da Universidade de Chicago. Assim, “[...] O recurso propedêutico à narrativa de vida entrava assim num processo que chamamos hoje de autoformativo e visava desenvolver uma atitude e uma competência de compreensão hermenêutica de si mesmo e dos outros.” (DELORY-MOMBERGER, 2014, p.255). No entanto, a abordagem biográfica na Escola de Chicago sofreu consequência do aumento da sociologia quantitativa, que privilegiava os levantamentos por meio de questionários e dados estatísticos. Porém, apesar de a sociologia abandonar os documentos pessoais, as histórias de vida ganharam espaço no campo da antropologia.

Enquanto isso, na França na década de 1970, os acontecimentos do Maio de 1968 levaram ao questionamento da sociologia quantitativa, momento em que os sociólogos franceses redescobriram a “tradição biográfica antropológica através das narrativas etnológicas ou dos trabalhos da Escola de Chicago” cujo “recurso ao testemunho direto dos atores parecia oferecer uma alternativa a uma concepção exclusivamente quantitativa dos fatos sociais e abria os caminhos de um conhecimento mais humano e diferenciado da realidade social” (DELORY-MOMBERGER, 2014, p.273).

A história de vida entra na área de formação, a partir da década de 1970, tendo como principal nome Gaston Pineau, que considerava a história de vida uma das “artes formadoras da existência” (DELORY-MOMBERGER, 2014, p.313). Salienta-se que a história de vida é diferente da narrativa de vida, uma vez que a história abarca a dimensão da vida do sujeito como um todo, enquanto a narrativa é um fragmento dessa história narrada num determinado tempo e espaço. O que trabalharemos na pesquisa é a narrativa de vida construída a partir de um processo coletivo de reflexividade e escuta.

Devido ao contexto da época com inúmeras transformações, como a globalização, foi modificada a forma como os sujeitos se relacionavam em sociedade, de acordo com Maffioletti (2016, p.54)

Uma nova configuração dessa relação passa a definir os modos de vida e os processos de construção de modelos de existência, a partir dos quais o homem traça uma nova biografia de sua existência individual. O fundamento das sociedades tradicionais contava com a presença de instituições fortes, como a família, a escola, os sindicatos, os partidos políticos, as igrejas, etc. no final do sec. XX essa configuração se desagrega. O fenômeno da globalização atinge setores, afetando também o poder agregador dessas instituições, como também força para influir e orientar o comportamento humano.

A sociedade individualista ganha assim espaço e se torna o centro, no qual o indivíduo passa a ser responsável por “fazer sua própria história” (DELORY-MOMBERGER, 2014, p.314). Ela foi inserida inicialmente na formação de adultos, com um princípio de educação popular, visando auxiliar essas pessoas em suas demandas. Um ponto importante na história de vida como formação é a valorização e reconhecimento dos saberes não formais, das experiências de vida e das relações sociais do indivíduo que passa a ser o protagonista da sua própria formação.

Para Delory-Momberger a narrativa de vida “precisa entrar num dispositivo de formação pelo qual o autor da narrativa vai poder tornar-se o ator de sua história, isto é, reapropriar-se do sentido de sua vida” (2014, p.318). Ao trabalhar as narrativas na perspectiva de formação, possibilita que, além do sujeito poder pensar a si mesmo pela sua trajetória de vida, esse ato de pensar e refletir sobre ele mesmo seja já uma formação de si, que lhe permitirá “agir sobre si mesmo e sobre as estruturas sócio-históricas nas quais ele evolui, dando-lhe os meios de inserir sua história no sentido e na finalidade de um projeto” (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 315).

O sujeito está sempre em construção, ele não tem um fim, e está sempre se projetando no futuro. Essa projeção se traduz nos projetos do sujeito, que são revelados na narrativa, na sua história, que por sua vez está sempre a ser feita, é “a emergência desse sujeito, que *intenciona* sua história, que conta a história de vida” (DELORY-MOMBERGER, 2014, p.346). Delory-Momberger nomeia de “momento biográfico” o momento em que o sujeito constrói sua história de vida, e nesse processo reflete sobre si e sobre suas relações, assim como passa a se reconhecer no discurso que constrói de si, e com isso pensa seu projeto, além de estar se formando, pois como explica a autora

[...] O momento biográfico permite a emergência e a construção de um projeto de vida profissional, porque oferece o quadro de socialização a uma operação de reconfiguração de si mesmo e porque estabelece as condições autoformativas de uma apropriação pelo sujeito de seu vir a ser (DELORY-MOMBERGER, 2014, p.342).

Quando o sujeito toma consciência de si a partir da narrativa e da escuta e da partilha, ele experimenta um processo de aprendizagem existencial, com destaque para as memórias de momentos disruptivos que modificaram sua vida, ocasionando o que Josso (2010) nomeia como momento charneira, que é esse momento transformador, um divisor de águas. Ainda para a autora, trabalhar com as histórias de vida numa perspectiva formativa possibilita “[...] *Transformar nossa vida socioculturalmente programada em uma obra inédita a construir*, guiados por um acréscimo de lucidez, tal é o objetivo central de transformação que o trabalho metodológico “história de vida em formação” oferece” (JOSSO, 2010, p.65, Grifos da autora).

Isto posto, a proposta metodológica dessa pesquisa se dará com um ateliê biográfico, que aborda a história de vida na dinâmica de passado, presente e futuro, a fim de que o sujeito pense sobre seu futuro e faça emergir seu projeto de vida, logo a história do sujeito se torna vetor de movimentação para executar um projeto concreto. Esses projetos podem ser esboços, já abandonados ou realizados, de realização pessoal, seja profissional, social, existencial, entre outras. De acordo com a autora Delory-Momberger (2014, p.339-340)

A relação com o passado é implicada numa antecipação e uma projeção do futuro, e a reconstrução desse passado está impregnada

de uma intencionalidade mais ou menos definida. O objetivo da oficina é justamente dar corpo a essa dinâmica intencional, reconstruindo uma história projetiva do sujeito e, a partir dela, fazer surgir projetos submetidos ao critério de factibilidade.

Abrahão (2016) aponta que não há formação sem intenção, pois a formação exige o desejo de quem está nesse processo. Além disso, a reflexividade é importante, pois é preciso que o sujeito reflita sobre sua história, sobre suas experiências para que ele consiga ter consciência de si, e conhecer a si mesmo, o que só acontece quando há reflexão. A experiência formadora é um contar a si mesmo sua própria história (JOSSO, 2010), e toda formação é existencial, ou seja, uma experiência que abala as estruturas e valores de nossa vida, contudo, a sua “incidência nas transformações da nossa subjetividade e das nossas identidades pode ser mais ou menos significativa” (2010, p.48).

Assim, as aprendizagens que o sujeito tem ao longo da sua vida, sejam elas profissionais, familiares, afetivas ou ligadas ao pertencimento se articulam compondo o nosso ser, e assim evidencia a sua subjetividade e a sua construção identitária, pois “A experiência implica a pessoa na sua globalidade de ser psicossomático e sociocultural, isto é, ela comporta sempre as dimensões sensíveis, afetivas e conscienciais” (JOSSO, 2010, p. 49).

Essa experiência de contar a si mesmo o que se passou, de refletir é uma procura de uma simbolização que será negociada com os outros, ao mesmo tempo que interpretamos a nós mesmos, procuramos também um diálogo, uma “[...] co-interpretação da nossa experiência. É nesse movimento dialético que nós formamos como humanos [...]” (JOSSO, 2010, p.54). Nas narrativas estão presentes diferentes territórios, espaços, essa pluralidade é fundamental para que o sujeito construa uma identidade que faça sentido para si, mas que também possua um sentido que possa ser partilhado com outros territórios.

Os relatos evidenciam a identidade do sujeito, assim como o contexto em que este sujeito está inserido e que constitui sua identidade, ou seja, a identidade para si e para os outros, que pode se chamar de existencialidade singular-plural. Esse conceito de acordo com Josso (2010, p.72) “designa, então, uma problemática que acompanha o percurso da vida vivenciada numa tensão permanente entre as transformações impostas pelo coletivo e a evolução dos sonhos, desejos e aspirações individuais”.

Essa relação singular-plural é fundamental no processo do ateliê biográfico para que os sujeitos se formem, pois, a escuta das outras histórias nos impulsiona a reflexividade, como Maffioletti, que menciona que, “Na medida em que somos responsáveis por construir dentro de nós um eu social, nossa inserção no coletivo mais amplo exige a construção reflexiva de nossa existência.” (2016, p. 55). A construção da narrativa então, na metodologia de pesquisa-formação, se faz em coautoria, o coletivo é fundamental, as histórias se conectam. A autoformação, a partir da sua história, é individual, mas ela de fato só ocorre na interação com o outro, na socialização com o outro. A pesquisa-formação possibilita, de acordo com Josso (2010, p.81, grifos da autora), que

As práticas de reflexão sobre si, oferecidas pelos relatos de vida escritos, centrados na formação, apresentam-se assim como laboratórios de compreensão de nossa aprendizagem do ofício de viver um mundo em movimento, não controlado globalmente e, portanto, parcialmente controlável na escala das individualidades, que se faz e se desfaz incessantemente e que coloca em xeque a crença numa “identidade por vir” em proveito de uma existencialidade incessantemente em operação e em construção.

A identidade do sujeito é fluída e está sempre em construção, assim como ele próprio, que encontra na reflexão do seu próprio narrar uma possibilidade de viver em movimento, sem deixar escapar a dimensão do coletivo, do outro que também o constitui. Essas novas possibilidades que o sujeito encontra de ser-no-mundo, podem passar ainda por uma dimensão corporal, uma temporalidade da narrativa que perpassa o corpo e abre novas possibilidades, é o que será discutido a seguir com a articulação do conceito de artesanias na narrativa.

1.3 NARRATIVAS DE VIDA E ARTESANIAS: A EXPERIÊNCIA DE SI

É importante salientar, como já dissemos, que a narrativa de vida não é a vida, mas sim um fragmento dela contado e ordenado conforme a lógica de quem está narrando naquele momento. O ato de narrar revela como o indivíduo compreende a si mesmo e a sua vida, pelo modo como ele ordena as suas experiências, bem como as memórias que este aciona e narra dizem respeito ao presente em que ele está inserido, sendo assim, cada narrativa é única e quer comunicar-se um “si mesmo”. No momento em que se narra, as memórias são operadas e organizadas conforme a

intenção do narrador de transmitir a representação de si. Candau (2011, p.74) aponta que em toda sequência autobiográfica

[...] a recordação de uma trajetória ou de uma história de vida que, ao menos parcialmente, justificaria o destino individual. Além disso, o fato de dotar de coerência sua trajetória de vida satisfaz uma preocupação que podemos qualificar como estética: permite ao narrador transformar a seus próprios olhos a narrativa de si próprio em uma “bela história”, quer dizer, uma vida completa, rica em experiência de toda natureza. Nesse sentido, todo aquele que recorda doméstica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade.

Nesse sentido a narrativa se torna uma possibilidade de criar uma história de si que lhe seja agradável, modelando as memórias para construir um todo que possa transmitir ao outro o que deseja. As questões identitárias se evidenciam nas narrativas de vida e, segundo Josso

[...] permite evidenciar a pluralidade, a fragilidade e a dependência de nossas identidades ao longo da vida. [...] a tomada de consciência de que a questão identitária deve ser concebida como processo permanente de identificação/diferenciação e de definição de si através de identidades evolutivas, como emergências socioculturais visíveis da existencialidade [...] (2010, p.68, grifos da autora).

Em diálogo com os itens trabalhados anteriormente, memória e identidade não são fixas, são fluxos constantes de um sujeito que vive em construção, e que as expressa nas suas narrativas, que revelam o ato de memória que possibilita perceber as estratégias identitárias do sujeito. E o que se narra, o que vem na memória não é o vivido “mas o que fica do vivido” (CANDAU, 2011, p.71), e Bosi lembra que o “[...] autor da narrativa oral coincide existencialmente com o seu sujeito; a duração do relato coincide com o tempo lembrado que assim é intuído por dentro” (BOSI, 2003, p.48).

A cada narrativa essas memórias serão narradas de uma maneira diferente, pois ela é seletiva e depende do contexto em que se está, “[...] a imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação” (CANDAU, 2011, p.77). Esse tempo da narrativa pode também provocar no narrador “um minuto em que ele intui a temporalidade” (BOSI, 2003, p.45). A memória narrada não é apenas simbólica, de acordo com Bosi (2003, p.45) “[...] é também da intuição de um devir, do seu próprio

devir de homem que se vê envelhecendo, enquanto sentimento de um tempo que, simultaneamente, passou a se re-apresentar à consciência e ao coração”.

A temporalidade então pode ser sentida no corpo, e é expressa na linguagem, assim como as emoções estão presentes na narrativa e passam pelo corpo, muitas vezes um gesto, um olhar durante a narrativa diz muito mais que palavras. A autora Josso (2010) aborda as dimensões do ser-no-mundo e apresenta uma série de fatores que compõe esse ser, como o ser físico (vínculo de pertencimento com o ecossistema e o universo); ser sensível (as sensações corporais e os sentidos); ser de afetividade (vínculos construídos, mantidos ou rompidos; apegos; desejos); Ser das emoções (as emoções sentidas fisicamente e psicologicamente); ser de cognição (formas de conexão e de manifestação da existencialidade); ser de ação (corporal; interação social); e ser de imaginação (realidades imaginárias que alimenta a vida interior).

Todas essas formas de ser estão conectados entre si e com o ser de atenção consciente que é central para nosso ser no mundo, segundo Josso (2010, p.75, grifos da autora) a atenção consciente é importante

[...] como presença para si mesmo no aqui e agora tanto em nosso vínculo com o mundo exterior quanto em nossa interioridade psíquica e física. *Estar presente para si mesmo no tempo daquilo que se vive constitui um ganho suplementar não somente para aprender, mas igualmente para guardar algo (um vestígio, uma pista)* [...] O ser de atenção consciente está, assim, no coração de nosso ser no mundo e de nossa capacidade de existir, conectado com nós mesmos e com nosso ambiente humano e natural [...].

É preciso estar presente para conhecer a si, suas potencialidades, para aprender com as nossas narrativas, com nossa história de vida. O “caminhar para si” metáfora que Josso (2010) utiliza para descrever a transformação do que já está socialmente determinado em arte, numa arte de si, numa prática de liberdade de si. Prática que se faz no ato de narrar e refletir, mas a narrativa não precisa necessariamente ser escrita e/ou oral, as autoras Ostetto e Kolb-Bernardes (2015) abordam as dimensões do sensível nas construções autobiográficas, em que múltiplas linguagens e recursos expressivos “[...]potencializam as múltiplas interfaces do conhecimento de si, na relação sentimento-pensamento com e sobre o mundo (interno e externo a cada um), provocando diálogos de inteireza e intensidade vividas [...]” (OSTETTO; KOLB_BERNARDES, 2015, p.171).

Nesse sentido as narrativas produzidas pela arte podem ser utilizadas como uma forma de “[...] mediação para falar de si e de sua visão de mundo [...]” (JOSSO, 2010, p.79). Podemos então, a partir disso, nos conectar com o conceito de artesanaria, que seria “Artesanaria é uma expressão com significado mais amplo do que artesanato. Tem origem espanhola e ainda é pouco utilizada no Brasil” (COSTA, 2019, p.38). A artesanaria não considera apenas a artesanato, o produto do artesão, mas todos os “[...] saberes, ritos e crenças, revelando suas práticas sociais” (COSTA, 2019, p.38). Ou seja, é um processo que vai além da técnica manual, revela a subjetividade do sujeito, corpo e mente estão conectados no processo, assim como os traços culturais a qual o sujeito está inserido, “o artesanaria é um modo de fazer em que as histórias de vida se (entre)cruzam com o presente, dando novos sentidos e significados a existência humana” (COSTA; PILLOTTO; SILVA, 2018, p.375).

Conectamos assim, as dimensões corporais dos vividos no ato de memória, e é o corpo que “[...] permite ser, ocupar espaços, fazer parte do mundo, construir sentidos, aprender, comunicar, dialogar e interagir numa totalidade integrada [...]” (KOLB-BERNARDES; PEREIRA, 2019, p.71). Trazer o corpo para a narrativa possibilita expandir o pensamento, permitindo novas tomadas de consciência e produção de conhecimento de si, pois como Josso (2012, p. 27) afirma

O acesso a esse corpo falante de minha história passada, presente e futura [...] é um caminho de conhecimento de sua história em vir-a-ser totalmente original, complementar àquela do *discurso biográfico reflexivo* sobre minha história de vida em geral e o que foi a história da relação com meu corpo, a história de seu processo de formação, de aprendizagem e de conhecimento

A arte no ateliê biográfico permite trabalhar essas dimensões considerando o corpo como parte da autoformação, Bernardes e Velloso (2015), em sua experiência de ateliê, na qual utilizaram da narrativa escrita, oral e visual-corporal, observaram que os participantes cruzaram percursos entre a espacialidade e a temporalidade, onde as memórias do passado e presente, singular e plural se imbricaram numa narrativa, numa memória que é viva, então “acessar a memória, biografar-se é também encontrar-se com a própria voz e narratividade. É retomar a experiência do corpo, do espaço, dos sentidos, do vivido. É retomar as imagens e significância do que foi desenvolvido ao longo de nossa história” (BERNARDES; VELLOSO, 2015, p.246).

A experiência de artesanaria, traz esse corpo, esse saber-fazer, a construção manual do artesanato, como recurso de linguagem, “e, pela natureza desse fazer, possibilitar a ativação de memórias ou ressignificações, que nos permitam acessar múltiplas identidades e culturas” (COSTA, 2019, p.39). A artesanaria, então, é uma experiência sensível em que as memórias, o conhecimento e os saberes são acionados no exercício “constante do fazer e (re)significar aquilo que já se sabe ao longo da vida” (COSTA; PILLOTTO; SILVA, 2018, p.376). Esperamos que, ao trazer esse conceito e utilizá-lo como uma forma narrativa, possamos possibilitar às mulheres uma conexão, um conhecimento de si que perpassa também pelo seu corpo e pela sua história de vida que também está marcada no corpo. E que esse momento de artesanaria seja uma nova forma de expressão, de poder dizer a si, poder ver “[...] na linguagem metafórica do artista a possibilidade de realizar a conjunção de ato intuitivo e expressão, que o discurso convencional não alcança” (BOSI, 2003, p.47).

Ao abordar o conceito de artesanaria nas narrativas (auto)biográficas estamos ampliando a experiência narrativa considerando que a subjetividade, o saber-fazer, a história de vida perpassa o fazer manual, a dimensão corporal do ser, permitindo, descobrir novas formas de se narrar e de fazer da sua história de vida uma arte de si. A artesanaria demonstra ser um caminho para abordar o corpo narrativo e um fazer manual que conecta essas dimensões numa autoformação que perpassa o ser de forma heurística.

CAPÍTULO 2 – ENTRE VIDAS E PATRIMÔNIO: AS HISTÓRIAS DE VIDA COMO PATRIMÔNIO COMUM

Considerando as articulações de memória e identidade nas narrativas somado ao conceito de artesanania que coloca o corpo na narrativa, apresentados no capítulo anterior, de modo que a história de vida perpassa também uma dimensão corporal, e considerando que essa pesquisa discute narrativas de mulheres negras, acadêmicas da Licenciatura em Educação Escolar Quilombola, isso nos leva a pensar acerca do patrimônio, de como a história de vida pode ser discutida numa perspectiva de patrimônio comum, a partir de uma narrativa que também é corpo, e os símbolos que foram historicamente criados e atrelados a um corpo negro. Nesse capítulo o foco é o patrimônio comum, tendo como referência as narrativas de mulheres nos possibilitam pensar sobre patrimônio, inserindo, em primeiro, o contexto histórico da formação de Joinville e a relação com as populações afrodescendentes e com as comunidades quilombolas recém certificadas.

2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA CIDADE DE JOINVILLE

A região Sul construiu uma identidade que negava o negro de acordo com Leite (1991, p.35), o que evidencia o silenciamento da história da população negra em Santa Catarina. Ainda segundo a autora a imagem que era perpetuada nacionalmente era de um estado branco, de um pedaço da Europa no Brasil. O estado era visto “[...] como o “lócus” de concretização do projeto imigrantista implantado desde meados do século XIX, visando principalmente o “branqueamento” do país” (LEITE, 1991, p.7-8). O contexto da região era de pequenas e médias propriedades voltadas à policultura, cujo sistema escravista não era na mesma intensidade como nas demais regiões do país, entretanto a comparação entre Santa Catarina e o Sudeste era empregada como referência para argumentar que no estado a escravidão era mais branda, diferente do resto do país, e que quase não havia escravizados nesta região. Segundo Leite, (1991, p.16) esses são mitos construídos de que

[...] a escravidão teria aí sido mais branda porque o senhor possuía menor número de escravos e trabalhava lado a lado de seu escravo. A de que no Sul houve menos discriminação racial e se construiu um sistema de posições sociais mais igualitárias porque os negros eram

raros e não ameaçaram os interesses dos brancos. Esses mitos beiram a ingenuidade, o simplismo, mas muitas vezes por trás deles se esconde uma justificativa para o “esquecimento”, para a aceitação da desigualdade, ou para a afirmação da suposta democracia racial.

Com isso a presença negra era minimizada ou inexistente na historiografia, o enfoque era dado aos imigrantes europeus que fundaram colônias no estado e trouxeram o progresso e desenvolvimento. Mesmo Santa Catarina tendo uma grande diversidade étnica, o que sobressai é a narrativa do imigrante europeu, em especial os alemães.

Na cidade de Joinville, situada ao norte do Estado, segundo Souza, Prateat e Vicenzi (2021, p.34)

[...] em sua representação social, midiática e governamental, pouco enfatizou a presença de populações afrodescendentes na composição da história do município, fato esse que culminou para a rejeição e pouca representatividade dessa comunidade no local.

A narrativa de Joinville então evidencia muito bem a imagem de imigração europeia do estado, e percebe-se que há várias tentativas de perpetuar essa retórica em uma busca incansável por uma identidade germânica, que é acrescida pelo forte investimento de governantes e da elite local na manutenção desta narrativa, como aponta o historiador Dilney Cunha (2008, p.109) “Desde o princípio, era do interesse das elites locais destacar em seus discursos a ideia de que a colônia-cidade foi construída pelo trabalho dos imigrantes germânicos, provando assim a sua superioridade em relação aos demais grupos”. Tal discurso fortalece a “idealização da imagem do imigrante europeu, principalmente germânico, como único propulsor da construção da história joinvilense permeou, e ainda permeia, o imaginário popular” (SOUZA; PRATEAT; VICENZI, 2021, p.34-351).

A história da cidade era narrada a partir do episódio de chegada dos imigrantes em 1851, quando era chamada de colônia Dona Francisca. O território da província era o dote de casamento da princesa Francisca Carolina com o francês François Ferdinand Philipe. O príncipe contratou a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que foi a responsável por trazer os imigrantes europeus para colonizar a província. É importante salientar que a colônia Dona Francisca nasceu quando o império estava

extinguindo o tráfico de escravizados e buscando implementar o trabalho livre através do incentivo à imigração europeia,

seguindo essa disposição, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo solicitou ao governo imperial que tomasse medidas para proibir o uso de escravos em Dona Francisca. A intenção explícita dos empresários hamburgueses, longe de combater o sistema escravista e apoiar uma causa humanitária, era isolar a colônia, impedir o contato com os brasileiros e dessa forma manter puro o “caráter alemão” dos colonos. (CUNHA, 2008, p.109).

Todavia, isso não impediu o uso de escravizados pelos colonos, umas das estratégias era o trabalho de escravos de ganhos, escravizados que aprendiam uma profissão e eram alugados pelos seus senhores, no mais, Cunha (2008) relata um caso de denúncia de utilização de mão-de-obra escrava entre os colonos, o caso é da escravizada Felizarda, “africana, falecida em 1880 com 45 anos “pouco ou mais ou menos”, escrava de Gustavo Seiler feitor do engenho de mate de Eduardo Trinks, localizado na estrada da serra (atual Rua Dona Francisca/Rodovia SC-301)” (CUNHA, 2008, p.113). Outro caso trazido pelo autor é de uma nota assinada em 1867 por alguns colonos de nome “Escravos fora” em que denunciam a utilização de escravizados negros e pedem uma providência da subdelegacia quanto ao caso (CUNHA, 2008).

No entanto, sabe-se “que a região onde se estabeleceu a colônia Dona Francisca era habitada desde pelo menos o início do século XIX por várias famílias luso-brasileiras e seus escravos negros” (CUNHA, 2008, p.109). A partir de documentos eclesiásticos e outros documentos não produzidos pela administração na colônia, é possível perceber que o número de escravizados era significativo, contudo, estes assim como os luso-brasileiros não eram contabilizados no censo oficial da companhia colonizadora, como aponta Guedes (2007, p.6). A negação do outro negro, que Leite (1991) menciona, apontado na introdução, se faz presente na história de Joinville com a omissão da participação dos negros na construção da cidade, e como destaca Cunha (2008, p.119)

Apesar da tolerância da sociedade local, o cotidiano dos afros descendentes de Joinville foi marcado pelo preconceito e pela discriminação. Trazendo ainda o estigma da escravidão, não tiveram chance de competir em pé de igualdade com os colonos germânicos, que se tornaram mão-de-obra preferencial. Enquanto, os primeiros

eram geralmente vistos como “atrasados, preguiçosos”, os últimos eram representados como “trabalhadores, disciplinados, promotores da civilização e do progresso”. Dificultou-se assim a inserção dos negros na sociedade local.

De acordo com Leite (1991, p.33) “A legitimidade e a importância dos diferentes grupos étnicos existentes no Sul passou pelo acesso à terra, pelo seu reconhecimento no território, pela sua inclusão no sistema de direitos sociais [...]”. Sendo assim, o reconhecimento de uma comunidade como remanescente quilombola e seu direito ao território são fundamentais para a visibilidade da história das populações negras, para o acesso a políticas públicas e na luta contra a desigualdade social.

Gomes (2018) declara que o termo quilombola foi

utilizado oficialmente na Constituição brasileira desde 1988, o termo “remanescentes das comunidades dos quilombos” foi transformado numa definição abrangente e ao mesmo tempo operacional no sentido do reconhecimento dos direitos sobre a posse da terra e a cidadania. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Garantindo-lhes, assim, o direito a posse das terras ocupadas e herdadas. Entretanto, muitas comunidades têm problemas para acessar esse direito devido à demora e lentidão dos órgãos federais e estaduais no processo de titulação das comunidades remanescentes e de suas terras, Dealdina (2020, p.32) aponta que

segundo estimativas da Conaq e da Terra de Direitos, considerando o ritmo das titulações, o Estado brasileiro levaria mais de seiscentos anos para titular todos os quilombos do Brasil, considerando processos abertos no Incra e os territórios ainda não certificados [...].

Mesmo que a certificação como remanescente quilombola expedida pela FCP não demore para ser emitida, e já garanta acesso a direitos básicos e a políticas públicas, o processo só está completo com a demarcação e a titulação de terras. Essa última etapa é uma das mais importantes para assegurar os direitos das comunidades, porém é a mais demorada e complicada. Por exemplo, Borba (2021) aponta que das 18 comunidades quilombolas certificados em Santa Catarina, apenas uma possui a

titulação de terras, e como já mencionado o acesso a terra é parte importante no reconhecimento dessas comunidades e na garantia dos seus direitos¹², uma vez que

[...] A luta pelo território cumpre um papel central nas reivindicações de direitos dos povos quilombolas, pois do território depende o exercício de diversos direitos fundamentais, como acesso à educação escolar quilombola, livre uso e preservação da sociobiodiversidade, o direito a produção agrícola tradicional e o direito a cultura etc. (COLETIVO DE MULHERES CONAQ, 2020, p.47).

Cada território quilombola tem uma construção histórica diferente, mas de maneira geral, os quilombos eram territórios de escravizados que fugiam da escravidão, nesse espaço eram organizadas fugas em busca da liberdade, mas, p. também um espaço comunitário em que pudessem expressar e viver sua cultura, “[...] formando vilas e microssociedades de fugitivos, que ficaram conhecidas no Brasil como quilombos ou mocambos, palavras de origem africana (bantu). Desde o século XVI há notícias de fugitivos dos engenhos e da formação dessas comunidades”. (SCHWARCZ; GOMES, 2018, n.p.)

Era o quilombo – ou mocambo – um território de comunidade, em que famílias viviam e se sustentavam através da agricultura e criação de animais (SOUZA; PRATEAT; VICENZI, 2021, p.25-26), além de realizarem trocas econômicas com escravizados e com a população livre (GOMES, 2018). O autor Gomes (2018, n.p.) destaca que

os quilombos brasileiros foram sobretudo diversos, tanto espacial como temporalmente. Por isso, propor uma classificação para eles, ou determinar se representavam grandes, médias ou pequenas formas de organização, sempre foi uma tarefa complicada. Existiam quilombos que procuravam constituir comunidades independentes com atividades camponesas integradas à economia local. Havia também os caracterizados pelo protesto reivindicatório dos escravos, os quais se refugiavam nas terras da própria fazenda de seus senhores. Havia ainda pequenos grupos de quilombolas que se dedicavam a assaltos às fazendas próximas. Embora diferentes, os quilombos possuíam significados semelhantes tanto para os quilombolas como para aqueles que permaneciam nas senzalas.

¹² Para mais informações sobre o processo de certificação em Santa Catarina e sobre as comunidades do estado ver BORBA, Fernanda Mara. **O PATRIMÔNIO CULTURAL NO PERCURSO DO RECONHECIMENTO QUILOMBOLA EM SANTA CATARINA**. 2021. 388 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História – Ppgh, Centro de Ciências Humanas e da Educação – Faed, Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc, Florianópolis, 2021.

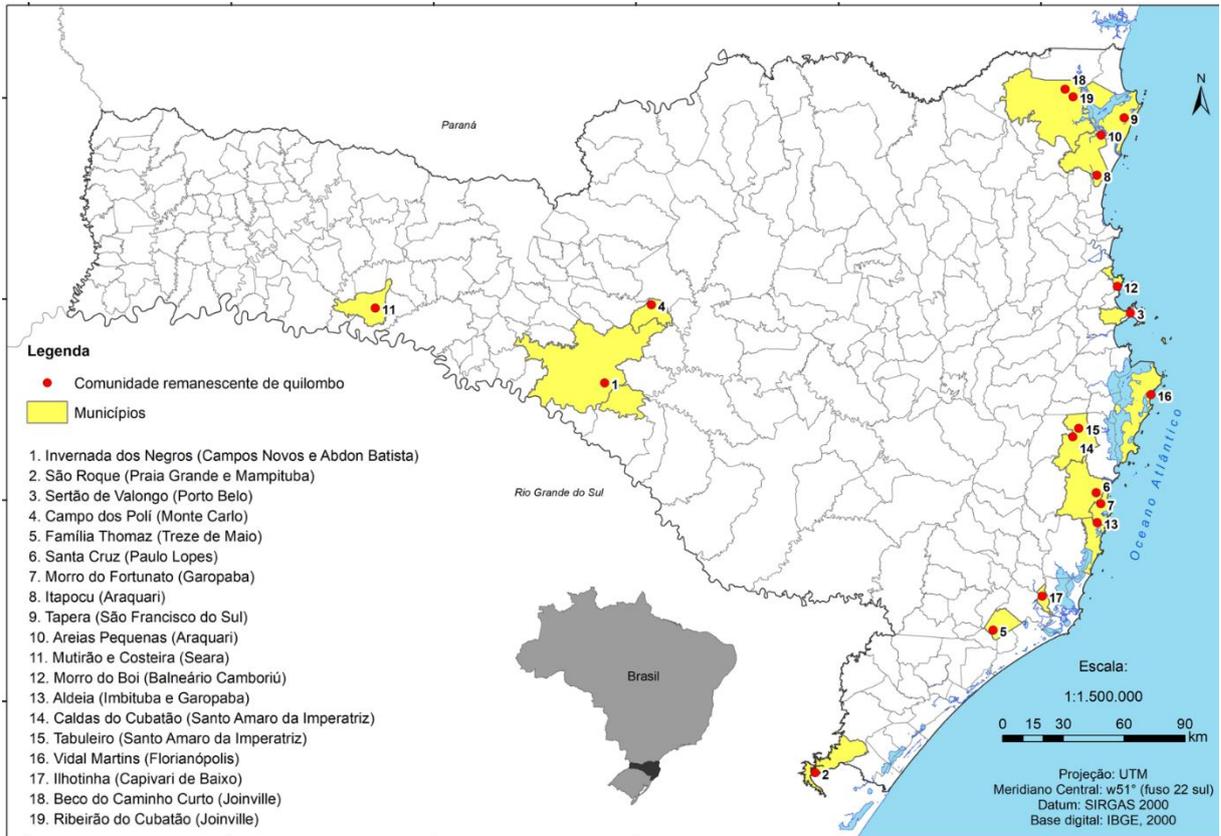
É preciso salientar que “[...] a compreensão histórica destes vai muito além do território geográfico, pois narra uma perspectiva cultural de existência e resistência” (SOUZA; PRATEAT; VICENZI, 2021, p.25). Além disso, é preciso considerar que hoje as comunidades quilombolas se modificam, pois os sujeitos sempre estão em construção, apesar de a cultura e tradições acompanharem o tempo presente. Segundo Furtado, Pedroza e Alves (2014, p.112)

[...] Os quilombos existentes ainda hoje no Brasil configuram-se como tentativas de não absorção da identidade não hegemônica. Assim como no passado colonial, a identidade quilombola se constrói, ainda atualmente, como uma identidade de luta e resistência: antes contra a captura e a escravidão; hoje contra a invisibilidade e a negação da existência desses sujeitos enquanto quilombolas.

Em Santa Catarina as comunidades quilombolas (imagem 1) possuem uma organização social e política diversificada de acordo com o contexto de cada localidade, os quilombos são espaços históricos culturais formados não só pelas revoltas e fugas, mas também se constituíram como lugar de luta e estratégia em busca de autonomia

[...] através de compra de cartas de alforrias ou de pequenas áreas de terra, muitas delas adquiridas por prestação de serviços ou doações através de testamentos deixados por ex-senhores. Esse processo garantiu a liberdade e os meios de sobrevivência de comunidades que se formaram nas franjas ou dentro das terras de antigas fazendas escravocratas. No pós-abolição, esses espaços continuaram a se constituir em lugares de resistência, no campo ou na cidade, comportando várias experiências e saberes herdados e transmitidos, que atravessam o tempo, e compõem os verdadeiros quilombos contemporâneos. Espaços de resistências similares aos quilombos históricos e que encontram eco nas reivindicações por direitos no presente (SANTA CATARINA, 2018, p.23).

Imagem 1 - Mapa municípios com comunidade quilombola em Santa Catarina com processo na FCP e INCRA entre 2004 e 2021

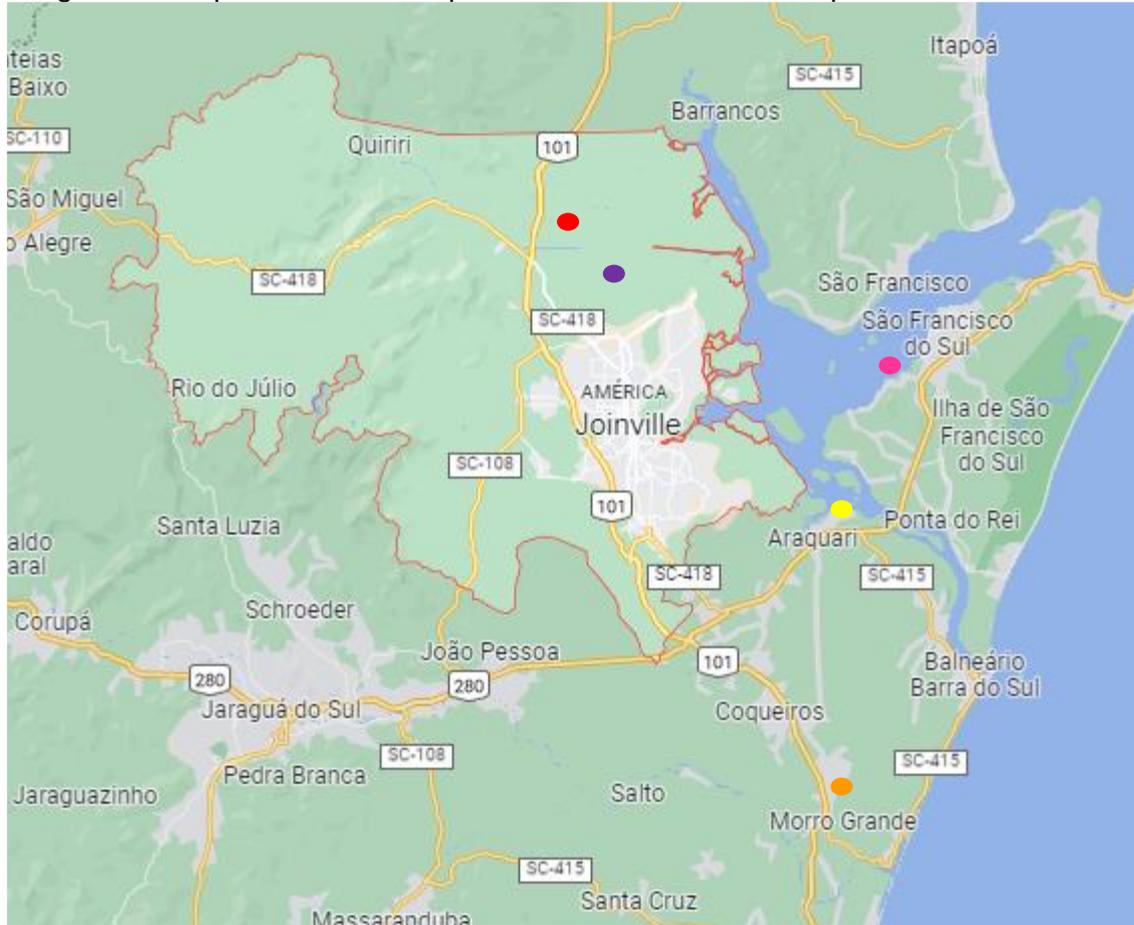


Fonte: Borba (2021)

A certificação de comunidades quilombolas na cidade de Joinville é um grande avanço contra a invisibilidade dos afrodescendentes na história da cidade. Em 2019 duas comunidades receberam a certificação: a comunidade “Beco do Caminho Curto” e a “Ribeirão do Cubatão” (imagem 2). Há também comunidades como essas presentes em cidades próximas a Joinville, como São Francisco do Sul com a comunidade “Tapera” e Araquari com as comunidades “Itapocu” e “Areias Brancas”, ainda não certificadas. É preciso destacar que o acesso à história dessas comunidades ainda é difícil, visto que há poucas pesquisas e bibliografias sobre essas comunidades, uma vez que como já mencionado o apagamento histórico dessa população se deu também na historiografia e em documentos da colônia. Quando elas passam pelo processo de certificação, um dos documentos entregues à Fundação

Cultural Palmares é um relato da história da comunidade, realizado pela própria comunidade. No entanto, esse documento não se encontra disponível publicamente¹³.

Imagem 2 - Mapa comunidades quilombolas em Joinville, Araquari e São Francisco do Sul



Legenda: No município de Joinville a localização aproximada das comunidades quilombolas estão representadas em vermelho a comunidade Beco do caminho Curto e em Roxo a comunidade Ribeirão do Cubatão; no município de Araquari em amarelo a localização da comunidade Areias Pequenas e em laranja a comunidade Itapocu; em São Francisco do Sul a comunidade Tapera em rosa. Fonte: Google Maps (2022, adaptada pela autora).

O documento do processo de certificação da comunidade Beco do Caminho Curto teve entrada no ano de 2013 e a titulação só ocorreu em 2019, o volume do processo conta com o relatório técnico da FCP. No relatório de 2013 consta sobre a história da comunidade o relato de dona Eulália que vem de Garuva com a família e

¹³Foi realizado a busca por esses documentos da certificação das comunidades em diversos órgãos, no Ministério Público Federal e Catarinense, na Defensoria Pública da União e na Fundação Cultural dos Palmares, todos sem sucesso. Foi realizada uma solicitação ao INCRA em outubro de 2021 que encaminhou a solicitação para a Fundação Cultural Palmares que então respondeu e enviou os documentos das certificações das comunidades quilombolas.

dona Cida, que assim como a mãe e a avó nasceu na comunidade. Sua avó faleceu aos 104 anos e era escrava remanescente do Cubatão, a outra comunidade quilombola do município, também certificada. O relatório traz ainda que a comunidade carecia de saneamento básico, pavimentação, casas e esgoto. Na documentação ainda consta, referente ao relatório técnico, a lista de presença e a ata da reunião entre os membros da MPF, INCRA e FCP, que trata da ida à comunidade para realizar a visita técnica, o termo de atuação do processo e o despacho do processo sugerindo o arquivamento do processo da comunidade Beco do Caminho Curto, consta no documento:

Nos termos da Lei Nº 9.784/1999, artigos 52 e 53, sugerimos o arquivamento do processo Nº 01420.011206/2013-18, uma vez que a Comunidade Beco do Caminho Curto, ao se recusar a assinar a Ata de Autoreconhecimento, por vontade própria, renunciou ao direito subjetivo de afirmar-se Comunidade Remanescente de Quilombolas. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019a, p.11).

O processo só torna a ser movimentado em 2019, quando o Defensoria Pública da União de Santa Catarina entra com o ofício nº66/2019 em que solicita a titulação de certificação da comunidade à FCP e no qual envia os seguintes documentos para a realização do processo:

- a) Requerimento, assinado pela liderança da comunidade, no qual haja a solicitação de certificação endereçada ao Presidente da Fundação Cultural Palmares;
- b) Ata de reunião convocada especificamente para a deliberação acerca do pedido de autodefinição. A mesma deve ser aprovada (e assinada) pela maioria dos moradores da comunidade ou da Associação Legalmente Constituída;
- c) Apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (o história da comunidade) [sic], o qual comprove a ancestralidade quilombola a mesma; (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019a, p.12-13).

Em dezembro de 2018 a comunidade se organizou para realizar a reunião, a assinatura da ata e o requerimento para a certificação, assim como um breve relato da história da comunidade que conta que o território, localizado em Pirabeiraba, era propriedade do Príncipe de Joinville, que o vendeu em 1855 ao seu irmão Henri D'Orléans, o duque D'Aumale. Esse era um general do exército francês e um dos

homens mais ricos da França. Ali instalou-se uma usina de cana-de-açúcar, e em 1860 a usina já fabricava açúcar e cachaça.

A respeito da história da Usina de açúcar Corrêa e Meira (2021) apontam que

Em 24 de novembro de 1880, a Gazeta de Joinville destacou que o engenho não contava com braços escravizados. Ou seja, poderia ser tomado como um exemplo de que a civilização tinha “tomado o lugar da barbárie”. No entanto, o jornal não fazia menção aos fornecedores de cana do engenho. Logo, a não utilização do trabalho escravizado ficava restrita à fábrica e não necessariamente alcançava a parte agrícola do engenho. (CORRÊA; MEIRA, 2021, p.6)

A comunidade do Beco do Caminho Curto é formada então, em sua maioria, por afrodescendentes e trabalhadores braçais da antiga usina de açúcar, chamada Usina Bandeirantes, pertencente ao duque D'Aumale.

O relato ainda aponta que a comunidade

[...] localiza-se em retalhos de terras, em meio a propriedades rurais de descendentes de imigrantes alemães, sendo os moradores historicamente excluídos da realidade social da região. Continuam vivendo em condições insalubres, de ordem biológica, psíquica, social e ambiental. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019a, p.18)

A comunidade enfrenta várias dificuldades e não conta com nenhum registro histórico oficial, acerca do relato da história da comunidade apresentado no processo consta que a vinda dos primeiros habitantes negros a ocuparem o território, onde hoje é Joinville, ocorreu em 1658 devido ao paulista Manoel Lourenço de Andrade, que a mando do Rei de Portugal veio para colonizar a região. A partir de então, foi fundado a colônia Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul, naquela época, parte do território que hoje pertence a Joinville fazia parte da colônia de São Francisco, mas em 1851, passou a pertencer a então colônia Dona Francisca, dote de casamento da princesa Dona Francisca, onde mais tarde se instalou a fazenda de cana-de-açúcar e a comunidade Beco do Caminho Curto. A antiga usina, da qual ainda se encontram ruínas na região, quando foi desativada foi designada para assentamento de imigrantes alemães e alguns italianos, “para estes habitantes de etnia negra, fortes vítimas do racismo e do menosprezo pela população de etnia branca, foram doados pequenos pedaços de terra, sem infraestrutura nenhuma, para que pudessem se assentar”. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019a, p.19).

As habitações dependiam dos arranjos familiares dos escravos podendo ser individual, coletiva ou familiar. As construções eram de pau a pique cobertas de palha e abrigavam cerca de dois a cinco escravos, eram moradias simples e sem muita resistência ao tempo. A comunidade Ribeirão do Cubatão se encontra numa região onde era a comunidade Vila de São Francisco do Sul, que hoje é o bairro Cubatão, o território já é ocupado há 100 anos e conta com cerca de 50 moradores e fica localizado numa área rural, em suas proximidades fica um “Centro de Tradições Gaúchas, criação de gados e duas escolas municipais que atendem as crianças da comunidade” (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019b, p.5).

Ainda hoje, as condições da comunidade prejudicam o acesso à educação, muitos não frequentam a escola em idade regular e a região é distante do centro urbano da cidade, o transporte coletivo tem horários escassos, o que impacta também na oferta de empregos e na permanência destes, o que acaba levando essa população a subempregos sem registro em carteira ou obrigando-os a trocar seus serviços por alimentos, alguns recorrem à confecção de vassouras de cipó e venda de aves silvestres e até mesmo à mendicância que “reforça ainda mais o preconceito e a ruptura com redes sociais e de suporte, ou seja, reforça a exclusão sociais desses indivíduos” (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019a, p.19). Ademais, os moradores também enfrentam problemas com a falta de água e luz para todos.

A comunidade vive em sistema parental com cerca de 50 famílias, sendo que 25 destas vivem no local há mais de 50 anos, além disso, possui uma cozinha comunitária e uma associação de moradores. Vale destacar também que devido a um decreto de um determinado vereador, a comunidade faz uso do nome de Vila Leopoldina, mas se reconhece como Beco do Caminho Curto, desde a colonização da cidade (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019a).

Um novo relatório técnico foi realizado em 2019 e validou os documentos apresentados pela comunidade que por despacho nº 0067534/2019/COPAB/DPA/PR encaminha a emissão de certidão de autodefinição em abril de 2019. Nesse mesmo mês, a portaria nº 70, de 08 de abril de 2019 foi publicada com o reconhecimento da certificação da comunidade e a certidão de autodefinição emitida em 10 de maio de 2019.

A comunidade Ribeirão do Cubatão, no seu volume do processo para a certificação, consta o ofício – Nº 3277423/2019 – DPU SC/DRDH SC de 23 de outubro de 2019 expedido pela Defensoria Pública da União em Santa Catarina acerca do

reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola, abordando a importância dessa titulação e enviando em anexo os documentos necessários para o processo. Sobre a sua história o documento traz que o território onde foi estabelecida a colônia Dona Francisca correspondia a uma parte das terras do dote da princesa, cerca de 8 léguas quadradas de um total de 25 léguas quadradas,

outra parte era o Domaine Dona Francisca, que englobava o restante das terras dotais que ainda pertenciam ao príncipe, essas não haviam sido cedidas para a Sociedade Colonizadora. Havia ainda, o Domaine D'Aumale, que pertencia ao Duque Aumale, irmão do príncipe de Joinville, e que ficava em parte do que hoje é Pirabeiraba. E no entorno dessas áreas havia sesmarias, fazendas e sítios pertencentes a famílias brasileiras de origem lusa- algumas bem próximas do centro da nova colônia germânica (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019b, p.5)

No processo também foram anexados além dos documentos solicitados fotos e reportagens de jornal sobre a comunidade, como a participação da comunidade Ribeirão do Cubatão no Caderno de Políticas de Educação Escolar Quilombola de 2018 produzido pelo governo do estado de Santa Catarina em parceria com líderes de diversas comunidades quilombolas.

O relatório técnico validando a documentação foi realizado em outubro de 2019 e no mês seguinte, o despacho nº 0092624/2019/COPAB/CPA/PR para a emissão da certificação foi lançado, a publicação da certificação da comunidade foi realizada através da portaria nº 231, de 27 de dezembro de 2019 e a certidão de autodeclaração como remanescente quilombola concedida em 02 de janeiro de 2020.

As outras duas comunidades, Itapocu e Areias Pequenas, fazem parte do município de Araquari. Segundo Gomes (2007) os primeiros colonizadores a passarem pelo território é da expedição do navegador espanhol Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, em torno de 1540, que denominou a região de

Paranaguá Mirim (ou boca da Barra - “enseada pequena”, em tupi-guarani) e depois de Paraty. Entretanto, os registros escritos da chegada dos primeiros navegadores açorianos datam de 1658, quando os primeiros bandeirantes portugueses fixaram-se na região. (GOMES, 2007, n.p.).

São considerados fundadores da vila Joaquim da Rocha Coutinho e Manuel Vieira. Em 1854 foi elevada à categoria de freguesia e passou a se chamar São

Sebastião de Parati, compondo o território da Vila de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco. Em 1876 a freguesia passa a ser um município denominado Parati (ZERGER, 2014), mas em 1923 perde sua autonomia e volta a compor o território de São Francisco do Sul, alçando a categoria de cidade em 1925. O nome atual da cidade provém do decreto lei nº 941 de 31 de dezembro de 1943, que instituiu o nome Araquari como nome oficial da cidade, que em tupi-guarani significa rio de refúgio dos pássaros (GOVERNO DE ARAQUARI, 2022).

Sobre a população afrobrasileira na cidade, Gomes (2013) aponta a região de Itapocu como um espaço de origem africana desde 1854. onde é realizado “o folguedo Catumbi, considerada a festa mais antiga do país. [...] trazida para localidade pelos ex-escravos Antonio Criolo e Manuel Bangala” (GOMES, 2013, p.5). Ainda sobre a região, Carvalho (2012, p.22) destaca que

Itapocu manteve, até aproximadamente a década de 1960, a tradição de fazer bailes exclusivos para negros, além da tradição de realizar a Festa de Nossa Senhora do Rosário ou, como era conhecida, “Natal dos Negros”. Essas manifestações permitiam que Itapocu se configurasse como um espaço simbólico para a memória das comunidades negras da região, sendo o único que mantém até hoje um grupo que simboliza a ligação com a cultura africana.

É nessa região que se localiza a comunidade remanescente quilombola Itapocu. O processo de certificação foi aberto em 2013, entre os documentos contam o relatório técnico, o pedido da Procuradoria da República para visita da comunidade e de outras comunidades da região, assim como a ata da reunião entre o Ministério Público, o INCRA, a FCP e a Procuradoria de Joinville, onde discutem o processo de realização da visita técnica e os documentos necessários, além de prever a visita nas comunidades Tapera, Itapocu, Beco do Caminho Curto e Areias Pequenas em até 30 dias. A reunião foi realizada em 27 de julho de 2013. A ata da reunião ainda discute a situação dos RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) que é expedido pelo INCRA, que é

o resultado dos trabalhos realizados para identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto pelas seguintes peças: relatório antropológico; planta e memorial descritivo

do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área; cadastramento das famílias quilombolas; levantamento fundiário com levantamento de documentos e de dados dos imóveis inseridos no perímetro do território quilombola reivindicado, assim como de seus proprietários ou posseiros; relatório agroambiental do território proposto, com o levantamento de suas características e possibilidades; detalhamento da situação fundiária e de sobreposição de outros interesses estatais no território pleiteado; pareceres conclusivos das áreas técnica e jurídica. (INCRA, S.d.)

Após a realização do RTID passa-se para a etapa de

emissão de portaria de reconhecimento do território quilombola, decretação do território como de interesse social, avaliação e indenização das terras dos ocupantes não-quilombolas, desintrusão dos ocupantes não-quilombolas (com reassentamento desses quando forem público da reforma agrária) e titulação. (INCRA, 2020, *online*)

Sobre a emissão dos RTID a ata da reunião aponta que dos 1100 processos de certificação abertos, apenas 150 possuem RTID, e a representante da FCP afirma que existem 2200 comunidades já certificadas, mas que uma grande parcela não possui o RTID, sem informar a quantidade exata, o que se torna um entrave ao direito das comunidades (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019c). Após isso, o processo só voltou a ser movimentado em novembro de 2018, com a emissão do Ofício nº 221/2018/COPAB/DPA/PR-FCP, encaminhado pela FCP para a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial de Santa Catarina, solicitando contato com a comunidade Itapocu a fim de que enviassem os documentos necessários para o seguimento do processo de certificação. Os documentos solicitados foram: Requerimento; Ata de autoreconhecimento, com as devidas assinaturas; Histórico da Comunidade (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019c). Em março de 2019 a FCP enviou o Ofício nº 88/2019/COPAB/DPA/PR-FCP DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU SANTA CATARINA, ainda sobre os documentos do processo e a regularização destes, pois na ocasião da visita técnica, em 2013, apenas um morador assinou a lista de presença e, de acordo com os

termos do Decreto Nº 4.887/2003 e da Portaria Nº 98/2007, que são necessários os seguintes documentos, com vistas ao processo de certificação:

a) Requerimento, assinado pela liderança da comunidade, no qual haja a solicitação de certificação endereçada ao Presidente da Fundação Cultural Palmares;

- b) Ata de reunião convocada especificamente para a deliberação acerca do pedido de autodefinição. A mesma deve ser aprovada (e assinada) pela maioria dos moradores da comunidade ou da Associação Legalmente Constituída;
- c) Apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (o história da comunidade) [sic], o qual comprove a ancestralidade quilombola a mesma; (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019c, p.15)

O ofício foi respondido em abril de 2019 pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SANTA CATARINA através do ofício Nº 68/2019, que encaminha os documentos solicitados para conclusão do processo. Na ata de reunião de autorreconhecimento, realizada em dezembro de 2018 na comunidade, consta o relato de alguns moradores

o morador Antônio Bernardino Filho, de 74 anos natural da comunidade conta que quando ele era criança os negros tinham poder aquisitivo principalmente relacionado á terras, tinham engenhos de farinha e muito antes de ele nascer um porto com venda e compra de negros escravizados. Faz menção a Seu Juca um dos moradores mais ilustres da comunidade que morreu no ano de 2018 com 106 anos e contava que Itapocu sempre foi liderado por negros e que aproximadamente mais de 300 famílias moravam no local e redondeza, chegando a ter duas mil pessoas como habitantes, sendo que São João do Itaperiu e Barra Velha pertenciam à Araquari, hoje são emancipados. E ainda afirma que a certificação deve ser feita para fazer valer a história da comunidade negra de Itapocu. [...] A professora Daniela Cristina Borba se orgulha de ser quilombola e professora na comunidade, cita que a história negra dentro de um estado considerado europeu só impulsiona a certificação que servirá para deixar registrada nossa história na formação do povo catarinense. Faz referência a Sra. Balbina a cidadã atualmente mais velha da comunidade com 100 anos completos em 2018 que valida nossa história. E concluiu que é de suma importância a certificação principalmente em termos legais e de políticas públicas. [...] para Vanessa Regina Mendes presidente da comissão responsável pelas festividades da Igreja Nossa Senhora do Rosário, diz que com sua dança e dialeto utilizado para os cantos e a relação que passa de geração a geração. E o que a certificação é o reconhecimento que falta para essa comunidade. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019c, p.20).

Sobre o histórico da comunidade, o documento aponta que a região era conhecida como Porto Sertão, um reduto de negros escravizados e libertos não só da região, mas de outras regiões do país, que tinham como manifestação cultural o Catumbi. Itapocu foi fundada por um açoriano, Francisco Onofre da Rosa, em torno de 1850, que se instalou nas margens do Rio Itapocu – o qual deu nome à comunidade

–, onde estabeleceu um porto. Em frente ao porto havia uma casa comercial, depósitos, engenhos e casa de escravos (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019c, p.24).

A vida social da comunidade se dá na prática da festividade religiosa na igreja Nossa Senhora do Rosário, considerada a igreja dos negros. Eles realizavam a festa de Natal e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, com a presença do grupo Catumbi, que surgiu em 1854, fundado por Manoel Bangala e pelo escravo Antonio Criolo, principais fundadores da irmandade Nossa Senhora do Rosário,

Conforme narra lenda, Nossa Senhora do Rosário começou a ser cultuada pelos negros após salvar dois escravos fugidos. Um clarão provocado pela divindade católica teria impedido que fossem esfaqueados pelos cães dos capitães do mato. Em forma de reconhecimento, a virgem teria pedido o culto em forma de versos e batuque (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019c, p.25).

A festa então acontecia dia 26 de dezembro depois do Natal dos brancos, pois era o dia que escravizados tinham folga, depois da abolição a festa passou a ser realizado no dia 25 de dezembro, no dia do Natal. Brancos e negros conviveram por muito tempo na mesma igreja, mas episódios de discriminações com os negros e os conflitos impediram a festividade de Catumbi, entretanto

Apesar de ter sofrido algumas intervenções da Igreja Católica Romana pela posse das terras da igreja usada pelos negros da comunidade, e migrado para a Igreja Católica Brasileira, o grupo sobrevive ao longo desses 157 anos de história, como um marco de resistência, organização cultural e como referencial de vida para os negros da região. Então os negros de Itapocu optaram por desvincularem-se da Igreja Católica Apostólica Romana. A partir de 09 de janeiro de 1967, por determinação judicial, para uma possível solução, a Igreja do Rosário integrando-se à Igreja Católica Brasileira, que abraçou a causa dos Negros de Itapocu. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019c, p.25).

A FCP validou os documentos e em abril de 2019 fez o despacho para a emissão da certificação, sendo publicada a certificação depois na PORTARIA Nº 72, DE 08 DE ABRIL DE 2019, e em 10 de maio de 2019 foi emitido a certidão de Autodefinição.

A comunidade quilombola de Areias Pequenas também teve o seu processo aberto em 2013, o relatório técnico foi feito no mesmo ano. Depois o documento só foi

movimentado em 2018, através do parecer Nº 83/2018/COPAB/DPA/PR encaminhado pela FCP ao Departamento de Proteção ao Patrimônio Afrobrasileiro solicitando os documentos para continuação do processo, o mesmo caso que ocorreu com a comunidade de Itapocu. E em março de 2019 a FCP mandou o Ofício nº 87/2019/COPAB/DPA/PR-FCP DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU SANTA CATARINA, ainda sobre os documentos do processo e a regularização destes, pois na ocasião da visita técnica em 2013 apenas um morador assinou a lista de presença. O ofício foi respondido em abril de 2019 pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SANTA CATARINA através do ofício Nº 67/2019 que encaminha os documentos solicitados para conclusão do processo.

Na síntese da história da comunidade o documento que a cidade de Araquari foi colonizada por imigrantes açorianos entre os anos 1748 a 1756, e que a cidade possui vários rios e locais para pesca. A comunidade Areias Pequenas fica localizada as margens da BR 280, que liga a Araquari e Joinville a São Francisco do Sul, no bairro há pesque pague, restaurante, centro de educação infantil, escola, igreja e empresas. E os moradores apelidaram carinhosamente de “Zareias”, é uma população de aproximadamente 65 famílias predominante de etnia negra, “as primeiras famílias que fizeram parte do bairro foram: Fernandes, Budal, Gomes, Costa e Mendes” (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019d, p.37). A três igrejas da comunidade e a religião predominante é a católica,

No mês de setembro acontece a festa da padroeira, Santa Efigênia, que é homenageada pela Igreja Católica. Conforme relato de moradores antigamente grupos de roda de samba, de pau-de-fitas e terno de reis animavam a festa. Esses grupos se extinguiram e hoje a festa é celebrada no salão da igreja, com novenas, corteja e missas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019d, p.37).

A Escola Municipal Rosalvo Fernandes criada nos anos 1990 recebeu esse nome em homenagem a um morador da comunidade, Rosalvo Fernandes, conhecido como Seu Teté, era pescador e fazia parte das primeiras famílias que residiram no local, ele fez uma doação para que a primeira escola fosse construída (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019d, p.37). Quando foi realizada a visita técnica em 2013 o líder da comunidade era seu Norival conhecido como Zico, na ocasião ele reivindicou ao representante do INCRA SC os direitos históricos, sociais, culturais e econômicos da comunidade, porém infelizmente em 2019 quando a assembleia para regularizar

os documentos do processo fazia três anos que seu Norival, o Zico havia desaparecido, ele saiu para pescar e não foi mais encontrado, como uma forma de homenageá-lo sua mulher Dona Ivone assumiu a liderança da comunidade (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019d, p.38).

Em abril de 2019 a FCP em parecer técnico validou os documentos e deu prosseguimento a certificação, e em outubro a FCP solicitou a emissão de certidão de autodefinição por meio do Despacho Nº 0089979/2019/COPAB/DPA/PR e publica o reconhecimento da autodeclaração na portaria Nº 169, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019 e no dia primeiro de novembro de 2019 a certidão de autodeclaração da comunidade Areias Pequena foi emitida.

Percebe-se que os processos das comunidades demoraram para serem finalizados, contando da entrada do processo até a certificação, por conta da documentação exigida e pelo envolvimento da comunidade, o que pode prejudicar a atrasar ainda mais no acesso aos direitos básicos e as políticas públicas, entretanto, uma vez que o processo foi retomado, e a documentação regularizada e a comunidade envolvida não houve tanta demora. A certificação possibilita também investigar a história dessas comunidades através dos registros na documentação do processo, uma vez que não possuem registros históricos oficiais. O acesso à certificação de remanescente quilombola propicia inúmeros ganhos para essas populações, do registro histórico oficial de sua história ao acesso a políticas públicas e de infraestrutura nas comunidades. Uma das conquistas em Joinville após a certificação foi a abertura de uma Licenciatura Educação Escolar Quilombola na Universidade da Região de Joinville ainda em 2019, mesmo ano do reconhecimento da certificação, um ponto importante a destacar é que a turma é totalmente composta por mulheres.

A educação quilombola é um espaço no qual a escola interage com a comunidade, ela participa da cultura local, em que os saberes dos professores e da comunidade são considerados “potencializando o reconhecimento das identidades locais” (CASTILHO; SANTANA 2019, p.42). Ela abarca em sua diretriz os conceitos que são importantes para os quilombolas, como ancestralidade, oralidade, territorialidade, memória e cultura (BRASIL, 2011), desta forma

A educação escolar quilombola, através da realização de diferentes projetos pedagógicos, pode contribuir efetivamente para a compreensão dessas memórias, histórias, saberes, idiomas culturais, formas de resistência que constituíram esses processos de formação

dos quilombos do passado ao presente. Neste sentido, a educação escolar pode investir em práticas que questionem as visões fixas e ultrapassadas de quilombos como pode combater práticas de dominação e de pré-noções discriminatórias em relação aos negros do país. (SANTA CATARINA, 2018, p.27)

O Caderno de Políticas Educação Escolar Quilombola realizado pelo governo do estado de SANTA CATARINA (2018)¹⁴ aborda o projeto pedagógico da educação quilombola elaborado com participações de lideranças de diversas comunidades do estado. O caderno traz os eixos temáticos da educação quilombola, são eles: ancestralidade, oralidade, mulher quilombola, cultura afro-brasileira, territorialidades e saberes locais e tecnologias autossustentáveis.

A respeito da ancestralidade, ela é “o principal elemento da cosmovisão africana no Brasil. [...] A ancestralidade refere-se à experiência dos denominados griots (pronuncia-se griô), os velhos considerados sábios contadores de histórias, conhecidos por sua sabedoria e transmissão de conhecimento na resolução dos conflitos, sobre experiências da vida comunitária [...]” (OLIVEIRA, 2012, *apud* SANTA CATARINA, 2018, p.34).

A oralidade é uma tradição histórica e cultural dessas comunidades, na qual os gritos transmitem seus saberes de modo a expressar a memória social da comunidade, que faz

[...] parte de um processo de educação quilombola. Neste momento, noções de descendência comum, laços de parentesco que integram noções de família e de comunidade são apreendidos e referenciados como forma de manter a cultura. Assim, a oralidade, a coletividade e a memória são aspectos indissociáveis da educação quilombola (SANTA CATARINA, 2018, p.35).

¹⁴ O caderno foi desenvolvido pelo Governo do Estado em parceria com profissionais da educação e lideranças de diversas comunidades quilombolas do Estado, dentre elas o senhor Olívio Cristino da Comunidade Ribeirão do Cubatão em Joinville e a senhora Daniela Cristina Borba da comunidade de Itapocu em Araquari. E representa um avanço na política pública de Santa Catarina em relação as comunidades quilombolas. No caderno é abordado “um conteúdo que permite à comunidade escolar realizar uma discussão atualizada e conceitualmente adequada em direção ao entendimento pedagógico que considere as especificidades dos estudantes quilombolas e suas comunidades” (SANTA CATARINA, 2018). O caderno é organizado de forma a abranger o conceito de quilombola, a educação quilombola, a fundamentação metodológica, a matriz pedagógica, a organização curricular, e o programa nacional de alimentação escolar (PNAE).

Acerca da territorialidade, como já mencionado, o reconhecimento dessas comunidades e de suas identidades passa pelo acesso à terra, é o lugar de pertencimento, de luta e de cultura dessas populações, que as conecta com a ancestralidade e a oralidade, ela não é apenas a forma de sustento, de trabalho, “[...] o território quilombola e todas as manifestações consideradas de vital importância para essas comunidades constituem um patrimônio cultural a ser protegido pelo Estado brasileiro. Eles guardam memórias, histórias, saberes e capacidade de resistência à opressão” (SANTA CATARINA, 2018, p.37).

Os saberes locais e tecnologias autossustentáveis apontam a relação com a natureza, à forma de tratar e cuidar desta, que está ligada aos conceitos anteriores, os saberes sobre a natureza são passados oralmente, recebidos dos ancestrais e realizados no coletivo. Entretanto, muitas comunidades vêm enfrentando problemas sobre as suas reservas naturais devido ao agronegócio que tem prejudicado “[...] a proteção e manutenção da biodiversidade e das formas tradicionais de cuidar da natureza existente nos territórios quilombolas [...]”, um projeto vem sendo elaborado para “[...] a partir dos saberes locais que permitam a preservação e a conservação dos recursos naturais em consonância com as tradições da comunidade quilombola” (SANTA CATARINA, 2018, p.38-39).

As mulheres quilombolas desempenham e ocupam diversos papéis na família, na política e no trabalho dentro da comunidade, e historicamente ocupam um “[...] papel na produção de pertencimento étnico-racial, por meio dos múltiplos processos pelos quais ocorrem a socialização e transmissão da cultura, da história, da memória e da ancestralidade” (SANTA CATARINA, 2018, p.36).

Todos os eixos apresentados na educação quilombola tem como figura central a mulher quilombola, uma vez que ela é fundamental

na transmissão e na preservação das tradições locais; na manipulação das ervas medicinais, no artesanato, na agricultura, na culinária e nas festas. São as mulheres quilombolas que desempenham um papel central, estabelecendo vínculos de solidariedade e transmitindo experiências (DEALDINA, 2020, p.37).

Além disso, atuam na luta de resistência, manutenção e regularização das terras quilombolas, “[...] na medida em que sustenta, protege e desenvolve o principal elemento de sustentação do quilombo: a coletividade” (COLETIVO DE MULHERES CONAQ, 2020, p.47).

A educação quilombola parte do reconhecimento e da valorização da cultura afro-brasileira e seus saberes e tradições aliados ao trabalho com toda a comunidade, a escola transborda de seus muros e participa ativamente do cotidiano das pessoas, da comunidade, como salienta no caderno de política educação escolar quilombola

Daí a importância do uso de metodologias educacionais que valorizem as contribuições africanas e afro-brasileiras, inserindo as dimensões da coletividade, da corporalidade, da ludicidade, da musicalidade, da religiosidade e da ancestralidade como forma de produzir e fortalecer a cultura negra e afro-brasileira, a identidade cultural e étnico-racial dos quilombos. A oralidade e o rememorar da ancestralidade garantem o resgate dos valores das africanidades na formação da humanidade e na composição da sociedade brasileira. A abordagem desta temática deve ir além do prisma da escravidão, devendo propiciar outros olhares sobre a história, promovendo o protagonismo dos(as) negros(as) na formação histórica, composição identitária e contribuições destes grupos étnicos para a formação do país. (SANTA CATARINA, 2018, p.36-37)

Os eixos temáticos aqui apresentados e a valorização da cultura africana e afro-brasileira estão presentes também no curso de Licenciatura Educação Escolar Quilombola da Univille, que ao abarcar esses pontos se torna um marco na luta dessas comunidades, junto com a certificação, e na consolidação de sua presença na história da cidade. Ademais, “a presença das mulheres quilombolas na universidade qualifica a academia e reforça a utilidade social do saber acadêmico, construindo pontes com as questões quilombolas e as lutas pelo e no território” (SOUSA; LIMA; SOUSA, 2020, p.89), essas mulheres futuras professoras e quilombolas tem um papel significativo na luta e resistência das comunidades remanescentes.

2.2 A VIDA EM COMUM: NARRATIVAS DE VIDA COMO PATRIMÔNIO

O grupo de pesquisa vem há alguns anos abordando as narrativas do campo do patrimônio cultural, mas percebemos com a pesquisa de Szymczak (2018) que as histórias de vidas podem ser discutidas como um patrimônio em comum da humanidade, o que pretendemos nessa seção então é iniciar essa discussão considerando também a proposta desta pesquisa.

A ideia de um patrimônio comum da humanidade advém da experiência da Primeira Guerra Mundial, operado pela Sociedade das Nações, para que através de uma cooperação internacional entre os estados pudessem

Salvaguardar os bens considerados expressões da criação humana e que estavam em perigo de desaparecimento pelos conflitos armados. O entendimento havido na ocasião era o de que se fazia necessário a cooperação internacional e a colaboração profissional para a conservação e restauração de bens tidos como importantes para a memória e a história da humanidade. (ZANIRATO, 2010, p.2)

A ideia de uma cooperação internacional coletiva aparece pela primeira vez na Carta de Atenas de 1931 que tratava do resultado do Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que teve suas discussões ampliadas na Carta de Veneza de 1964 que traz em seu preâmbulo as obras monumentais como patrimônio comum, fruto de uma consciência da unidade dos valores humanos, iniciando assim uma ideia de um patrimônio como comum e como pertencente a mais pessoas (STEINKE, 2020). Ambas as cartas tiveram um papel importante nas discussões apresentadas na Convenção de 1972 que criou a categoria de patrimônio mundial, que aborda os bens culturais e naturais,

O patrimônio cultural e natural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis não só de cada nação mas de toda a humanidade como um todo. A perda, por degradação ou desaparecimento, de qualquer desses recursos eminentemente preciosos constitui um empobrecimento do patrimônio de todos os povos do mundo. Partes desse patrimônio, devido às suas qualidades notáveis, podem ser consideradas de «Valor Universal Excepcional» e, por essa razão, merecem ser especialmente protegidas contra os perigos que cada vez mais as ameaçam. (UNESCO, 2017)

A partir da convenção a Unesco passa a identificar e preservar o patrimônio considerado comum da humanidade, que corresponderia a um

conjunto de bens e locais, culturais e naturais, materiais e imateriais, que pertencem aos povos do mundo, independente de sua localização geográfica. Podemos entendê-lo como uma solução comunitarista para a preservação e conservação de bens especiais. Os bens e locais que integram o patrimônio comum da humanidade diferem daqueles considerados patrimônio local pelo seu extraordinário valor universal. (CARDILLI, 2016, p.14)

Essa ideia de um patrimônio comum vai aparecer também de outra forma no Tratado da Lua de 1979 da ONU e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) de 1982. O tratado da Lua prevê que tanto a lua quanto os

seus recursos naturais são considerados patrimônio comum da humanidade, e qualquer Estado-parte pode explorá-la desde que cumpra com as condições do acordo, dentre elas tornar público para ONU, a comunidade científica e a população as intenções da exploração e os modos como pretendem utilizar os recursos explorados (BARROS; TURATTI, 2017). Já a convenção do CNUDM estabeleceu que a “exploração somente é permitida mediante regras internacionais a serem observadas pelos Estados-Parte, que não poderão reivindicar, nem se apropriar ou exercer soberania ou direitos de soberania sobre qualquer parte da Área ou seus recursos” (ONU, 1982 *apud* BARROS; TURATTI, 2017, p.186), dessa forma o alto-mar é aberto a todos os Estados, incluindo os que não tem costeira. Desta forma, a convenção aborda o patrimônio comum da humanidade como

algo que pertence a toda a humanidade e não pode ser objeto de apropriação. Ele deve ser utilizado exclusivamente para fins pacíficos; deve ser salvaguardado e sua exploração supervisionada pela humanidade em seu nome e por sua conta, em seu interesse exclusivo. É um bem de interesse de todas as nações sem discriminação; e a utilização desse deve ser racional, a fim de permitir sua renovação e conservação, especialmente no interesse das gerações futuras. As vantagens da utilização do patrimônio comum da humanidade devem beneficiar a todos os estados e a todos os homens. (ZANIRATO, 2010, p.5)

Ele pertence então a todos, mas não pode ser apropriado por ninguém. Dentro dessa compreensão Barroso e Turatti (2017) apontam uma discussão acerca da água doce, que passou a ser protegida pela ONU na Convenção sobre o Direito Relativo à Utilização dos Cursos de Água Internacionais para Fins Diversos dos de Navegação de 1997, mas que estabeleceu a água doce como patrimônio partilhado, que também pertence a todos e não tem uma propriedade definida. Mas para Machado (2009 *apud* BARROSO; TURATTI, 2017) visto que a água é imprescindível a vida na terra deveria ser tratada como patrimônio comum, mas como explanam as autoras isso não seria possível devido solidificação do conceito de patrimônio comum da humanidade que a ONU trouxe no Tratado da Lua (1979) e na CNUDM (1982), pois

Nestes casos, o patrimônio pertence a todos, indistintamente, e qualquer Estado pode ter acesso, para fins científicos, ao fundo do mar – áreas gerais – e à Lua. Entretanto, deve haver a comunicação do seu uso à ONU e aos demais Estados-Parte. Nenhum Estado pode dispor desse patrimônio, embora possa, dentro de seus interesses científicos, financiar pesquisas tanto no mar, quanto na lua e em outros

corpos celestes. A água doce é partilhável porque é vital para a manutenção da vida, exigindo-se que todos dela se beneficiem diretamente e sem qualquer espécie de comunicação prévia àquele organismo internacional. (BARROS; TURATTI, 2017, p.187)

A diferença entre elas, partilhado e comum, ficam no que concerne a gestão e na forma de utilização do patrimônio, mas no conceito ambos entendem que o patrimônio pertence a todos, não podendo haver apropriação. O tratado da Lua e da CNUDM revela que a definição de patrimônio comum dentro da Unesco tem entendimentos diferentes e são geridos de formas diferentes também.

Na discussão das histórias de vida em relação ao patrimônio comum, seguindo os estudos do grupo de pesquisa em patrimônio cultural, sustentados pelas discussões da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de 2003. Com a expansão do conceito de patrimônio, na segunda metade do século XX, os bens imateriais ou intangíveis, relacionados “aos saberes, modos de fazer, crenças, práticas ritualísticas, isto é, são as práticas vivas, da vida em movimento” (ALBUQUERQUE, 2019, p.77), passaram a ser incorporados.

O patrimônio cultural é definido a partir da Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972 da, compreendendo:

Os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,

Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,

Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972).

A ideia de patrimônio mundial tem como um de seus princípios o Valor Universal Excepcional (VUE), que “significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste de uma importância comum para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade” (UNESCO, 2017). Outro princípio é de que o patrimônio de VUE faz parte do patrimônio comum da humanidade, sendo esta responsável pela sua proteção, conservação e transmissão (STEINKE, 2020). Em sua definição de patrimônio cultural o VUE está presente como

requisito para patrimonializar um bem, que deve atender ao menos um dos dez critérios usados para avaliar o VUE, são eles:

- (i) representar uma obra-prima do gênio criador humano;
 - (ii) exibir um intercâmbio importante de valores humanos, durante um dado período ou numa determinada área cultural do mundo, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;
 - (iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
 - (iv) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
 - (v) ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
 - (vi) estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, ou a crenças, a obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros critérios);
 - (vii) conter fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais;
 - (viii) ser exemplos excepcionais representativos dos grandes estádios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos significativos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;
 - (ix) ser exemplos excepcionais representativos de processos ecológicos e biológicos significativos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas terrestres, de água doce, costeiros, e marinhos e de comunidades de plantas e de animais;
 - (x) conter os habitat naturais mais importantes e significativos para a conservação in situ da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.
- (UNESCO, 1972)

Seguindo esses critérios as narrativas complementarizam os bens materiais e imateriais, porém apenas a história de vida não seria suficiente para se enquadrar nos critérios, que também não dariam conta quando se discute as histórias de vida como patrimônio, pois o que está em evidência não é o excepcional, mas o comum. Entendendo esse comum “em um duplo sentido da palavra, tanto o sentido de destaque do ordinário da vida, quanto o sentido da igualdade de direitos e participação nos critérios e valores dos patrimônios como Direitos Humanos” (VENERA, 2019, p.224). As histórias de vida como patrimônio comum da humanidade são

reconhecidas como uma fonte de saber, em que as “Narrativa de memória que atravessam os patrimônios culturais respondem aos horizontes de expectativas pensadas para outras gerações” (VENERA; BURITI, 2020, p.653).

Nesse sentido Albuquerque destaca dois momentos em que a vida foi o centro de uma política patrimonial, possível a partir de 1989, quando em Paris, a UNESCO apresenta a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, as recomendações não surtiram efeito pois o enfoque era no patrimônio material e não era adequado ao imaterial. Entretanto surgiram dois programas internacionais, o primeiro era o “Tesouros Humanos Vivos”, de 1993, inspirado em ação japonesa de 1950 que “passou a reconhecer pessoas que eram detentoras de técnicas especiais as quais manteriam o patrimonial imaterial vivo” (ALBUQUERQUE, 2019, p.81). O segundo programa chamava-se “Obras-primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade” de 1997, que segundo Coelho e Uribe (2018, p.43) previa “criar uma lista de bem culturais intangíveis/imateriais, reconhecidos pela UNESCO como patrimônio da humanidade pela sua relevância e excepcionalidade”, mas para que o programa fosse viável as medidas adotadas não poderiam correr o risco de “transformá-lo em algo que ele não é” (ALBUQUERQUE, 2019, p.81). Coelho e Uribe (2018) apontam que uma grande dificuldade no que concerne o patrimônio imaterial é que as metodologias utilizadas são do trabalho arquivístico que não são “capazes de promover a proteção e transmissão de práticas vivas e incorporadas” (COELHO; URIBE, 2018, p.44), o que ainda é um desafio em aberto e a ser discutido.

Com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em 17 de outubro de 2003, na cidade de Paris é que Unesco estabelece medidas para a proteção dos bens imateriais, e define o patrimônio cultural imaterial como

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados– que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

Com o alargamento do campo do patrimônio através do imaterial foi possível pensarmos as histórias de vida como patrimônio, uma vez que a narrativa é uma forma de expressão que “revelam um aprendizado sobre o saber-fazer; saber-pensar; saber-ouvir; saber-preservar; saber-amar; saber-projetar; saber-viver dos homens e mulheres no tempo. O fato para o qual estamos chamando atenção é que a fonte das narrativas são os agentes vivos [...]” (VENERA, ALBUQUERQUE, 2019, p.95), é diante da ameaça da perda dessas experiências dos percursos humanos no tempo que o patrimônio cultural¹⁵ atua.

Meneses (2018) aponta que o patrimônio cultural sempre terá como suporte um vetor material, mesmo no caso do patrimônio imaterial, já que todo bem material possui uma dimensão imaterial em seu significado e valor. Significado que é atribuído no presente, o patrimônio não é o passado, pois ele certifica a identidade e afirma valores, ele é então vivo (POULOT, 2009). Quando Riegl (2014) discute o culto ao monumento ele não trata do monumento em si, mas dos valores que são criados e atribuídos a eles, no caso o monumento histórico “seu significado e importância não provém de sua destinação original, mas daquilo que nós sujeitos modernos atribuímos a eles” (RIEGL, 2014, p.36).

No caso das narrativas elas possibilitam trazer significações para o bem material, de forma que

Nos processos de patrimonialização dos bens culturais, os valores que lhes são atribuídos e os critérios adotados para aferi-los levam em conta, por vezes, o valor representativo de uma coletividade, e as análises técnicas do processo incluem a expressão da memória social e histórica do grupo social e suas narrativas de memória, coletadas por meio de métodos científicos, para justificar a patrimonialização do bem e aferir a legitimidade que confere o valor artístico, arquitetônico, histórico e arqueológico. [...] A inter-relação entre as dimensões material e imaterial desses bens é intrínseca e está diretamente ligada às narrativas de memória construídas social e historicamente sobre os bens. (VENERA; BURITI, 2020, p.650)

¹⁵ Sobre a construção da noção de patrimônio cultural na Unesco e no Brasil, com o IPHAN e a constituição de 1988, verificar a dissertação, produzida no grupo de pesquisa “Subjetividades e (auto)biografias”: ALBUQUERQUE, Wesley Batista de. **Esclerose múltipla em rede: a circulação de afetos em narrativas de testemunho**. 2019, 191 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville - Univille, Joinville, 2019.

As histórias de vida como patrimônio comum, possibilitam a criação de redes de afeto, elemento imprescindível para a vida, pois ela tem o poder de conectar as pessoas e provocar no outro um sentimento de reconhecimento, as

[...] Histórias de Vida mobilizam a sensação de empatia pelo reconhecimento das diferenças naquilo que difere, mas também, naquilo que a condição humana faz aproximar – a igualdade. E nesse sentido, essa condição aparece na vida mais ordinária, nos anseios, nas paixões, nas emoções, no cotidiano aparentemente banal, na finitude da vida. (VENERA, 2017, p.102)

Essa reflexão nos foi possível a partir das reflexões de Szymczak (2018) sobre o Museu da Pessoa, que é um museu virtual com acervo de histórias de vida contadas por toda e qualquer pessoa. O museu inclusive tem uma metodologia própria, a Tecnologia Social da Memória, que mostra como realizar um projeto de narrativas orais. O Museu da Pessoa considera que todas as histórias de vida são um patrimônio, a partir dessa concepção Szymczak (2018) realizou sua investigação e aponta que

[...] temos uma nítida imagem de um patrimônio que aciona valores que vão além de um reconhecimento das histórias de vida pelo viés da diversidade cultural. Compreendemos que foi por meio de um alargamento do campo do patrimônio cultural, com a introdução do conceito de diversidade cultural e da participação da sociedade civil no acionamento de valores culturais, que foi possível a afirmação e valoração das histórias de vida como bens culturais. No entanto, foi observando a forma como as histórias de vida são mobilizadas pelo **Museu da Pessoa**, num intuito de aproximar as pessoas por meio daquilo que as faz comuns, que as percebemos capazes de acionar um outro sentido de valoração, que concebe muito mais o patrimônio em termos de igualdade, do que das diferenças. Deste modo, afasta-se, de certa forma, da compreensão de um patrimônio cultural, pautado nas diferenças culturais, e aproxima de um patrimônio comum, percebido como conjunto das experiências humanas. (SZYMCZAK, 2018, p.131)

Fatores que viabilizam pensar um patrimônio em comum através das narrativas que nos conectam com o que todos temos em comum, a precariedade da vida, a finitude e a vulnerabilidade. No entanto, considerando as sujeitas da pesquisa, destaca-se a disparidade na vulnerabilidade. Uma vez que vivemos numa sociedade desigual e racista a pessoas mais vulneráveis que outras. As populações negras por exemplo, estão expostas diariamente a situações de violência, que também são praticadas pelo Estado.

Numa pesquisa com histórias de vida de mulheres negras discutir estas histórias como patrimônio comum sem considerar o racismo é correr o risco de cair no discurso utilizado pelo mito do racismo reverso, de que todos nós somos iguais sem distinção, somos todos humanos. De fato, somos todos humanos e compartilhamos uma vulnerabilidade que é da própria vida, a finitude. No entanto, ao longo da história grupos foram explorados e tiveram suas identidades e corpos marcados como inferiores, colocando esses grupos à margem da história e da sociedade e vulneráveis a diversas violências. Como Elza Soares (2002) canta “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, em nossa sociedade o negro é visto como uma carne barata, herança da escravização, que transformou a vida das pessoas negras em coisas, e as tirou a humanidade, é um poder sobre a vida outro,

[...] a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre o seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é a expulsão fora da humanidade) (MBEMBE, 2018, p.27).

Mbembe (2018) expõe em seu ensaio sobre a Necropolítica em que discute a biopolítica, que seria uma “nova forma de poder que visa assumir o controle da vida e dos processos biológicos do homem como espécie [...]. Eis que aparece um poder que consiste em fazer viver ou deixar morrer” (NEVES, 2018, p.8), ou seja, é uma política de morte, em que a expressão máxima do poder de soberania através de dizer quem pode viver e quem pode morrer, Mbembe (2018) aponta ainda que o racismo “é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder [...] na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p.18).

Desse modo, a colonização e a escravização é um empreendimento biopolítico que ainda persiste sobe novas configurações. A Necropolítica seria “as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p.71), em que as populações mais vulneráveis tanto geopoliticamente, quanto subjetivamente são alvo da política da morte.

As mulheres negras quando comparadas aos demais da população estão mais vulneráveis, pois além do racismo elas vivenciam o machismo também. Segundo Kilomba (2012 *apud* RIBEIRO, 2016, p.102)

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supracitada branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro.

Esse não lugar que coloca a mulher negra em situação de solidão e violência tem suas bases do período colonial, os seus corpos foram sexualizados e ao mesmo tempo considerados como forte, capaz de suportar dor, o que faz com que ainda hoje sofram violência obstétrica, pois segundo Cassiano (2021) esse mito de que a mulher negra suporta a dor se criou com o imaginário de que os escravizados que suportavam a viagem nos navios negreiros e chegam no Brasil vivos seriam mais fortes e de que por medo de sofrerem violências mais graves as mulheres negras se calavam diante a violência do sistema escravista. A autora ainda aponta que em 2019 das mulheres que morreram por conta de causas obstétricas 66,4% delas eram negras, e que a “violência obstétrica atinge uma em cada quatro mulheres no nosso país, dessas 65,9% são negras” (CASSIANO, 2021, *online*).

A construção dessa sexualização do corpo negro e da depreciação da pele negra foi utilizada pelo colonialismo como uma ferramenta de dominação, se utilizando da linguagem que desvalorizava tanto a cultura como as características físicas para justificar a exploração e opressão como aponta Pantoja *et al.* (2019). Ainda segundo a autora, a sexualização da mulher negra, que ainda é presente, vem desse processo de desvalorização que a coloca num lugar inferior e cria um estereótipo dessas mulheres, “se compreende que esse processo, ao qual as mulheres negras foram submetidas, culminou nas explorações físicas, verbais, sexuais e psicológicas” (PANTOJA *et al.*, 2019, p.6). Ribeiro (2018, n.p.) aponta que

no período colonial, as mulheres negras eram estupradas e violentadas sistematicamente. Mulher negra não é humana, é a quente, a lasciva, a que só serve para sexo e não se apresenta à família. Também é o grupo mais estuprado no Brasil, já que essas

construções sobre seus corpos servem para justificar a violência que sofrem.

Essa violência ainda se faz presente na vida das mulheres negras, como mostra os dados apontados na introdução, mesmo que todas as mulheres estejam propensas a sofrerem situações de violência, são as mulheres negras que estão “mais suscetíveis a ela, já que seus corpos vêm sendo desumanizados e ultrassexualizados historicamente” (RIBEIRO, 2018, n.p.).

O feminismo negro, ao pensar sobre essa construção histórica e como o machismo e o racismo se combinam e se entrecruzam, se torna fundamental para que se possa considerar outras possibilidades de existência, ademais “o arcabouço teórico e crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas sobre o modelo de sociedade que queremos” (RIBEIRO, 2018, n.p.). As teóricas negras colocam em evidência as diversas opressões na sociedade, como essas se articulam e sua construção visa a coletividade. Ler autoras negras é uma forma “ouvir suas vozes – as palavras das mulheres, é preciso abrir não somente os livros que falam delas, os romances que contam sobre elas [...], mas também aqueles que elas escreveram” (PERROT, 2007, p. 31), em suas análises elas compartilham suas experiências e história, e nos possibilitam novos pensamentos e construções sociais, esse lugar não é apenas de vulnerabilidade, mas também de resistência e construção coletiva para a equidade.

Ao valorizar apenas uma história ou uma identidade étnica se está roubando a dignidade das pessoas, o que “torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes e não como somos parecidos” (ADICHIE, 2019, n.p.). Ao se referir aos perigos de uma história única ADICHIE (2019) está dizendo que todos os lugares têm múltiplas histórias, que há muitas histórias e todas elas importam, “As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”.

Ao abordar essas histórias de vida como patrimônio em comum é preciso considerar as estruturas além da própria condição humana que a colocam em lugar de vulnerabilidade, ou seja, considerar o machismo e o racismo que estão presentes no cotidiano dessas mulheres e atravessam, em maior ou menor grau,

conscientemente ou não, suas narrativas de vida. Ademais precisa-se questionar o valor excepcional no patrimônio cultural, se pretendemos discutir as potencialidades da história de vida no que nos aproxima e não no que difere, não se poder tomar como critério um valor que marca a diferença. Claro que não estamos querendo dizer que tudo deva ser patrimônio ou patrimonializável, é mais um reconhecimento de que toda história de vida pode ser um patrimônio em comum. O que também implica no sentido que damos ao patrimônio e em seus critérios de valoração. Desse modo considerando o exposto até aqui, essa discussão possibilita uma nova perspectiva para o campo do patrimônio que considere não só o excepcional, mas o mais ordinário, a vida como ponto de partida, afinal o patrimônio para se manter vivo precisa das pessoas, então porque não pensar nas vidas como patrimônio.

A proposta aqui não é discutir a gestão ou o processo de patrimonialização das histórias de vida como patrimônio em comum, se trata de uma discussão inicial, preliminar em um contexto cujas histórias de vida são perpassadas por estruturas que aprofundam a vulnerabilidade humana, de maneira hierárquica a partir da etnia e do gênero, destacamos aqui a necessidade e a importância do aprofundamento de questões conceituais e metodológicas das histórias de vida como patrimônio em comum, que abarque também as questões procedimentais do campo patrimonial. E a reflexão disso a partir das populações negras e quilombolas que evocam questões importantes, sobre o patrimônio, a memória e a identidade em nossa cidade.

CAPÍTULO 3 - CAMINHANDO PARA SI: ENCONTRAR A SI NA EXPERIÊNCIA AUTOFORMATIVA

O que posso observar de minha experiência é o que encontrei conversando com pessoas que se entregaram à rememoração

Ecleia Bosi (2003, p.44)

O ser humano é social, ele se constrói a partir da interação com o outro, o que Bosi aponta na epígrafe é exatamente isso, e o que o ateliê biográfico propõe é construir experiências no coletivo, conversar, ou no caso do método, narrar e escutar, atingir a reflexividade, o processo autoformativo a partir da interação com os outros, com as outras histórias. Este capítulo é dedicado à descrição da metodologia, da proposta da dissertação, das etapas do ateliê, a apresentação das mulheres acadêmicas da Licenciatura Educação Escolar Quilombola, e a descrição de como ocorreu cada etapa da metodologia. E por fim como se desenvolveu o ateliê, descrevendo cada etapa, quais os resultados, o que podemos compreender a partir do ateliê, como foi o processo de autoformação e de artesanaria no ateliê.

3.1 O ATELIÊ BIOGRÁFICO: A PROPOSTA METODOLÓGICA DA DISSERTAÇÃO

A escolha metodológica foi inspirada no Ateliê Biográfico que é uma metodologia proposta por Delory-Momberger (2014). Essa metodologia consiste num processo formativo a partir da narrativa e escuta em 6 etapas com até 12 pessoas. Os participantes tomam conhecimento do tema e da programação da sessão antecipadamente. Cada encontro é gravado, e as gravações ficam de posse da pesquisadora para as análises. Os estudos das autoras Josso (2010) e Abrahão (2016) sobre autoformação inspiraram a construção do Ateliê Biográfico a ser aplicado nessa dissertação, contudo devido ao cenário da pandemia precisamos realizar modificações para garantir a segurança das participantes, da pesquisadora e conseguir prosseguir com a pesquisa. Nossa proposta é realizar o ateliê biográfico de forma remota com as mulheres acadêmicas do curso Educação Escolar Quilombola da Univille.

Os primeiros contatos, ainda em fevereiro, foram informais com a professora responsável pelo curso na Univille, que se posicionou favorável a realização da pesquisa e a mediação com as acadêmicas num primeiro momento. O contato com essas mulheres demorou a se realizar devido à pandemia de Covid-19, que levou o governo do Estado de Santa Catarina a decretar quarentena desde março e suspender as aulas presenciais em todas as instituições de ensino. Conseguimos realizar nosso primeiro contato em novembro de 2020, de modo virtual na disciplina de extensão da professora Arselle. Nesse encontro apresentamos a pesquisa e o grupo de pesquisa, abrimos espaço para dúvidas e para falas, o contato e a conversa não se desenvolveram tanto como poderia ter ocorrido no presencial, mas mesmo a turma estando apenas com a metade das estudantes, já tivemos duas mulheres interessadas em participar. Em maio de 2021 realizamos um novo contato com as mulheres de forma remota, o espaço foi cedido pela professora Silvia Pilotto. Nesse encontro apresentamos novamente a pesquisa e a convidamos para participarem, e tivemos mais uma mulher interessada.

Para que as participantes pudessem realizar o ateliê, todos os materiais necessários durante o processo foram entregues a cada uma das participantes em sua casa, enviados por aplicativo¹⁶. Dentro dessa pasta, foi enviado também o contrato biográfico, acordo do andamento da metodologia para que as participantes se sintam confortáveis, e o documento Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁷.

Foram realizadas seis etapas em sala virtual no ambiente da plataforma *Microsoft teams*, disponibilizada pela universidade, e todos os encontros foram gravados, tendo duração máxima de duas horas. As datas e horários foram discutidos com as participantes de acordo com as suas disponibilidades, mas não tivemos um calendário fixo, pois como percebemos no teste do grupo de pesquisa, no meio remoto

¹⁶ As participantes receberam uma pasta que contém além dos documentos de TCLE e do contrato biográfico, materiais para as narrativas como: folha sulfite; papel almaço; lápis, caneta; borracha; apontador; cola; régua; tesoura; lápis de cor; giz de cera; canetinha; tinta guache; pincel; bastidor com tecido para bordar; linhas de diversas cores para bordado e duas agulhas para bordar; álcool em gel. Importante salientar que os custos do envio e depois do recolhimento desses materiais e das narrativas é de responsabilidade da pesquisadora.

¹⁷ O TCLE será mandado em duas vias, uma para elas e uma para a pesquisadora, o documento assinado só será recolhido ao final do processo junto com as narrativas, visto a logística de envio, portanto, para comprovar o aceite e concordância das participantes elas deverão enviar uma foto a pesquisadora do documento assinado e da data da assinatura.

seguir um calendário se torna mais difícil, visto que o ambiente de trabalho e de estudo se confunde com a vida doméstica.

Além das narrativas escritas e orais, realizadas durante o ateliê, a experiência construiu artesanias, ou seja, diversos objetos artísticos, como pintura, bordado entre outros, construído a partir de fazeres artesanais, pesquisados por elas ou revisitados em suas memórias. Consideramos que os trabalhos manuais possuem uma história íntima com a educação de mulheres e seu preparo para a vida doméstica. No entanto, esse recorte considera os trabalhos femininos de mulheres que podem transformar esses mesmos fazeres em práticas de luta e novas possibilidades de dizer sobre si.

Ao final do ateliê tivemos como material de pesquisa as narrativas escritas, as narrativas orais gravadas e as artesanias produzidas pelas mulheres. A partir desses materiais investigamos a construção identitária das participantes, o processo formativo delas, a partir das autoras já trabalhados no projeto. Investigamos também, os processos de subjetividades, entendemos no grupo a subjetividade a partir de Michel Foucault (2006) nos seus trabalhos sobre a construção do sujeito e do cuidado de si.

Durante o estudo realizado no grupo sobre a aplicação da metodologia, as narrativas podem ser disparadas de diversas formas. Para a proposta do ateliê nos inspiramos em Josso (2010) que toma como base perguntas norteadoras para sua reflexão. As perguntas norteadoras do ateliê foram amplas, para que elas comecem a pensar sobre si, e para que todas se sintam incluídas, visando também contemplar o problema de pesquisa. As perguntas condutoras foram:

- Como eu me penso enquanto mulher em relação aos espaços que pertencem e que ocupo hoje em minha vida?
- O que aconteceu na minha vida que fez com que eu me tornasse educadora?
- Como estou me tornando o que sou?

3.1.1 Etapas Ateliê Biográfico

Primeira etapa: A metodologia e as etapas foram apresentadas às participantes, e o contrato biográfico foi firmado com elas de forma escrita (apêndice A), sem necessidade de assinatura, e cada participante teve acesso a uma cópia do documento. Após o acordo do contrato foi realizado o primeiro esboço da sua história

de vida, de forma manuscrita, essa etapa ocorreu em um encontro e todas estavam com a câmera aberta.

Segunda etapa: As participantes socializaram sua narrativa no grupo, em torno de dez a quinze minutos, neste momento os demais do grupo podem realizar perguntas. Essa etapa foi realizada em um encontro. Após essa etapa as participantes reescreveram suas histórias, nessa etapa o tempo não foi pré-fixado, e foi previsto um intervalo de duas semanas até encontro seguinte.

Terceira etapa: Momento da realização em grupo da narrativa oral, etapa na qual a narradora escolheu uma secretária para transcrever sua fala em primeira pessoa, e compartilhar a leitura com o grupo. Etapa desenvolvida em dois ou mais encontros, em função do ritmo do processo. Após os encontros de intercâmbios coletivos, a proposta foi refazer a sua história através de uma construção de artesanaria, num intervalo de duas semanas.

Quarta etapa: Socialização das artesanarias, cada participante apresentará sua artesanaria, o que construiu e por quê. Essa etapa foi realizada em um encontro e na sequência a proposta foi refazer a sua história de forma escrita pensando nos projetos de futuros.

Quinta etapa: Nesse encontro foram socializadas as narrativas orais e apresentados seus projetos de futuro.

Sexta etapa: Nesse encontro foi realizado o balanço do ateliê, cada participante manifestou seus pontos de vista sobre a metodologia, sobre sua experiência nesse processo.

3.2 O COLETIVO NO ISOLAMENTO SOCIAL: O ATELIÊ NO CONTEXTO DA PANDEMIA

O ateliê biográfico tradicionalmente acontece de forma presencial, mas devido ao contexto da pandemia de Covid-19 precisamos realizar adaptações no ateliê e optamos por realizá-lo de forma remota, como já mencionado. Num primeiro momento adiamos a aplicação para 2021, mas como a situação pandêmica persistia e ainda era grave, recorremos a alternativas possíveis para que as pesquisas do GP que

trabalham com o ateliê pudessem ocorrer, em abril de 2021 o GP realizou um teste piloto do ateliê no formato remoto, com algumas adaptações. A proposta de experimentação metodológica, adaptada ao formato remoto levou em consideração algumas modificações. A ferramenta de mediação utilizada foi o *Microsoft Teams* disponibilizado pela universidade. Foi acordado no grupo que todos/as os/as participantes permaneceriam com a câmera ligada durante os encontros, em uma aposta de que o ambiente seria o mais acolhedor possível. As escritas das narrativas seriam manuais, sem o uso do *word* ou similares. Esse acordo levou em consideração a experiência presencial, quando um/a narrador/a escreve suas memórias escolhe palavras e as marcas das edições permanecem registradas. O registro do fluxo da narrativa foi mantido, assim como o ritmo das palavras escolhidas e descartadas, sem que houvesse a mediação de uma ferramenta externa como, por exemplo, a escrita digitada, que pode ser corrigida e remodelada.

Outra adaptação foi na quarta etapa, quando o/a narradora escolhe um escriba para registrar uma escuta. Na proposta presencial o/a escriba faz o registro e entrega o texto registrado para que o dono/a da narrativa leia posteriormente e interaja ou não com a escuta. No formato remoto, o/a escriba leu para o grupo a narrativa do que conseguiu capturar. A primeira e segunda etapas foram agrupadas em um único encontro.

Com essas adaptações em curso, a experiência metodológica aconteceu com registros individuais que foram relatados e discutidos ao final. Observou-se que, para além de questões técnicas externas à gerência do grupo, como sinal da internet, queda de energia, barulhos urbanos entre outros, havia necessidade de atentar para algumas variáveis. Por exemplo, a necessidade de garantir um espaço privado para a realização do ateliê. Os/as participantes falam sobre suas vidas, compartilham algumas histórias que merecem descrição. Mesmo que esse quesito já esteja nos acordos iniciais do ateliê, o grupo registrou a necessidade de atentar para isso. Importante considerar também, que, por mais que o grupo virtual esteja do outro lado da tela, a sensação coletiva é apenas uma simulação. De fato, cada participante está sozinho em seus espaços. Seria necessário um cuidado posterior, quando o mediador do ateliê deve fazer um contato e verificar se tudo correu bem e prolongar o interesse da escuta. Esse cuidado seria uma aposta de mitigação de algum tipo de desconforto que pode ocasionalmente acontecer, provocado por memórias traumáticas na narrativa ou na escuta. A atenção também deve estar na lembrança de que a

metodologia não é uma terapia e o pesquisador não deve ultrapassar esse limite, que não compete aos procedimentos da pesquisa.

A partir dessa experiência o grupo de pesquisa constatou ser possível aplicar o método remotamente, mas é preciso se atentar ao grupo e objetivo do ateliê, pois o formato remoto acaba por ser mais solitário, e por vezes durante o processo memórias, principalmente de momentos disruptivos, podem surgir e causar certo desconforto, o que no presencial é amenizado pelo coletivo. Um dos fatores mais importante no processo do ateliê é o coletivo, essa troca com o grupo e construção em coautoria, e no ateliê piloto que o grupo de pesquisa realizou em 2019 ficou evidente que esse contato do grupo, esse momento de encontrar as pessoas, abraçar, narrar e escutar foi fundamental no processo de reflexividade de cada um. O que no remoto não é tão impactante, pelo próprio formato, devido à falta de um abraço de um contato presencial e de um ambiente exclusivo para esse momento. Por isso o vínculo com as participantes é muito importante, para conseguirmos criar uma atmosfera agradável, de confiança e troca.

Após essa experimentação e com todos os registros de cuidados em destaque, se deu o início do trabalho empírico de construção do acervo biográfico desta pesquisa. Talvez o primeiro ateliê biográfico no formato remoto que se tem notícia. O ateliê seguiu com as seis etapas já descritas, mas além das adaptações já realizadas pelo grupo de pesquisa e relatadas anteriormente, foram realizadas alterações no desenvolvimento das etapas, ocorreu um primeiro encontro para apresentação de cada participante, pois, o contato inicial para o convite a pesquisa foi apenas remoto. A intenção era uma apresentação e aproximação entre as participantes e a pesquisadora antes do início do ateliê propriamente dito. Devido ao número de participantes que aceitaram participar do ateliê – duas (02) – a divisão em pequenos grupos, previsto na terceira etapa da metodologia, para o compartilhamento das narrativas, não foi realizado.

Após o desenvolvimento das duas primeiras etapas da metodologia, observou-se que as narrativas das participantes não fluíam, demandando que a pesquisadora realizasse várias perguntas sobre suas experiências. Contudo, após a aplicação dessas primeiras etapas, mais adaptações foram necessárias. Devido a uma série de fatores da própria vida de cada uma das participantes no contexto da pandemia, o uso da plataforma *Microsoft Teams* foi inviabilizado para a realização das etapas de forma síncrona. Como já discutido anteriormente, o ateliê funciona numa dinâmica coletiva

de narrativa e escuta, em que o processo singular-plural entre os participantes é fundamental para o processo autoformativo.

A solução encontrada para continuar a aplicação da metodologia e garantir a interação coletiva foi a mudança de plataforma e optou-se por realizar as etapas através do grupo de *WhatsApp* da pesquisadora com as participantes. As etapas não sofreram modificações, e a terceira, a quarta e a quinta etapas foram fragmentadas em passos a fim de facilitar o processo na plataforma, mas também de manter uma proposta de construção coletiva. As etapas ficaram da seguinte forma:

- **Terceira etapa:** Narrativa e fase de escriba
 - **Passo 1** – Mandar um áudio contando sua narrativa para o grupo
 - **Passo 2** – O escriba da narrativa deve escutar e escrever o que a pessoa está contando, com atenção para não pausar o áudio e nem voltar o áudio, é para escutar o áudio direto e escrever o que conseguir em primeira pessoa, como se fosse a sua história. Depois de escrever mandará um áudio lendo a história que capturou.
 - **Passo 3** – Escutar o áudio que a outra mandou contando sua história e depois gravar um áudio contando como foi ouvir sua história contada por outra pessoa e como foi escrever a história da outra pessoa.

- **Quarta etapa:** Artesania
 - **Passo 1** – Fazer uma artesanaria com os materiais que tem na pasta (podem fazer colagem, pintura, bordado, misturar tecido com tinta, linha na folha de papel) aqui é para soltar a imaginação, em vez de escrever sua história fazer uma arte, pode ser o que você quiser, com os materiais que você quiser. Depois que você fizer sua artesanaria tirar uma foto e mandar no grupo junto com o áudio explicando o que você fez, o que significa para você.
 - **Passo 2** – Ver as fotos e escutar os áudios das outras participantes e mandar um áudio falando se você se identificou com o que a outra produziu e por que, se alguma arte de tocou, te impactou e por quê?

- **Quinta etapa:** Narrativa projeto de futuro
 - **Passo 1** – Escrever uma nova narrativa pensando em um projeto de futuro, de que forma essa experiência de contar sua história e escutar outras histórias pode te ajudar em um projeto de futuro e mandar um áudio contando o que escreveu.
 - **Passo 2** – Escutar os áudios das outras participantes e fazer perguntas e/ou comentários sobre as histórias que escutou se vê semelhança com a sua, se te impacta de alguma forma.

A realização das tarefas era feita de acordo com a disponibilidade de cada uma, e as socializações e interações eram realizadas por meio de áudio e mensagens escritas e fotos e vídeos na última etapa acrescentada, ou seja, as narrativas em forma

de artesanias. Desta forma, apesar da perda de sincronicidade, a interação coletiva foi mantida.

3.3 AS ACADÊMICAS DE LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: A EXPERIÊNCIA DO ATELIÊ BIOGRÁFICO

Na fase inicial da pesquisa um dos momentos mais esperados foi o ateliê biográfico, eu queria que as mulheres pudessem sentir um pouco do que eu experimentei no ateliê piloto do grupo de pesquisa em 2019, mas devido ao contexto que todos estamos enfrentando o ateliê parecia impossível de se realizar, mesmo quando encontramos soluções para colocá-lo em prática a ansiedade tomava conta de mim. Foi uma jornada difícil até conseguir começar e finalizar o ateliê biográfico com as acadêmicas da Licenciatura Educação Escolar Quilombola, por muitas vezes tive dúvida de que daria certo, mas no final nem acreditei quando acabou e no resultado que tivemos. Em um momento em que o mundo atravessa uma série de dificuldades, por um instante durante o ateliê novas descobertas foram feitas que proporcionavam um momento bom no meio do caos. É assim que posso descrever o que foi essa experiência, uma montanha russa que quando começa a descer e você não tem mais controle de nada, mas que quando o passeio acaba você sai extasiado querendo repetir a dose.

Nessa jornada contei de início com três mulheres, mas depois ficaram apenas duas, Vanderleia e Kassiane, as duas que se interessaram em participar na primeira apresentação que fiz a turma ainda em novembro de 2019, apesar de tudo elas me acompanharam do início ao fim e sou muito grata a elas. Kassiane é uma menina ainda de apenas 21 anos, faz parte da comunidade Areias Pequenas em Araquari, meio tímida, mas com muita maturidade. Vanderleia tem mais experiência de vida, já tem sua família, três filhos, mora na comunidade Itapocu em Araquari, é humilde e tem muita disposição para compartilhar sua história.

Antes de iniciar o ateliê criei um grupo de *WhatsApp*, no dia 31 de maio, para informar sobre o ateliê, como ainda estávamos fazendo o ateliê remoto piloto no GP não tinha como realizar o ateliê com as mulheres e informei isso a elas, até para mostrar que a pesquisa ainda iria acontecer e saber se elas ainda estavam interessadas, visto que tive contato com elas apenas em novembro de 2020 quando fiz a apresentação na turma. Finalizado o teste no GP e aprovado no comitê de ética

em pesquisa, marcamos nosso primeiro encontro para dia 17 de junho para que pudéssemos nos conhecer e acertar as datas do ateliê. Todavia, o encontro teve que ser adiado pois uma semana antes eu havia contraído Covid-19 e ainda estava me recuperando, por sorte tive apenas sintomas leves. Adiamos para dia 25 de junho, a reunião aconteceu através da sala virtual no *Microsoft Teams*, nesse dia Vanderleia não participou e não consegui contato com ela. Eu me apresentei a elas e em seguida Kassiane se apresentou meio tímida falou pouco, já a outra participante, que vou chamar de Val pois ela saiu do ateliê depois do segundo encontro, estava sem microfone no dia, mas contou via chat que fazia parte da comunidade Itapocu e que seu pai fez parte do grupo Catumbi por trinta anos e seu tio era o capitão do grupo. A reunião devido a circunstância não foi como esperava a conversa não fluiu muito e passamos logo para as datas dos encontros, nosso acordo inicial era que o ateliê aconteceria nos dias 14 e 28 de julho, 04 e 18 de agosto, e 01 e 08 de setembro. Entrei em contato com a Vanderleia depois que acabou a reunião repassando as informações e ela agradeceu. Contudo, por uma série de motivos da vida esse cronograma não foi seguido, aliás uma das maiores dificuldades foi conseguir marcar uma data e horário em todas estivessem disponíveis. Tal situação assim como o que ocorreu em cada encontro será detalhado a seguir. Destaco que as falas das participantes foram transcritas na íntegra, mantendo as características da oralidade.

3.3.1 A primeira etapa do ateliê: iniciando a jornada

O primeiro encontro previsto para o dia 14 de julho não ocorreu na data prevista, no início tive uma série de problemas de comunicação com a Vanderleia, tentei contato nos dias 08 e 10 de julho e ela, respondeu na segunda tentativa que tinha interesse, mas que estava meio perdida e que a área em que ela mora o sinal e seu aparelho celular estavam com problemas, em decorrência precisava mandar os materiais para ela e só consegui dia 13 de julho, dessa forma em conversa com as participantes pelo grupo de *WhatsApp* adiamos o encontro para dia 16 de julho, para que Vanderleia pudesse ler o TCLE e tirar suas dúvidas, além disso elas informaram que teriam prova na faculdade durante a semana e que dia 16 as provas já teriam terminado e seria mais adequado para elas.

No dia 16, antes de entrarmos na reunião do *Teams* elas me mandaram a foto com o TCLE assinado para que pudéssemos iniciar o ateliê. Abri a reunião às 17 horas

como combinado. A primeira a entrar foi Vanderleia, as demais demoraram para entrar, mandei o link da reunião a elas e uma mensagem para saber se estava tudo bem, enquanto isso fiquei conversando com Vanderleia e ela me disse que sua cunhada estava interessada em participar do grupo e passei meu contato. Em decorrência da vizinhança, Vanderleia ofereceu seus materiais para dividir com a cunhada, pois se ela aceitasse participar não conseguiria mandar os materiais a tempo e como tinha duas vias do TCLE seria possível, depois eu encaminharia uma cópia do TCLE para cada uma. Vinte minutos após a abertura da reunião, participante Val entrou, porém, foi perceptível que estava com problema, pois não conseguíamos ouvi-la. Ela saiu da plataforma *Teams* e tentou reiniciar, no entanto não conseguiu entrar mais e disse que depois se informaria com a Vanderleia o que era para fazer e não respondeu as mensagens. Após meia hora do início da reunião, Kassiane entrou na plataforma *Teams* e se desculpou pelo atraso. Apesar de estar faltando uma participante, e o ideal é que todas estivessem presentes, na etapa de contrato biográfico e para realizar o primeiro esboço da narrativa, não teria tanto prejuízo pela ausência, e Vanderleia aguardou comigo por meia hora até começarmos o encontro.

Após tais acontecimentos começamos de fato com o ateliê, primeiramente discutimos cada item do contrato biográfico, as câmeras delas até então estavam desligadas, só quando mencionei o item do contrato que abordava isso e falei da importância de podermos nos vermos, claro que devido a ferramenta por vezes pode travar e não ser possível, mas elas abriram a câmera depois disso e Vanderleia até brincou que não tinha arrumado o cabelo ainda e brincamos sobre isso, foi a primeira vez que pude vê-las, até então só tinha escutado elas. E elas aproveitaram para se verem também, porque devida as aulas remotas da pandemia fazia tempo que elas não se encontravam e falaram que na aula elas não ligam a câmera.

Em seguida apresentei e expliquei a elas um pouco sobre cada etapa que iríamos fazer no ateliê e partimos para o primeiro esboço da narrativa a partir de três perguntas condutoras: Como eu me penso enquanto mulher em relação aos espaços que pertencem e que ocupo hoje em minha vida? O que aconteceu na minha vida que fez com que eu me tornasse educadora? Como estou me tornando o que sou?

Iniciamos o esboço com as câmeras ligadas permanecemos por cerca de meia hora escrevendo, Vanderleia disse “*agora acabou as palavras*” e Kassiane ainda estava escrevendo ela disse “*eu não sei o que escrever*”, ela ficou para terminar seu esboço depois e o espaço foi aberto para que elas comentassem sobre suas histórias

caso quisessem, mas ficaram em silêncio. Falei então sobre o que havia escrito, eu contei a elas que já tinha participado de dois ateliês, mas que ainda assim algumas questões ainda me provocavam como a do porquê se tornar uma educadora, que me levou a refletir sobre as razões de ter optado em cursar uma licenciatura em História e do meu percurso. Falei brevemente e elas não se dispuseram a falar, quando estava encerrando o encontro Vanderleia perguntou se elas podiam delinear sua história desde a infância até o presente. Reforcei que a história era livre e ela poderia contar o que quisesse e comecei a falar sobre o próximo encontro e de como eu gostaria que elas tivessem uma experiência assim como a que eu tive. Kassiane falou que esperava isso também e mencionou que *“cada uma vai aprender um pouquinho com a outra, vai ser bem, bem interessante eu acho”* e falamos que as vezes descobrimos que pessoas que passamos quatro anos juntos estudante tem muitas coisas em comum, e Kassiane falou que:

“porque é difícil a gente sentar, no caso igual nos né? A gente vai fazer quatro anos, mesmo que a distância ou juntas no caso se for na Univille, só que ninguém nunca paro pra escuta toda história uma da outra igual esse momento que a gente vai ter”.

Vanderleia complementou o assunto dizendo que:

“é assim também do nosso lado tem pessoas que tem uma história também que é muito triste e a gente também não sabe né? Passa por isso ou até usa isso pra poder é se manter no estudo, que é o meu caso, já to dando uma, como que se diz é um spoiler? (risos) to dando um spoiler antes, que daí eu usei essa faculdade assim um pouco também como uma terapia sabe? Porque na verdade eu tinha ressentimento de ter perdido o pai né? Então foi um meio que eu achei assim de encher a minha mente assim pra mim não tá pensando nele, então é dentro disso que eu to baseando a história que eu to fazendo aqui a narrativa tá?”.

Falei que esperaria ansiosa para escutar sua história e que realmente não sabemos o que cada pessoa já vivenciou, agradei a elas pela partilha inicial e encerramos nosso primeiro encontro, apesar de uma das participantes não estar presente avaliei como positivo esse momento, Kassiane apesar da timidez se mostrou muito interessada em participar e Vanderleia me surpreendeu com o seu breve relato ou *spoiler* como ela disse, além de ter ficado esperando comigo até as outras entrarem na reunião. Esse primeiro momento foi importante principalmente para mim, considero

meu primeiro contato real com elas e senti que tem potencialidade no ateliê para ele acontecer e ter um bom resultado.

3.3.2 A segunda etapa do ateliê: a educação quilombola como vetor

Antes do encontro no dia 16 de julho, entrei em contato com a cunhada de Vanderleia e apresentei a pesquisa e expliquei como funcionaria o ateliê, como ela não havia dado um retorno no dia 20 de julho fiz um novo contato perguntando se ela estava interessada em participar e ela respondeu que sim, e passei as informações necessárias para ela realizar o esboço da sua história para o segundo encontro, assim como TCLE. No dia 20 também entrei em contato com a participante Val para passar as informações do primeiro encontro e ela me informou que não havia respondido antes porque na sua casa havia um caso de Covid-19 e outro no hospital, sem entrar em detalhes desejei o melhor a ela e aos familiares.

O segundo encontro previsto para dia 23 de julho confirmei com elas se estava tudo certo para nossa reunião e se a participante Val e a participante A. conseguiram realizar a escrita da sua narrativa, elas informaram que sim. No entanto, a participante A. teve uma emergência familiar e não poderia estar presente, levei a situação ao grupo para discutirmos se era possível adiar o encontro ou se mantínhamos para aquele dia, em comum acordo foi decidido adiar para que todas pudessem estar presentes, a data agendada foi dia 30 de julho. Entretanto nesse dia Kassiane teve um imprevisto e não poderia participar a alternativa seria adiar o encontro ou começar e terminar essa etapa em outro encontro, mas as participantes acharam melhor que todas estivessem presentes, e como na semana seguinte a participante Val não poderia participar a segunda etapa do ateliê ficou para dia 03 de agosto. Contudo, a participante Val estava sem luz em sua casa e o encontro foi remarcado para o dia 04 de agosto. No dia 03 fiz contato com a participante A. para saber se ela estava com alguma dúvida e se já havia lido e assinado o TCLE e ela pediu desculpas, mas disse que não conseguiria participar, pois os seus afazeres pessoais e devido a volta às aulas presenciais teria que sair de casa no horário do encontro para pegar o transporte. Agradei a ela pelo interesse e ela se retirou do nosso grupo.

No dia 04 de agosto ocorreu a segunda etapa do ateliê de socialização das histórias e de perguntas do que escutavam. Abri a reunião e Vanderleia e a participante Val entraram, Kassiane informou que atrasaria 15 minutos, pois estava

com dificuldade para entrar na sala. Enquanto isso aproveitei para perguntar a elas sobre a volta às aulas e como poderíamos prosseguir com o ateliê e elas informaram que dia de semana não seria possível, mas estavam disponíveis no sábado. Kassiane entrou no *Teams* e com todas as participantes presentes iniciamos a segunda etapa do ateliê, no entanto nesse dia nenhuma delas ligou a câmera. Expliquei a dinâmica do encontro e perguntei se alguém gostaria de começar e Vanderleia se prontificou. Ela nos contou sua narrativa:

“Então eu me vejo hoje como uma mulher guerreira e determinada. Depois que comecei a fazer a faculdade eu me dei conta que foi pra mim mesmo uma terapia, escolhi fazer e tornou-se na minha vida uma terapia. Foi quando perdi meu pai de uma maneira muito triste, que resolvi estudar para encher a minha cabeça para não lembrar o meu pai. Fora isso, essa faculdade também me ensinou o grande valor das pessoas do povo quilombola, enfim o nosso povo negro, de uma maneira que nunca ouvi falar, nem tinha visto falar. Sabe me apaixonei tanto por isso que até me emociono! Eu vim do Paraná, lá também tinha pessoas negras, eu sou do povo negro de lá, mas em nenhuma das escolas que estudei se falava desse povo, descobri e aprendi tudo isso aqui. Pois conheci meu marido e ele faz parte do povo quilombola e mais uma vez fui contemplada de alegria. Há mais uma coisa, quando conheci meu esposo eu já tinha um filho, mas quando me casei tive o prazer de ter mais dois filhos, esses já com o sangue quilombola que vai fazer crescer ainda mais esse quilombo! Então me sinto uma privilegiada em tudo o que faço, gosto de me sentir assim uma vencedora, uma mulher de garra, atitude. Desde pequena tive que ser independente e aprender sozinha os desafios que a vida me oferecia. Perdi minha mãe aos cinco anos e ficamos em quatro irmãos, foi muito difícil. Mas com bastante sabedoria e audácia estou onde estou, na verdade eu nem imaginava que um dia iria fazer um curso que me levaria a ser uma educadora, até que uma prima do meu marido me fez o convite, e em meio a tanto dor, tanto sofrimento, me fez com que entrasse de cabeça no ensino. E agradeço muito essa oportunidade, mas uma alegria é que vou ter mais um bebê fruto de tudo isso”.

Vanderleia terminou sua narrativa com a voz embargada agradeceu a ela por compartilhar sua história e fiz umas perguntas, já que as demais não tinham comentários ou perguntas. Uma questão era sobre a relação dela com o pai, já que foi um dos motivos que a levou ao curso de graduação e como era para ela saber que logo seria uma professora da educação quilombola. Ela respondeu que:

“Olha na verdade eu não gosto de comenta muito sobre o meu pai, porque é muito dolorido sabe? Então pra mim é muito difícil, mas foi uma maneira que eu aprendi assim, parece que tudo aquele sofrimento me levou pra, pra

uma parte dos ensinamentos que eu não conhecia dentro de mim sabe? Então eu tinha, meu deus eu e meu pai era muito unidos, tanto em casa, quanto na igreja, quanto no serviço, nos trabalhava sempre junto, então meu pai foi mãe e pai desde os meus cinco anos, então pra mim foi bem dolorido perder ele. Mas dentro dos ensinamentos aqui que a gente tá aprendendo, ser uma educadora pra mim vai ser uma coisa bem bacana, bem bonito assim, bem gratificante! Porque eu também não sabia que eu tinha esse dom de ser uma educadora sabe? Então, to aprendendo agora”. Eu perguntei se ela nunca tinha pensado nisso e ela disse: “Não, nunca tinha pensado, nem imaginava porque na verdade quando eu era pequena mais, meio contra as crianças, eu não gostava de crianças (risos), quando criança eu queria tá sozinha no meu canto, então eu nunca imaginava, mas hoje não, hoje eu já aprendi diferente, a compreende assim, hoje eu já tenho os meus filhos pequenos trazem tarefa da escola, eu vou ensinar assim sabe? Então eu já me sinto assim uma educadora entende?”.

A próxima a narrar foi a participante Val:

“Meu nome é Val e eu acho que o curso ele veio só pra reforçar ainda mais a minha autoidentidade né? Porque eu, desde que eu nasci a minha família já me incentivou muito como uma pessoa negra né? Numa cidade como Joinville, aí também a minha, a participação da nossa família na comunidade Itapocu, a autoafirmação da comunidade como negra foi uma coisa que fez com que a gente crescesse muito com esse valor né? Com esse orgulho de ser uma comunidade negra e o curso ele surgiu assim pra mim, assim como ele surgiu pra Vanderleia, porque a gente perdeu o pai bem com pouco tempo de diferença, ele surgiu também logo depois da morte do meu pai e pra mim foi uma forma de cumprir a promessa que eu tinha feito pra ele de não deixar a luta dele terminar, ele foi uma pessoa que sempre luto muito pela comunidade né? Através do curso eu posso tá dando continuidade ao que ele sempre ensinava pra gente né? Que quando um da comunidade se levanta a comunidade toda se levanta também... acho que é essa minha narrativa”.

Vanderleia quis comentar sobre a narrativa da Val:

“Eu acho que a Val falou tudo né? Eu também gostei muito da narrativa dela, é uma coisa certa mesmo na vida da gente então eu gostei mesmo”. Eu pedi para que Val se pudesse comentar mais sobre como foi crescer em Joinville considerando o que ela narrou e o contexto da cidade com uma narrativa oficial alemã, ela respondeu que: “Eu acho que foi, eu pra mim, é como eu cresci num meio negro até eu a primeira vez que eu convivi com o racismo na escola foi difícil, porque eu a primeira vez que eu enfrentei o racismo eu tinha recém completado dezesseis anos, foi na escola, um menino escreveu no quadro frases racistas pra mim e pra uma outra menina, só que eu já tinha isso tão afirmado dentro de mim que invés de eu chorar eu fiz o certo eu fui pra delegacia denunciei o menino e aí as

“Pessoas diziam que era mimimi. E aí depois da segunda vez eu já era mais velha eu tinha acho que vinte e cinco anos eu tava vindo do serviço e eu sofri dentro do ônibus, mas as pessoas falam que em Joinville não existe né? O racismo, que isso é coisa da cabeça da gente, mas existe, velado, tipo, tu entra aqui no mercado no Big, tu entra no Big cada corredor que tu vai tem um segurança andando atrás de ti e muitas vezes tu passa no corredor e vê uma pessoa roubando, mas só porque tu é o negro que tá dentro do mercado eles tão te seguindo, e eles passam do lado da pessoa que tá roubando, mas por ela ser branca e bem arrumada pra eles não tem diferença. Então isso é uma coisa que a gente tem que trabalha muito né? Na cabeça das crianças, na cabeça dos nossos filhos pra eles crescerem né? Com essa afirmação de que vão tentar diminuir eles, mas que eles tem que saber o valor deles, que não podem baixar a cabeça pra essas pessoas”.

Comentei sobre a importância da educação quilombola sobre o papel fundamental que exerciam após formadas no sentido de questionar padrões estabelecidos historicamente e Vanderleia pediu a palavra e comentou que:

“Assim ó que nem a Val comentou ali sobre o racismo e eu tava falando sobre a faculdade que quando eu era pequena nenhuma escola falava, se citava muito sobre esse negócio de negro, quilombola essas coisadas, então que eu fui conhecer foi aqui mesmo né? Então parece que eu tinha a mente fechada pra isso, pra essas coisas entende? Até as vezes eu fui vítima de racismo e eu não entendia aquilo entende? E hoje eu entendo assim super bem que eu passei por isso, porque hoje os meus filhos passaram na escola, eu já fui na escola briga por causa disso pra defende eles, mas eu não tinha esse conhecimento que eu tenho hoje entende? Então eu aprendi muita coisa, meu deus! As vezes eu fico pensando como é importante né? Você sabe o direito do ser humano, meu deus!”.

Aproveitei a fala delas e perguntei o que significava para elas estar na universidade, porque ainda é um lugar que predominam os brancos, Vanderleia contou que:

“É confesso pra você que no começo foi bem difícil assim sabe? Porque tinha umas pessoas que olhavam pra gente de um jeito diferente, a Val sabe, a Val já participou disso dentro de um banheiro lá da, da escola lá né? Então era bem difícil, tem pessoas que olha mesmo torto, porque o racismo existe, não adianta, mesmo que você diga de boca que não tem, mas lá no coração pra dentro você tem”. E Val completou falando: “É complicado assim né? Pra gente, na verdade a gente tá conquistando os nossos espaços pra gente é fato, igual a gente vai lá a pessoa vai falar que nem a Vanderleia falou do banheiro a menina falo duas coisas eu fui respondi pra ela com toda a educação explicando pra ela que preto era o

cabelo dela, a blusa dela que nos da sala éramos todas negras. Ai depois a gente comento com a regente do curso ela levo pros supervisores tudo. Só que no começo pra gente acho que foi mais difícil do que tá sendo agora, a gente já tá sendo mais aceito dentro da faculdade agora. E agora as pessoas já tem interesse em vim na nossa sala em conhecer nossa história, mas a piadinha é algo que existe, sempre vai te uma pessoa com espírito de porco pra fala alguma besteira”.

Perguntei também se as ações culturais que o curso promove estão contribuindo para mudar esse cenário e Val aponta:

“Eu não sei porque assim na nossa sala teve meninas que sofreram pela secretaria, então é uma coisa que é complicado, as meninas foram nos primeiros dias de aula na secretaria e as meninas da secretaria soltaram piadas racistas pra elas, então é uma coisa que a, tem que, que a universidade tem que trabalhar com desde os alunos lá da pré-escola até os seus funcionários. Hoje a gente já é mais, porque a gente já sabe, se a pessoa vem fala a gente vai responder, a gente vai argumentar com a pessoa, a gente já sabe o que falar, como fala entendeu? Daí as pessoas ficam com medo, mas tu sente quando tá passando no corredor um olhar, quando tu entra na secretaria as vezes tu sente um olhar, as vezes tu tá entrando e o porteiro pergunta o que quê tu tá fazendo ali, mas é tudo coisa que gradativamente a gente vai mudando”.

A narrativa seguinte foi a de Kassiane:

“Me vejo, me sinto e penso em mim nos espaços os quais vido como uma mulher forte, uma mulher forte e corajosa que sabe o que quer e com isso sempre procuro dar o melhor de mim em tudo o que faço. Iniciei essa jornada de ser educadora através de um convite feito pela professora Alessandra Bernardino no ano de 2019 e com a oportunidade aberta e o incentivo dos meus pais passei a trilhar o caminho que me levará a ser educadora, aprendi alguns conhecimentos ao longo desse período que estou estudando, mas acredito que até o final irei aprender muito mais. É isso, é um pouquinho, eu não tenho uma história triste igual a das meninas, foi só oportunidade e incentivo dos meus pais mesmo”.

Falei que gostaria de saber mais sobre ela e sua história, e ela muito tímida não sabia o que dizer, perguntei como era a família dela se ela já tinha pensado em ser professora e ela respondeu:

“Não, na minha casa moramos em quatro pessoas, eu, meu pai, minha mãe e minha irmã mais nova e na verdade assim antes eu nunca tive o sonho de ser professora sabe? A gente sempre pensa assim que professora se

incomoda demais e não sei o que, eu tinha, eu queria fazer administração antes de ingressar na faculdade, mas daí eu com a oportunidade acabei gostando e eu pretendo sim da aula agora”.

Perguntei a todas se elas percebiam se o curso, os conhecimentos adquiridos e as vivências as modificaram em algum aspecto e Kassaine foi a primeira a falar:

“bom na verdade em mim digamos assim já porque no começo não tinha né? Interesse em fazer o curso, de ser professora, é o curso eu também não tinha interesse de início, mas daí meus pais não guria vai lá faz e não sei o que e eu acabei gostando e quero exercer a profissão, mas eu não tinha desejo de ser professora”.

Perguntei para ela se pessoalmente houve alguma modificação, no jeito de pensar e ela disse:

“Ah, despertou amor né? Pela profissão, que a gente tá aprendendo a gostar cada dia mais porque, não que ser professora é uma profissão ruim, mas pelos que os professoras falam e a gente via em sala de aula, e agora já não a gente vê os dois lado, mas eu acho que um interesse bem maior do que negativo”. Vanderleia também respondeu: “Pra mim mudo bastante, porque na verdade no começo do curso eu não tinha nem coragem de fala sabe? Se fosse pra fala até aqui pelo áudio eu não ia da nem conta tá? Mas eu fui aprendendo assim que a gente tem que perde essa vergonha, porque eu entrava dentro da Univille e pensava meu deus o que quê eu to fazendo aqui, pensava assim comigo eu ficava perdida sabe? Pensava meu deus será que eu vou ficar até o fim dessa faculdade, mas depois daí começo os professores, o primeiro professor nosso foi o professor Orlando, daí eu lembro que tinha, ia ter uma prova com ele e eu tirei nota baixa sabe? Só que eu não tirei abaixo da média, aí eu perguntei pra ele, professor será que eu vou conseguir chegar até no final? Aí ele disse ainda é o primeiro ano, quando você tivesse no segundo ano você já vai saber melhor, ele falou assim e é verdade mesmo. Ai a gente, eu me policio até na, em falar uma palavra errada entende? Porque antes eu falava de qualquer jeito né? Mas agora não, se eu vou fala uma palavra e vejo que tá errada, não, eu vou ser professora eu tenho que falar corretamente, então tudo isso mudo sabe?”. E Val disse: “Eu acho que é, pra mim a minha maior mudança é que eu comecei a me posicionar mais, hoje em dia eu já não me calo quando eu vejo uma injustiça né? Principalmente quando é ligada ao racismo eu já me posiciono eu já falo, eu acho que isso foi o que mais mudo, o resto continua, eu já tinha a minha autoafirmação, então o resto continua igual”.

Iniciei a minha narrativa falando sobre a profissão de educadora de como ela nos transforma:

“Eu demorei muito pra entender né? Que ciências humanas, que essa área podia ser uma profissão, eu venho de uma família de operários, meu pai e minha mãe sempre trabalharam em fábrica, então parecia que essa era a única possibilidade, daí fui tropeçando, sempre muito indecisa sobre o que fazer da vida, um dia eu vi que o que tinha que fazer era humanas e aí conheci o curso de História da Univille e aí eu fui fazer. E o curso assim realmente mudou a minha cabeça, o meu jeito de pensar, acho que abriu pro mundo assim, pra realidade e eu sou muito grata assim não só pelo que eu aprendi academicamente, ali os estudos, mas por toda a vivência que o curso proporciona por isso realmente me transformo assim, eu também nunca tinha pensado em ser professora e eu acho que ser professora é uma responsabilidade tão grande que as vezes me dá medo disso assim porque você tá ajudando alguém a se formar a cresce então é uma responsabilidade muito grande. E eu fui descobrindo isso ao longo do curso e realmente entender só no segundo ano e daí só dei aula no estágio também e foi uma experiência enriquecedora. E todas essas coisas que vocês tavam falando aqui eu fiquei lembrando de quando eu estudava e realmente não se falava sobre muita coisa, não se falava sobre machismo, sobre racismo, e homofobia, e conversando com os alunos eles sabem de tudo isso né? Eles têm as vezes dúvidas, muitas dúvidas sobre o assunto e não falar isso na escola é a pior coisa, e eles tem acesso hoje na internet, eles sabem do que tá acontecendo, eles vivem isso então debate isso na escola é muito importante, e eu aprendi na faculdade que o ensino é a porta de mudança se a gente quer um país melhor começa pela educação pelo ensino. E é muito bom ter mulheres fortes como professores como vocês, vão ser, já são exemplos pros alunos de vocês”.

Terminei a minha narrativa e como não havia comentários perguntei se elas estavam na fase de estágio e elas responderam que no próximo semestre iniciaria o estágio, e Vanderleia comentou:

“eu vou dizer assim pra ti que até chega aqui passou várias vezes na minha cabeça para no meio, desistir do curso dizer eu não vou mais porque eu não vou da conta disso, até porque várias vezes a Val disse pra mim assim não desisti se precisar de ajuda eu to aqui, que a Val toda a vida foi a minha ajuda sabe? Meu deus tenho a Val no meu coração porque se não fosse a Val não sei o que seria de mim né Val?”.

Falamos que o curso propicia encontros e amizades que são para a vida, que isso é muito importante também, as pessoas conhecemos no decorrer da graduação e as parcerias como a Vanderleia menciona que tem com Val que quando precisa de algo uma ajuda a outra. E de como ser professor é uma profissão que exige dedicação, que impõe renovações contínuas. Ao final falei da tarefa delas de reescrever suas

narrativas e expliquei como será a terceira etapa de escriba que ficou estabelecida para o dia 13 de agosto, e agradei a elas por compartilhar suas histórias e Vanderleia disse que agradece também a oportunidade de elas poderem contar um pouco sobre suas histórias

“que as vezes a gente não tem coragem de fala assim, mas as pessoas não sabem o que a gente passou, tá passando, e assim nessa narrativa é bom porque a gente consegue coloca pra fora”.

E assim finalizamos a segunda etapa do ateliê.

3.3.3 A terceira etapa do ateliê: criando laços

De todas as etapas devido às dificuldades das rotinas da vida, as datas e os horários programados para a realização do ateliê tiveram que ser ajustados, além disso no segundo semestre de 2021, o retorno das aulas presenciais demarcou a necessidade de refazer o calendário da etapa do ateliê.

A terceira etapa prevista para o dia 13 de agosto foi prorrogada, pois Vanderleia grávida perdeu o bebê e solicitou o adiamento dos encontros por dez dias. Momento delicado, e antes de falar com Vanderleia procurei conselhos psicológicos, visto que a perda de um filho pode desencadear emoções e o ateliê não se caracteriza como um espaço terapêutico e a narração de memórias doloridas podem provocar desconfortos. Conversei também com a colega de grupo de pesquisa Graciane, ela é psicóloga integrante do grupo de pesquisa e conhecedora da metodologia do ateliê e segundo suas experiências avaliou que o ateliê poderia se constituir como uma oportunidade para falar e viver o luto, o espaço acolhedor e de escuta. Sugeri que recomendássemos o contato com os psicólogos da universidade. Conversei então com Vanderleia perguntando como ela estava e me colocando à disposição para ajudar no que fosse preciso, assim se seguiu os dez dias, verificando como ela estava. Dia 25 de agosto mandei uma mensagem a ela para verificar se ela ainda participaria do ateliê, falei que se ela não quisesse, não tivesse se sentindo à vontade tudo bem, e se voltasse e não tivesse confortável e quisesse sair que estava tudo bem também, que era ela quem decidia a participação dela, se iria falar, o que iria falar ou não também, ela agradeceu e disse que iria continuar no ateliê.

No dia 26 de agosto mandei mensagem no nosso grupo para marcamos o encontro, sugeri dia 28 no sábado, pois com o retorno das aulas elas falaram que seria melhor aos sábados, mas Val não poderia e perguntei se o próximo sábado dia 09 de setembro daria e ela informou que no dia 06, na segunda, não teriam aula e marcamos para esse dia. No dia 06 de setembro então recebi uma mensagem de Val informando que ela havia conseguido um emprego em uma escola e não teria mais tempo para participar, ela se retirou então do grupo. Perguntei a Kassiane e Vanderleia se elas ainda poderiam e Kassiane informou que teve que ficar no trabalho e não conseguiria entrar na reunião. Com a saída Val ficamos apenas em três e os encontros não poderiam acontecer sem uma delas, porque a dinâmica não funcionaria, dia 10 entrei em contato com elas para vermos como poderíamos terminar o ateliê, faltava três encontros ainda, e até elas falaram que sim tínhamos que terminar, marcamos para sábado dia 18 de setembro as 14:30, mas nesse dia também não ocorreu, Kassiane teria um compromisso com família e teria apenas meia hora disponível e Vanderleia não respondeu a mensagem, ainda nesse dia mais tarde mandei mensagem e sugeri que as três etapas que faltavam acontecessem dia 25/09, 02/10 e 09/10 e elas concordaram. Mas no dia 25 também não deu certo, Vanderleia acabou se esquecendo da data do encontro e foi transferido para o dia 27, no entanto, nessa data Kassiane estava impossibilitada, em decorrência adiamos para o dia 28. Na data combinada abri a reunião e Kassiane entrou, porém Vanderleia não, enquanto aguardava notícias dela, eu e Kassiane conversamos sobre a faculdade. Vanderleia não entrou na plataforma Teams e comunicou que não conseguiria mais participar. Conversei com ela e perguntei se fosse de outra forma ela continuaria e ela afirmou que sim. Nosso último encontro ocorrido no dia 04 de agosto, já havia se passado se distanciava há quase dois meses e a questão que emergiu foi o efeito da metodologia e alternativa encontrada coletivamente foi adiar o ateliê. A foi alterar a ferramenta e o ateliê foi adaptado para o Whatsapp, e no dia 13 de outubro foi encaminhada uma mensagem explicando a proposta, e o cronograma abaixo:

Tabela 1 – Cronograma ateliê biográfico na plataforma WhatsApp

Etapas	Prazo
Narrativa e Escriba	
Narrativa (contar o que reescreveu)	19/10
Escutar e escrever (Escutar uma das narrativas e escrever o que a pessoa está contando. Atenção: Não pausar o áudio, nem voltar o áudio, tocar direto e escrever o que conseguir. Obs.: Você escreverá	24/10

em primeira pessoa, como se fosse a sua história). Depois de escrever mandar um áudio com a leitura da história.	
Escutar o áudio que a outra mandou contando sua história e depois gravar um áudio <u>contando como foi ouvir sua história contada por outra pessoa e como foi escrever a história da outra pessoa</u>	28/10
Etapa Artesania	
Fazer uma artesanaria com os materiais da pasta (podem fazer colagem, pintura, bordado, misturar tecido com tinta, linha na folha de papel) soltar a imaginação é em vez de escrever sua história fazer uma arte, com os materiais que você quiser. Tirar uma foto e mandar no grupo junto com o áudio explicando o que você fez, o que significou para você	09/11
Ver as fotos e escutar os áudios das outras pessoas do grupo e mandar um áudio falando se você se identificou com o que a outra produziu e por que, se alguma proposta artística tocou, impactou e por quê	13/11
Última etapa	
Escrever uma nova narrativa pensando em um projeto de futuro , de que forma essa experiência de contar sua história e escutar outras histórias poderá ajudar em um projeto futuro e enviar um áudio contanto o que escreveu.	23/11
Escutar os áudios das outras participantes e fazer perguntas e/ou comentários sobre as histórias que escutou observar semelhanças com a sua história de vida, ressaltando os aspectos que impactaram de alguma forma.	26/11
Balanco da experiência	
Enviar um áudio contanto como foi participar do ateliê , quais os pontos positivos e negativos, como avaliou essa experiência e as contribuições para a sua história de vida. (Importante que sejam sinceras a opinião de vocês é muito importante, podem falar dos pontos negativos, preciso saber como foi de verdade para vocês).	30/11

Fonte: Da Autora (2021)

O cronograma foi enviado para as participantes e resolvida as dúvidas sobre as etapas antes de iniciar a terceira etapa do ateliê. No dia 19 de outubro foi concluída a primeira parte da etapa, porém nenhuma das participantes encaminhou sua narrativa, fator significativo para que a metodologia funcionasse devido o estabelecimento de vínculos entre os participantes e o pesquisador. Momento de vulnerabilidade que impulsionou uma decisão, enviei minha narrativa de vida para o grupo:

“É a minha narrativa que eu fiz depois daquele dia que a gente converso e que eu ouvi vocês, quando eu fui reescrever né? Eu fiquei pensando muito é nas mulheres da minha família, as falas de vocês me fizeram pensar muito assim nas mulheres da minha família e como isso me influenciou né? É na minha família, principalmente na parte do meu pai é as mulheres nunca foram assim de, de toma iniciativa assim no sentido de que acabavam aceitando o que os maridos falavam e eu vejo assim na minha

avó uma tristeza assim com isso sabe? Porque eles poderiam tá numa situação muito melhor se ela tivesse se imposto assim ao invés de deixar o meu avô fazer as coisas que ele queria e que não deu certo. Ela tinha boas ideias, mas acabava indo pelas ideias do meu avô e eles acabaram perdendo muita coisa e isso aconteceu com as minhas tias assim também. Eu tenho uma tia que meu pai sempre fala que ela é superinteligente, que quando o professor faltava ela que dava aula, só que meu tio é muito ciumento e nunca deixou ela trabalhar, ela sempre tem que ficar ali em casa, e eu e minhas primas a gente sempre falava que era como se fosse uma maldição assim porque nenhuma mulher da família é fazia o que queria né? Então eu sinto muita, isso me influenciou muito e quando eu entrei na faculdade eu conheci o feminismo e daí eu comecei a pensar na minha adolescência que isso já tava presente né? Porque eu sempre via elas então eu tinha na minha cabeça e tenho ainda que eu preciso fazer diferente, que eu não posso deixar acontecer o mesmo assim, e isso é algo muito forte assim na minha vida, acho que até pelas coisas que eu estudei, depois esse meu interesse em estudar sobre mulheres e faz alguma coisa em relação a isso vem disso assim, dessa, da história das mulheres da minha família, que influenciou bastante, acho que isso também pesa quando eu penso em carreira, em futuro, na forma como eu sou professora né? Porque quando eu fiz o estágio da graduação, o estágio obrigatório no final eu fiz sobre a história das mulheres na ciência, então é isso é algo que passa por toda a minha vida assim e quando eu vi vocês falando assim que se sentem mulheres poderosas, tem orgulho de ser quem são, eu queria muito que todas as mulheres sentissem isso, que as mulheres da minha família pudessem atingir o seu potencial, conseguissem conquistar seus sonhos, mas se elas não puderem, se a minha avó principalmente não pode, eu sinto essa, as vezes como uma obrigação, eu sinto esse dever assim de fazer por elas assim de fazer diferente”.

Como resposta Kassiane “*Linda sua narrativa Bruna*”. E Vanderleia “*Tá muito linda fiquei feliz em ouvir tudo isso obrigado*”. Momento decisivo do ateliê, pois ocorreu uma alteração nas relações entre os integrantes do grupo e no mesmo dia as participantes enviaram suas narrativas e a atmosfera assumiu um tom de acolhimento. Kassiane disse:

“A minha narrativa começa da seguinte forma com um ano de idade minha mãe me deixou com o meu pai porque ela queria viver sem preocupação, então, meu pai foi meu pai e minha mãe. Então a minha infância foi, não difícil por não ter amor e, e cuidado de um pai, mas sim por aquela falta que uma mãe faz pra um filho né? Com isso teve perdas assim digamos que eu cresci uma pessoa muito insegura, ainda sou insegura, não tenho confiança em mim, não tenho confiança nas outras pessoas, demoro pra mi abrir pra outras pessoas. Só que isso foi fazendo eu ver exemplos na minha família que devem ser seguidos, como o do meu pai que luto até o último pra me criar, pra me da estrutura, pra me da do bom e do melhor né? Dentro do possível, nas condições dele, a minha tia que ajudo ele a me cria, que é um

exemplo de determinação, determinação que volto a ter, depois de adulta, que ela teve que parar quando era criança pra ajudar na renda familiar, porque meu pai era mais novo né? Então ele não podia trabalhar quando a mãe deles morreu quando ele tinha quatro anos e ela de oito pra nove, então ela paro de estuda e foi trabalhar fora pra ajudar meu vô, porque meu vô era como se fosse um alcoólatra, trabalhava e gastava tudo em bebida, eles ficavam sem comer as vezes, então o meu pai e minha tia graças a Deus cresceram pessoas de valor, pessoas de bem, os dois são funcionários públicos ela em Araquari, ele no porto de São Francisco do Sul. E até os meus quinze anos eu tive a minha tia, mas não é mãe né? Então, teve coisas que ela acerto, teve coisas que ela erro, mas, o pai teve claro outras mulheres né? Na vida dele que também no começo gostavam de mim, mas depois só queriam o meu pai e assim a única mulher que aceito ele com a, comigo né? Foi a minha madrastra que eu tenho agora, que eu chamei de mãe, porque eu considero ela uma mãe porque ela faz coisa pra mim como se fosse minha mãe mesmo, com a idade que ela me pego, com quinze anos ela me ensino bastante coisa, mostra assim o real da vida, ri, conversa, fala coisa que uma mãe falaria pra uma filha da minha idade. E com isso eu queria falar que no início da, do, que eu comecei o curso eu não queria assim é pega e começa a faze né? E ela me incentivo, eu tava trabalhando, trabalhava a noite cuidando de uma senhora e ela fez o meu pai briga comigo, fez eu volta pra casa e fala que não, que eu devia faze, que eu devia insisti e faze a faculdade, por mais que não fosse algo que eu queria no início, porque eu não queria dá aula, eu não me via dando aula, não queria, não queria! Daí eu fui, sai do serviço né? Que eu tava gostando, sai do serviço e fui tenta a faculdade graças a Deus eu passei, to ai né? Hoje por incrível que pareça to gostando da ideia, to querendo da aula, to me vendo como professora assim já querendo né? E assim to muito feliz em poder participar desse projeto também que conta a história das pessoas negras, da comunidade, e diz assim que isso é algo que reafirma em nós né? A ideia de ser quilombola, que não é um motivo pra nós não nos orgulhamos, mas sim motivo de termos orgulho por virmos de uma comunidade quilombola, a gente chega tá longe, não é porque uma pessoa é negra que ela é, de uma comunidade quilombola que ela não pode chega longe, claro que pode, a gente sabe que o mundo de hoje em dia não é fácil assim pra pessoa chega num nível superior assim de ensino, por mais que tenha cota tudo, mas é bem difícil as pessoas que conseguem chegar nesse nível de ensino sendo negra, então assim, por mais que nossa faculdade não seja paga né? Com nosso dinheiro, mas pelo governo tem toda aquela dedicação, o mesmo esforço, as mesmas dificuldades que uma faculdade paga tem a gente também tem, a gente também tem (inaudível) pra arrumar os documentos também uma correria só. E diz assim que isso é bom porque faz a gente refletir, pensar onde, da onde a gente saiu e a onde a gente tá chegando, onde a gente procura chegar. O que eu pretendo com o curso, com tudo que a gente tá fazendo na faculdade é me torna uma boa professora, ser um exemplo de ser humano pra que pessoas possam se inspirar na minha história, pra que alunos meus possam saber, não mais a professora passou por tudo isso e tá aí e eu pode incentiva meus alunos, incentiva meus irmãos mais novos do que eu a serem, a

querem ser alguém na vida, a crescerem cada vez mais, e a minha história era isso!”.

Imediatamente após ouvir o áudio com a narrativa dela falei que lembrava que no primeiro dia ela falou que não tinha uma história assim para contar, mas ela tem sim uma história que emocionou e ela respondeu: *“É que eu não gosto muito de falar dessa parte da história. Achei que era hora de contar, obrigada pelas palavras”*. Disse que compreendia ela e agradeci a confiança de partilhar sua história.

Na sequência Vanderleia encaminhou sua narrativa:

“queria falar um pouquinho assim sobre a história né? Como eu comecei a conta lá sobre a minha infância né? Eu não tive infância porque eu aprendi a trabalhar muito cedo. Então foi assim, eu perdi a minha mãe eu tinha cinco anos de idade, ficamos em quatro irmãos, é assim até tive madrasta sabe? Por trinta e três anos, você sabe que o convívio com uma madrasta não é fácil na vida de crianças pequenas que ainda não entende, porque eu ainda não conhecia a vida né? Tava aprendendo ainda é então eu passei por uma fase bem difícil da minha, da época de criança mesmo sabe? Porque elas gostavam do meu pai, mas da gente elas não gostavam muito, porque criança é muito arteira e tal e então ficava sempre assim aquela dúvida, será que o meu pai ficava com elas, será que ficava com a gente. Até que meu pai decidiu e fez um papel pra que colocasse nos num orfanato né? Pra ele pode é vive a vida dele, mas quando chego no tempo que eles vieram busca a gente meu pai olho na cama todo mundo dormindo e meu pai rasgou os papeis assim sabe? Que ele não quis que abandona os filhos por causa de mulher assim essas coisas sabe? Então, e daí dali ele caso e nos tivemos, começou uma situação bem difícil dentro de casa porque ela batia na gente e a gente era criança, a gente respondia, ai ela, a gente não podia fala pro pai porque se o pai falasse alguma coisa ela largava do pai sabe? Foi uma infância bem difícil, mas graças a Deus nos irmãos, nós não se separamos, é dizendo assim não separamos é de fica longe um do outro, mas eu tive uma irmã minha que fico desaparecida da gente por vinte e seis anos, vai faze o que, um ano e pouco que eu achei ela sabe? Meu pai faleceu achando que ela era morta já né? E quando fazia dois anos que o meu pai faleceu ela apareceu de novo. E então minha história se resumindo foi uma história de luta, de sofrimento, de conhecimento porque eu ficava um dia com uma pessoa outro dia com outras família, assim eu com oito anos já esfregava chão de casas assim trabalhando de casa em casa sabe? Porque eu não parava em casa com meus pais, eu parava mais na casa de madrinha, de tio assim sabe? Morando, porque eu não me acertava de fica em casa, mas o que eu tenho pra te dize, finalizando é assim ó, eu assim no mesmo tempo que eu sofri eu aprendi, no mesmo tempo que eu me entristeci naquela época, hoje eu sou feliz porque eu tenho uma família que sabe? Que eu amo demais, meus filhos, meu esposo, eu tenho o meu lar, uma coisa que eu nunca tive naquela época, um lar, hoje eu tenho o meu próprio sabe? Eu tenho assim um conforto que eu não tinha, hoje eu tenho, é sou muito grata a Deus a minha família, sou muito grata a Deus a

meu pai, sou muito grata a Deus na minha vida sabe? E disse pra você que eu to muito assim contente, contente com tua história, que a nossa história fez você se conscientizar de fala da tua família e assim eu to falando da minha, e eu falo com muito orgulho da minha família, do jeito que eu ensinei os meus filhos, que eu criei eles entende? Dando pra eles sempre uma oportunidade, mas também ensinando eles vive, vive pra pode enfrenta o mundo ai fora. Então a minha história de criança foi essa, sofrida! Mas com aquela história sofrida, com aquela época sofrida eu hoje aprendi a ser uma mulher de caráter, guerreira, trabalhadeira e que tem vontade de luta pelas coisas, que mete a cara e vai sabe? Que quer fazer e faz e assim vai e não adianta ninguém dizer que não porque se eu coloca alguma coisa na minha cabeça eu tenho que faze e enquanto eu não fizer eu não sossego, outra coisa eu tenho que fazer bem feito pra mim não volta pra trás e faze de novo, porque se tem uma coisa que eu lembro que o meu pai dizia que se a gente fizer o serviço duas vezes, duas vezes a gente é vadio, o vadio sempre faz o serviço duas vezes e você não! Você vai e acata tudo numa vez só, é isso que eu aprendi e que eu passo pros meus filhos e é isso que um dia eu quero passa pros meus alunos também, a sabedoria que eu tive, que eu tenho e que eu vou ter pro resto da minha vida e aquilo que eu me tornei que os meus filhos vão levar pra eles e pros filhos deles”.

Agradei Vanderleia pela partilha e disse a ela que é possível perceber a mulher guerreira no tom de sua voz, que sua história era sensível, e ela respondeu:

“[...] que cada vez que eu falo um pouco da minha vida e experiência eu choro por cada Vitória que conquistei até hoje”.

A segunda parte da etapa, a escriba, iniciou com explicações sobre o funcionamento e um sorteio de quem seria a escriba. Kassiane foi sorteada como minha escriba e Vanderleia como escriba de Kassiane e eu como escriba de Vanderleia, tarefa a ser realizada até dia 24 de outubro de 2021. Concluída essa etapa, elas deveriam mandar um áudio lendo o que escreveram e como foi escrever e ouvir sua história narrada por outra pessoa. Na data prevista para o envio da escrita e do áudio, no entanto até 23 de outubro, ninguém havia encaminhado, então mandei a minha escriba e Vanderleia ao escutar disse que foi:

“Emocionante chorei um Monte obrigada por valorizar a nossa história”.

Fiquei muito emocionada com a mensagem de Vanderleia, assim como me emocionei ao escutar a minha narrativa contada por Kassiane, é uma sensação estranha que intensifica a narrativa. Vanderleia pediu para explicar de novo essa

parte, mas preferiu não fazer a escriba, para que Kassiane pudesse ter essa experiência eu fiz a escriba da narrativa dela e enviei no dia 03 de novembro e ela disse que ficou contente, mas não falou muito perguntei então para as duas como foi essa escuta, para Kassiane foi:

“Foi muito bom Bruna, parece que você entrou na minha história”

E Vanderleia:

“Foi uma experiência muito grande porque está só na minha mente é logo de repente estava sendo contadas a de uma maneira delicada e com um valor inexplicável por alguém que valoriza a nossa história”.

Assim finalizamos a terceira etapa do ateliê, a socialização e a troca não foram intensas como normalmente ocorrem em vivências presenciais, mas as narrativas foram pulsantes e desvelaram nuances de emoções, principalmente Kassiane que quase não havia narrado na segunda etapa, demonstrando a eficiência dos exercícios de escrita e fala de si.

3.3.4 A quarta etapa do ateliê: artesanando a vida

A artesanaria foi uma prática experimentada no ateliê, pois metodologia viabiliza que as narrativas sejam registradas em múltiplas linguagens, além da escrita. O momento específico para narrar utilizando outras linguagens numa criação ainda não tínhamos realizado. Existem ateliês que trabalham com as linguagens da arte, mas a prática da artesanaria ainda não tinha sido abordada no ateliê, e particularmente o resultado desse processo gerou ansiedade, acrescida da proposta ser desenvolvida à distância.

No dia 03 de novembro foi enviado pelo *Whatsapp* para o grupo as atividades referentes à quarta etapa, construção de uma artesanaria, e novamente próximo a data final ninguém havia mandado a atividade. No dia 12 de novembro encaminhei a artesanaria desenvolvida por mim expostas nas imagens 3 e 4, e a narrativa:

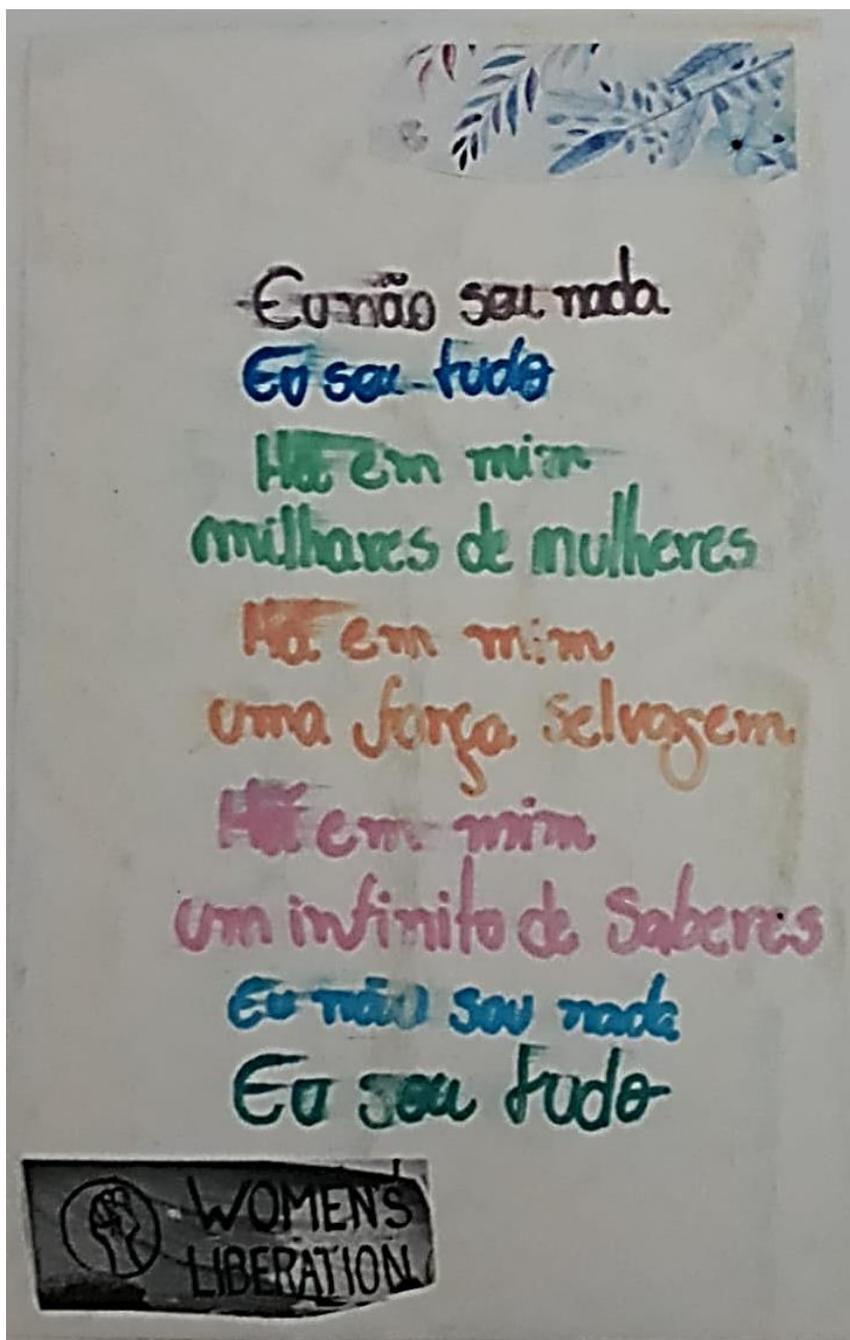
“bom meninas o que eu escolhi fazer foi uma colagem porque é algo que conheci na graduação, que era uma fanzine que é parecido com isso, não sei se vocês conhecem, mas é uma folha A4 dobrada em quatro partes em que você escreve histórias ou notícias com colagem e tal, é como se fosse uma revistinha né? E é algo que eu gostei muito de fazer, é algo que eu me desconecto um pouco das coisas e começo a pensar, é um tempo que tiro pra mim, pra minha criatividade e tal. Então eu resolvi fazer essa colagem e pra mim acho que ela representa é um pouco de, das mulheres da minha vida, mas também das mulheres que eu já conheci e acho que tanto as da minha família quanto as que eu conheci deixaram um pedacinho delas em mim né? Então eu fiquei pensando que tem muitas mulheres em nós, tem uma força, uma coisa, que vem acho que quase ancestral, de todas as mulheres que vieram antes e das que vão passando nessa vida e deixando marcas na gente. Então eu fiz essa colagem simbolizando acho que não dá pra reduzir a uma coisa só né? A gente é muitas coisas, muitas mulheres, muitos momentos felizes, alegres, mas tristes também, dolorosos e eu acho que é isso que significa. Fiz um poema também que é algo que eu gosto de escrever, então eu vou ler o poema, eu não sou nada, eu sou tudo, há em mim milhares de mulheres, há em mim uma força selvagem, há em mim um infinito de saberes, eu não sou nada, eu sou tudo”.

Imagem 3 - Artesania Bruna Mulheres



Fonte: Da Autora (2021).

Imagem 4 - Artesania Bruna poema



Fonte: Da Autora (2021).

Vanderleia disse que ficou sensacional e perguntou se poderia utilizar fotos e respondi que ela utilizasse o que quisesse usar. No dia seguinte, dia 13 de novembro, Vanderleia enviou muitas artesanias. A primeira foi uma colagem, imagens 5 e 6, e disse:

“com tudo isso eu me sinto essa mulher empoderada”.

Imagem 5 - Artesania Vanderleia Colagem Empoderada



Fonte: Da Autora (2021)

Sobre essa colagem ela narrou:

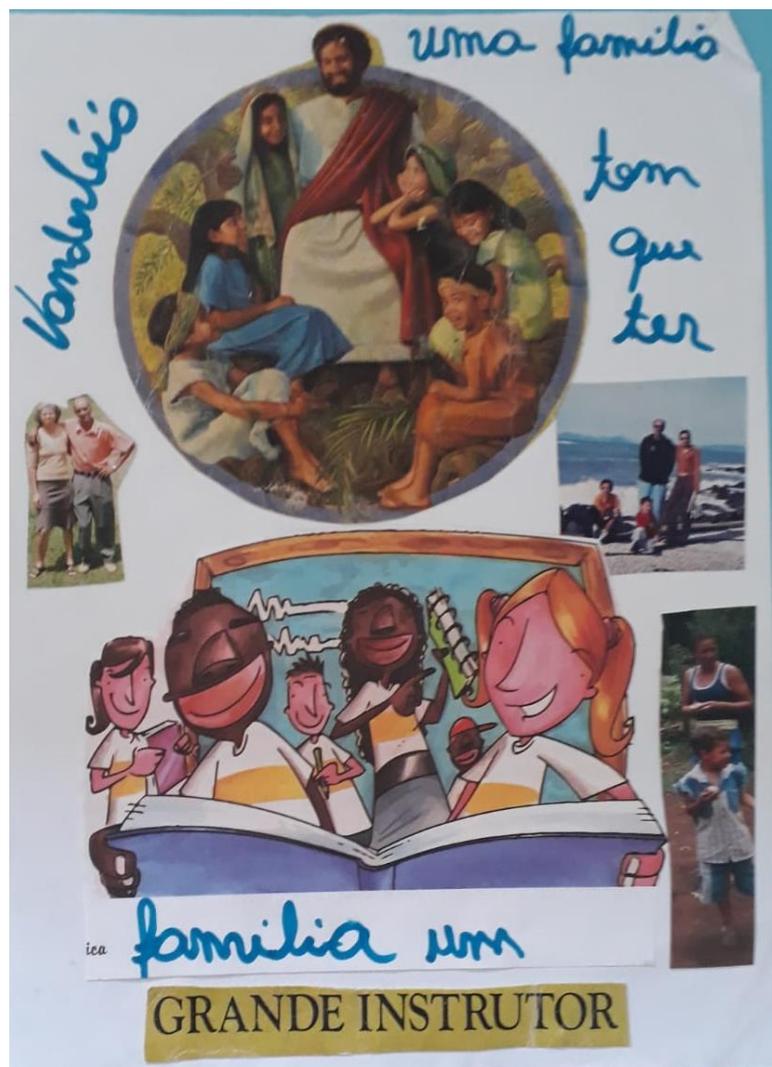
“A primeira foto era de quando eu era solteira ainda não tinha filho, não tinha nada e nem pensava em fazer nada da minha vida ainda, nem estudar, nem pensava em fazer faculdade nem nada, como você vê pra baixo uma foto de duas crianças, como se fosse os meus dois filhos que estão estudando né? Que foi um caminho que eu escolhi pra eles e eles mesmo

escolheram também né? Porque o estudo faz parte de tudo né? Logo abaixo é o meu casamento, quando eu conheci meu esposo né? Aqui a gente caso no cartório tudo certinho, ali embaixo tu vê o meu filho mais velho, que quando ele ficava com meu pai pra mim trabalha então eles saiam anda de bicicleta, ele aprendeu a anda de bicicleta, enfim tudo. Ali em cima onde você vê a foto daquela morena ali eu hoje me sinto assim uma pessoa, uma negra empoderada, entendeu? Não sei se é isso, se é assim que fala, mas eu me sinto assim sabe?”.

Ela mandou outra colagem, imagem 6, e continuou sua narrativa:

“Também não podia deixar de fala da família né? Uma família unida, uma família que tem que ter um grande instrutor que foi o meu pai né? Tem a foto dele ali comigo na praia com meus irmãos, com meu filho. Do outro lado tá ele e minha madrasta ali, então o meu pai fez parte de tudo isso e fez parte onde eu não desisti de estudar. Logo abaixo você vê mais uma foto de uma família, que família pra mim é a coisa mais importante que existe na fase da terra, é Deus acima e nós abaixo né? Porque a família é também primeiro lugar nessa vida, então a gente aprende com a família a gente ensina com a família, a gente convive com a família”.

Imagem 6 - Artesania de Vanderleia Colagem família



Fonte: Da Autora (2021).

Ela disse que ainda não havia acabado, e mandou uma foto de um quadro, imagem 7, com várias letras e disse que formaria palavras em seguida enviou o texto que fez com as letras do quadro, imagem 8, e disse:

“Hoje conto mais uma história de resistência de mulheres fortes que sofreram pra poder estar aqui, falando um pouquinho da realidade de muitas mulheres”.

Imagem 7 - Artesania Vanderleia quadro de letras



Fonte: Da autora (2021)

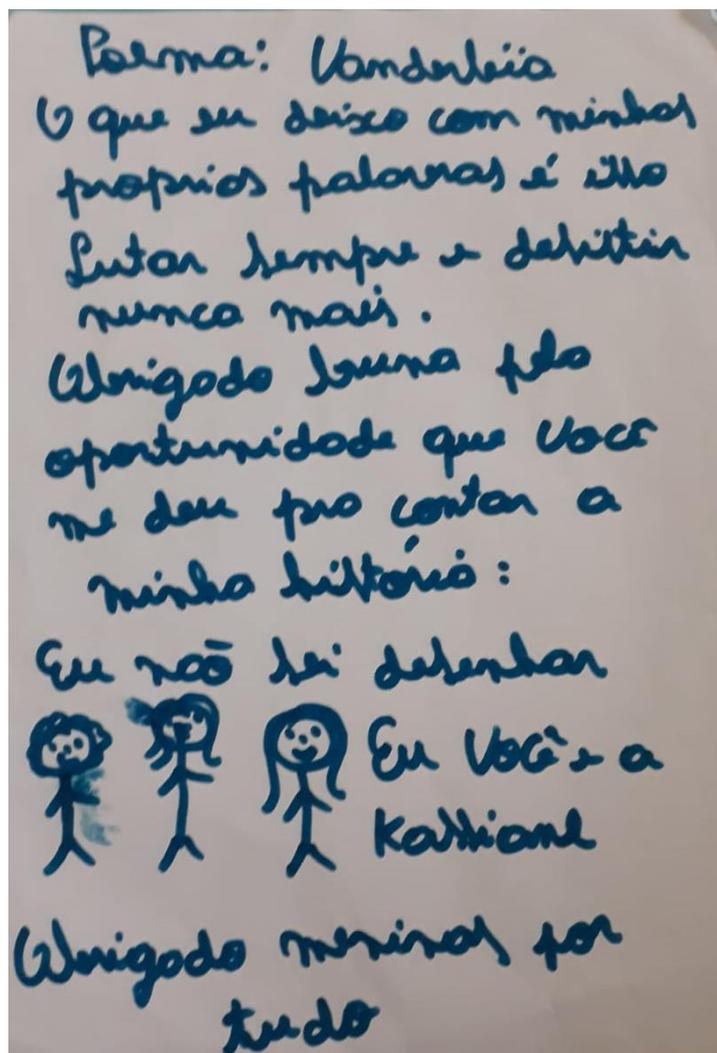
Imagem 8 - Artesania Vanderleia Texto do quadro

De Vanderleia para Bruno
 Então eu falei que cada peça
 do quadro tem significado, por
 Ex: P Eu teria que ter paciência
 para chegar no objetivo de
 conseguir uma conquista de ser
 o que sou hoje. Quero ser humilde
 de caráter e que não deva ser
 fácil: Poder ensinar os meus
 filhos a lutar sempre para
 conquistar a vitória de cada um
 tem olhar os banuais: Então agora
 voce já sabe por que a infância
 do meu pai do meu lodo
 quando estava aqui.
 É muito triste falar dele não!
 gratificante de a ver me ajudando
 a chegar até aqui.

Fonte: Da autora (2021)

Ela também enviou um poema que escreveu, imagem 9, e um desenho, imagem 10, e comunicou que passou uma noite acordada fazendo artesanias.

Imagem 9 – Artesania Vanderleia Poema



Fonte: Da Autora (2021)

Imagem 10 - Artesania Vanderleia desenho



Fonte: Da autora (2021).

E ela não parou por aí, no dia 18 de novembro enviou mais artesanias, uma mandala, imagem 11,

“que representa várias coisas importantes em cada cor”.

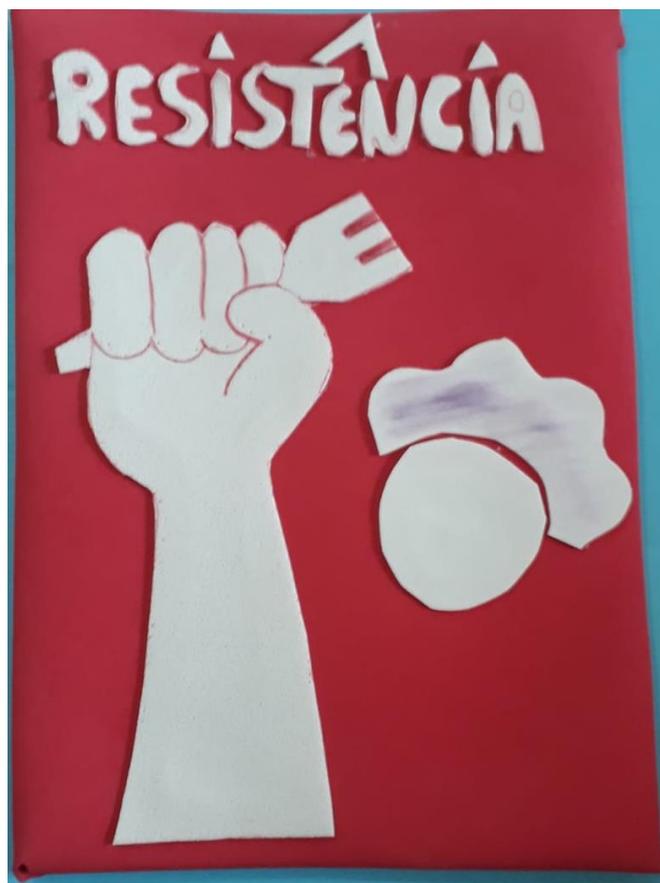
E uma montagem poética, imagens 12 e 13.

Imagem 11 - Artesania Vanderleia Mandala



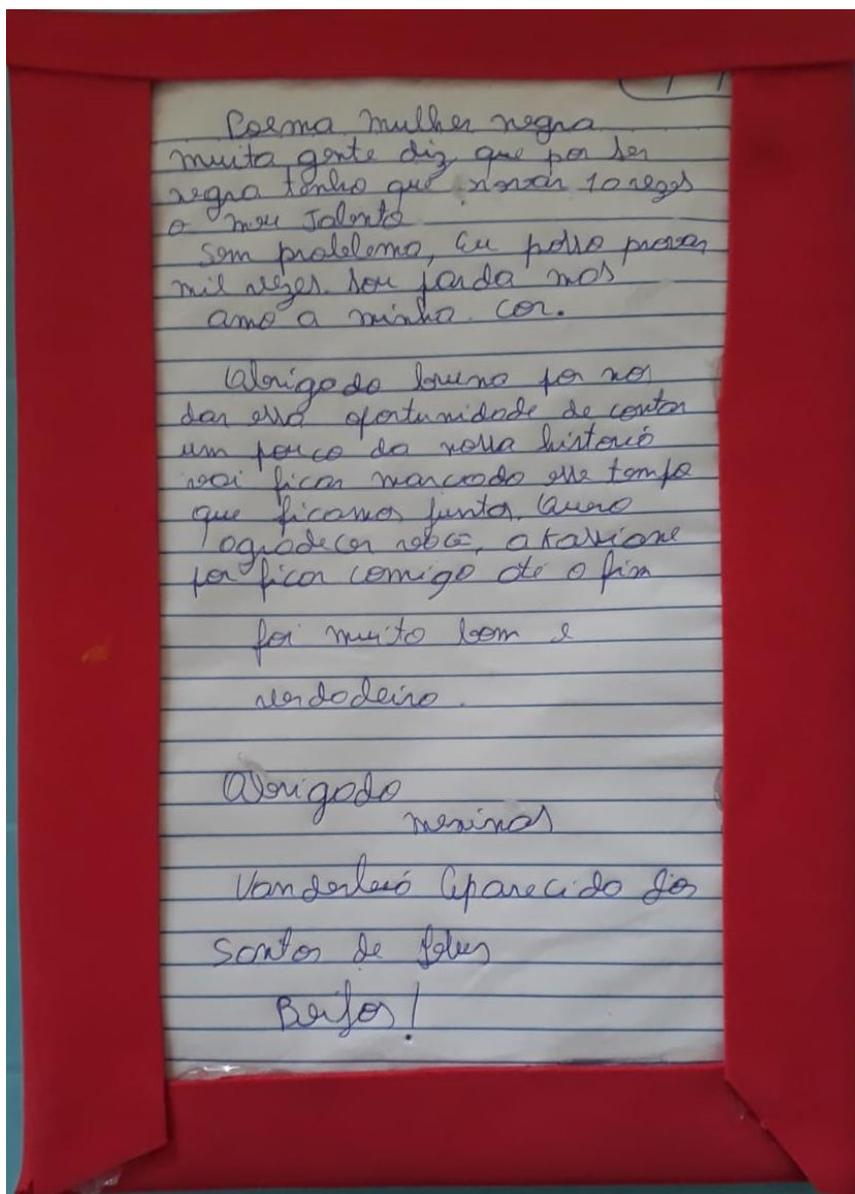
Fonte: Da autora (2021)

Imagem 12 - Artesania Vanderleia Montagem resistência



Fonte: Da Autora (2021)

Imagem 13 - Artesania Vanderleia Montagem Resistência Poema



Fonte: Da Autora (2021)

Ela compartilhou um trabalho desenvolvido na faculdade sobre o cinema negro, imagem 14, e contou que na exploração:

“no tema da consciência negra teve um trabalho que a gente fez sobre os anos oitenta, os africanos, teve penteado essas coisas e eu fiz sobre o cinema, eu quero compartilhar contigo as fotos do trabalho e compartilhar uma foto que eu gosto muito dessa foto”.

Imagem 14 - Artesania Vanderleia Cinema



Fonte: Da Autora (2021).

Vanderleia enviou uma última artesanaria, imagem 15:

“É uma foto que eu coloquei como representando viva a liberdade”

Imagem 15 - Artesania Vanderleia Viva a Liberdade



Fonte: Da autora (2021)

Ao final Vanderleia encaminhou narrou:

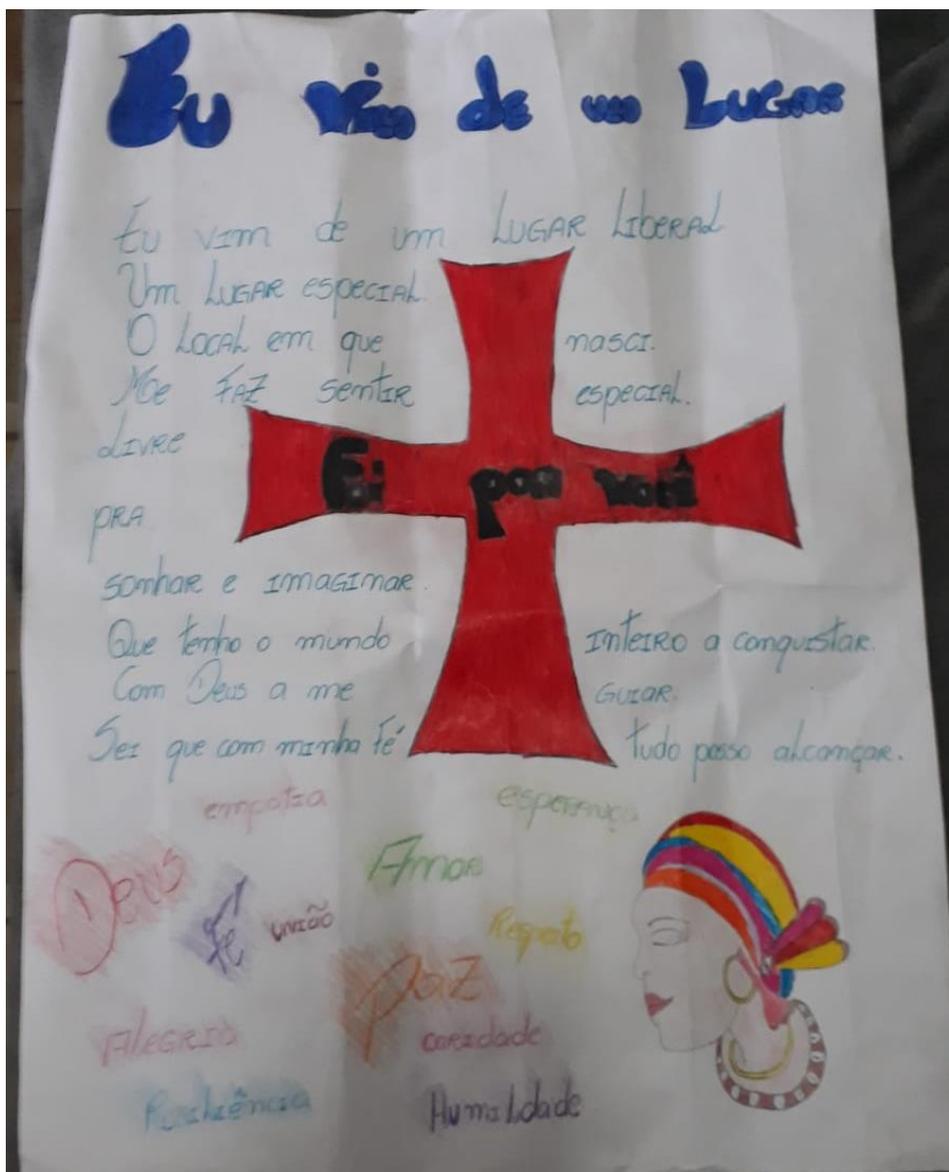
“Obrigada Bruna por tudo tá? Obrigada pelo trabalho que a gente fez até agora, agradeço de coração, agradeço a Kassiane por estar com a gente também. E espero que eu possa é como que eu digo, fala mais e mais a cada dia, assim como nós tivemos essa oportunidade, sei que nos vamos ter de novo da gente tá falando da nossa vida, da nossa história, que pra mim foi uma coisa muito emocionante sabe? E que vai fica registrada pra sempre no meu coração nos estarmos juntas aqui nesse grupo debatendo as formas da nossa história, o que passamos, o que vivemos, o que nos vive hoje né? Uma pra outra, e disso nos tirar exemplo da história de cada uma referente a nossa família, a nossas irmãs, os nosso filhos sabe? Referente ao sofrimento de cada uma, que todo mundo teve um sofrimento, teve uma história, mas cada uma diferente da outra e com cada história dessa nos podemos fazer coisas assim que, eu to muito emocionada de falar hoje sabe? De ver essas fotos aqui agora, tava olhando, tava tirando foto, tava pintando, ontem a noite eu tava fazendo um trabalho de arte pro meu filho, que foi um que eu postei lá, que você fez um comentário lá, mas pra mim é muito gratificante o meu menino olhou pra mim e disse mãe tu gosta de fazer isso, eu disse filho pinta é uma terapia, desenha é uma terapia, porque ali você bota as cores que você quer, aquilo que você tá sentindo você bota através das cores, então pra mim foi muito gratificante!”.

Ouvir essa narrativa e ler emociona, pois reafirma o quanto essa etapa é dialógica e propicia descobertas de si. As artesanias de Vanderleia e os trabalhos compartilhados demonstraram que as energias trocadas/intercambiadas movem o ateliê e estabelecem vínculos, mesmo quando o cenário não era nada favorável, quase não acreditei quando vi que ela desabrochou ao criar artesanias.

Kassiane também compartilhou sua arte, imagem 16, um trecho de um poema e palavras

“que estão ligadas de forma forte na minha vida”.

Imagem 16 - Artesania Kassiane eu vim de um lugar



Fonte: Da Autora (2021)

Finalizamos essa etapa com um saldo positivo, momento de consolidação do vínculo e de desvelamento da potência do ateliê criador de laços afetivos, de atmosfera de cumplicidade, carinho e troca.

3.3.5 A quinta etapa do ateliê: empoderando o futuro

No dia 22 de novembro foi iniciado o preparo da última narrativa tematizando os projetos de futuro, kassiane enviou um recado que nem acreditava que as

atividades do ateliê estavam terminando, que havia passado muito rápido. No dia seguinte, 23 de novembro, Vanderleia mandou seu projeto de futuro:

“Um dos objetivos que tenho é isso ser bem-sucedida, bem pra cima empoderada, guerreira valente, não querendo ser puxa saco mais gostaria de no futuro chegar a ser como você uma mente criativa uma mente que busca entender cada história. Então Bruna, quando comecei esse projeto com você achei que não ia dar em nada, mas você com seu jeito começou a trabalhar na nossa mente como se a gente voltasse ao passado tudo de novo voltei a lembrar quando era criança, depois menina, é agora uma mulher que sabe o que eu quero, dentro dessa história eu me emocionei chorei desabafei é consegui tirar um peso das costas passando tudo isso para o papel cores e tintas. No meu futuro eu quero continuar sendo uma professora que trabalha com sabedoria, amor, carinho, é dedicação Bruna você está marcada do meu coração um dia nós vamos nos encontrar é vou te dar um grande abraço, quero ser sempre de agora em diante uma pessoa bem vista é no futuro ser feliz comigo é com minha família então o projeto no futuro é fazer o melhor para os meus filhos e esposo valorizando sempre o que aprendi com muito amor Bruna chorei pra entrar é chorei também por estar acabando o trabalho foi muito bom foi uma coisa que mudou o meu modo de pensar obrigado Bruna de coração”.

Respondi a ela:

“Nossa Vanderleia li várias vezes, to muito emocionada, porque eu queria muito que vocês tivessem uma ótima experiência e muitas, e muitas vezes mesmo eu achei que não ia dar certo e essas últimas semanas tem sido incrível e ler isso agora dá um quentinho do coração, você é muito inspiradora e sou muito grata por você compartilhar sua história”.

Nos dias seguintes elas mencionaram que não estavam muito bem de saúde, mas no dia 30 de novembro, depois de verificar se elas haviam melhorado, enviei a narrativa do projeto:

“Essa semana que passou fiquei pensando muito sobre essa atividade, do projeto de futuro, a pandemia mexeu muito com o meu emocional e achei que as coisas não iam dar certo, mas essas semanas com vocês tem sido incrível, tem sido inspirador e eu aprendi muito com cada uma de vocês e sou muito grata por isso. Acho que meu projeto de futuro é buscar qualidade de vida e nas minhas relações com a minha família, amigos, estar mais presente e compartilhar, e conseguir ser uma boa professora. Meninas ouvir vocês me fizeram pensar em muita coisa da minha vida e por isso etapa pra mim acabo sendo mais difícil do que eu esperava, mas eu saio desse processo transformada pela história de vocês, e quero poder acompanhar vocês por aí”.

E Vanderleia respondeu:

“Obrigado Bruna é vai ser um prazer estar com você do nosso lado, eu que tenho que te agradecer, pois eu consegui falar, me expressar é compartilhar os momentos da minha história com vocês obrigado mesmo”.

Kassiane no dia primeiro de dezembro nos informou que não havia respondido porque ficou sem luz até às quatro da manhã, ela registrou:

“Esse projeto, me fez relembrar um pouco da minha vida da minha família nem todas foram memórias boas, mas vendo tudo o que eu passei vejo que consegui superar cada obstáculo que se fez presente em minha vida. Falando com vocês pude mostrar a Kassiane que eu realmente sou e a que quero me tornar. Pois quero me tornar uma mulher empoderada, corajosa, confiante, determinada, que não abre mão dos seus ideais que sempre procura ser um exemplo para as pessoas que estão à sua volta. Meu desejo é ser fonte de inspiração para pessoas que passaram por situações parecidas com a minha, mostrar que elas podem ir longe, ser uma professora por amor e não apenas pelo salário, mas sim ensinar por amor e com empatia e mostrar a essas crianças, adolescentes, jovens e adultos que irei ensinar que eles nunca devem desistir dos seus sonhos, mas sempre depositar eles aos pés do Senhor, pois tudo é possível ao que crê”.

Sinalizei para ela que já era uma mulher empoderada e confiante, e continuamos a trocar mensagens e figurinhas de carinho.

3.3.6 A sexta etapa do ateliê: a força da experiência coletiva

Finalizamos o ateliê no dia 06 de dezembro num ambiente marcado por era emoção e saudade e em sua avaliação do ateliê Vanderleia disse:

“Um trabalho maravilhoso, um trabalho produtivo, um trabalho que mudou tanto a minha vida como de certo a da Kassiane, a tua também. Um trabalho que fez nos jogar pra fora, fala um pouco daquilo que tava talvez angustiando nossa alma, que tava pesado de carregar sozinha, a gente contribuiu aí contigo na história, fala o que, fala que tudo foi maravilhoso, que tudo foi bom, não tem nem o que dizer, eu fico até emocionada de fala que foi um prazer fazer isso contigo. No começo ali quando eu quis desistir, eu pensei, mas meu Deus é uma coisa que eu vou fazer e aprende, faz de mim mesmo né? E pra poder passar pra outras pessoas e eu aprendi muito com isso, eu aprendi a falar mais, eu aprendi a me soltar mais, porque eu já tinha escutado de um psicólogo que quando você tem vontade de fazer as

coisas você tem que joga pra fora, se você tiver vontade de chorar, chora, se você tem vontade de brigar, briga, se você tem vontade de correr, corre e pula, você faz o que você quer, então você tem que soltar pra fora e foi o que a gente fez, a gente se solto, eu me superei algumas coisas, eu chorei, eu me aliviei sabe?”.

Já Kassiane disse:

“Esse tempo que a gente passou contigo, pelo menos para mim foi uma experiência rica, maravilhosa, onde a gente tratou das nossas vidas, das nossas histórias. Foi rico conhecer tanto a tua história quanto a da Vanda e pode partilhar a minha, que eu não costumo confiar nas pessoas pra conta né? Realmente a minha história de vida, e foi assim algo rico, acho que muito inspirador, e de grande conhecimento. Só que tipo não foi pessoalmente esses encontros, de se ver, de ficar, essa coisa de pessoalmente, mas foi tudo maravilhoso, e espero que logo a gente possa se encontrar”.

As falas delas provocaram uma alegria indescritível, um alívio de missão cumprida, o ateliê funcionou apesar de tudo. Essa jornada demandou várias adaptações e a distância que já existia no formado remoto via *teams* ampliou no *WhatsApp*, pois as trocas eram por mensagens em sua maioria e por áudios, gerando dificuldades na criação de vínculos. A alternativa encontrada foi a de compartilhar minha história que impulsionou a criação de uma atmosfera de grupo e uma cumplicidade a ponto de ocorrer um apagamento da imagem da pesquisadora, e algumas questões ou etapas fluíram como uma experiência única, vivenciadas por nós três com intensidade e cumplicidade.

3.4 CONSTRUINDO UMA ARTE DE SI: POTENCIALIDADES DA NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA

A pesquisa teve como desafio fazer funcionar um ateliê remoto com uma série de adaptações sem perder a reflexividade e a autoformação do ateliê. A partir das experiências dos ateliês remotos, do grupo de pesquisa e da dissertação, pôde-se pensar sobre o processo singular-plural nas narrativas, assim como nas articulações de memória e identidade. Um dos principais fatores discutidos no grupo de pesquisa é a experiência solitária dos processos de memória no ateliê remoto. A memória compartilhada faz ver uma identidade que se mostra no ato da enunciação e no

formato remoto, o grupo é a simulação de um coletivo. O processo de elaboração da memória, editada em esquecimentos e lembranças, ainda recebe a moldura da tela que edita também uma performance do sujeito da enunciação. Parece haver até aqui um controle maior do narrador, além da seleção das lembranças contadas ou omitidas, também na escolha do ângulo e imagem de si mesmo enquanto narra. No entanto, não há nenhum controle da escuta das histórias dos outros. E quando essa escuta aciona as lembranças traumáticas ou aquelas não selecionadas para a partilha, se perde aquele controle inicial performático. O coletivo virtualizado não produz o mesmo efeito que o grupo real, de fato o sujeito está sozinho com uma lembrança que deveria estar esquecida.

O esquecimento, que pode funcionar como uma forma de polir e amenizar sentimentos angustiantes em memórias disruptivas, como nos lembra Candau (2011), pode não funcionar tão bem no formato remoto. No momento do ateliê as lembranças desagradáveis podem surgir no ato da escuta das narrativas dos outros e causar certo desconforto, que no presencial quando acontece, é amenizado pelo coletivo em gestos de generosidade, expressões de compreensão, e por vezes, se existe mais aproximação entre as participantes, um abraço ou uma troca de afeto.

Durante a experiência do ateliê remoto realizado pelo grupo de pesquisa, duas participantes relataram sintomas físicos após o encontro, quando as memórias ouvidas dispararam algumas de suas lembranças traumáticas. A escuta da narrativa do outro atravessa o indivíduo e o faz se defrontar com suas próprias memórias. O coletivo impacta tanto na presença quanto na ausência. Como destacado, a memória individual é constituída a partir da vivência no coletivo, os lugares e os grupos a qual se convive e que vão se modificando na medida em que estes lugares e grupos se alteram (HALBWACHS, 1990). O que se lembra individualmente é concebido no coletivo e o que se enuncia como memória, a organização dessas lembranças, responde a uma demanda do contexto da enunciação da narrativa. E as emoções que se produz quando se narra também é produzida na relação com o coletivo que escuta.

A construção da identidade é realizado pela representação simbólica mediada pela linguagem, no qual o jogo, que inclui e exclui, é operado com o intuito de representar-se diante de um Outro, perpassado por uma relação de poder e uma disputa podendo trazer ou não benefícios materiais e sociais aos indivíduos e ou grupos que os acionam (WOODWARD, 2014). Desta forma, nesse jogo do mostrar-se a si mesmo em relação aos outros, no formato remoto essa troca é prejudicada

uma vez que o que se tem é a imagem desse outro, emoldurada pela tela. O coletivo se faz como simulacro no formato remoto e o real do sujeito é a solidão do isolamento social. O individual é sentido com mais intensidade, já que no ambiente virtual não se tem garantias da escuta do outro. O espaço e o tempo sincrônicos na experiência presencial são desfeitos e ganham sentidos de simultaneidade. Possíveis demandas domésticas e outras tarefas virtuais concorrem com o sujeito da enunciação, além do contato físico que não acontece. Mesmo que as narrativas em um ateliê biográfico estejam todas atravessadas umas pelas outras, e por isso podem ainda ser consideradas narrativas em coautoria, a sensação dos participantes foi a solidão, uma vez que não há um coletivo real e presente que funcione como suporte para diluir as demandas traumáticas quando surgiram.

Durante a partilha das narrativas nas etapas do ateliê no formato remoto, o jogo singular-plural aconteceu de forma diferenciada do modelo presencial como já foi relatado. Na medida em que os narradores trouxeram novos elementos desencadeados pela escuta ou intervenção dos outros. No primeiro ateliê piloto do grupo, realizado de forma presencial em 2019, ficou muito nítido a presença da relação entre o eu e o outro no processo, todos os participantes apontaram o coletivo como ponto alto do ateliê. Já no ateliê remoto, realizado em 2021, a intensidade do coletivo funcionou diferente e o impacto foi as sensações sentidas de forma singular no corpo individual. No entanto, o ateliê se manteve como uma metodologia que tem como mote a reflexividade das narrativas e identidades. Lembrando os apontamentos de Maffioletti (2016), de que a construção e partilha de um eu social dentro de nós, nos exige a construção reflexiva de nossa existência. Se a identidade se mostra na alteridade com o outro, ainda que virtualmente, a alteridade se mostrou de alguma forma estressando e provocando outras narrativas possíveis.

Mas, para o jogo identidade-alteridade acontecer, o vínculo entre os participantes precisa ser garantido. Por isso, no caso da pesquisa, o vínculo entre as participantes e a mediadora do ateliê foi fundamental. No ateliê piloto do grupo de pesquisa, mesmo que alguns membros ainda não se conheciam pessoalmente, existia um vínculo de grupo, mediado ou pela mesma orientadora das dissertações e teses em andamento, ou por outras experiências na universidade. No caso da experiência na dessa pesquisa, o vínculo foi um grande desafio porque as participantes não conheciam a pesquisadora presencialmente. O vínculo comprometido significa um arranjo simbólico entre “o eu e o outro”. Sem essa prévia o ateliê biográfico não

acontece, é preciso que todas as participantes se sintam seguras para iniciar o jogo da identidade e diferença. A *différance* entendida como diferenciação é o obvio desse jogo. Se um 'eu' se narra a partir de sua experiência de memória, particular e única, ele se difere dos demais. Porém, o vínculo se estabelece quando as participantes entendem que se poderá jogar o jogo da *différance*. Ou seja, o grupo terá repertório suficiente para compreender um 'eu' por adiamentos. Os signos apresentados serão compreendidos, uma vez que nunca poderão ser interpretados em sua completude, e esse 'eu' não será julgado pela narrativa apresentada. O vínculo, que passa também pelo contrato no primeiro dia, se efetiva de forma muito inconsciente diante de uma percepção de compreensão pelos adiamentos dos sentidos dos outros.

Diante disso, como apontado anteriormente uma estratégia utilizada para criar um vínculo antes do início do processo empírico foi um primeiro encontro para que a pesquisadora e as participantes pudessem se conhecer, visto que o contato e o convite para pesquisa foram feitos também de forma remota. Nos primeiros dois encontros as narrativas aconteceram de forma tímida, foi preciso muita mediação da minha parte com perguntas para que as narrativas fluíssem. O vínculo ainda não estava estabelecido, ele só foi possível quando me coloquei diante das participantes como narradora e compartilhei minha história. É importante destacar que nesse método o pesquisador além de mediador participa e constrói o processo do ateliê com as participantes. Quando me coloquei como sujeito da enunciação e narrei minha história, silenciosamente estava dizendo que mesmo sendo *différance*, como minha identidade única, eu também era mulher, professora, que compartilhava memórias referenciais de outras mulheres. Essa semelhança me credenciou para escutar as narrativas das outras.

O jogo da *différance* ocorre quando os sentidos são construídos em cadeias de equivalências de significados, ou seja, por aproximação a um sinônimo que adia um sentido pleno, os interlocutores apostam que os signos que serão aproximados ou comporão a cadeia de significados para garantir uma compreensão de identidade exposta na narrativa. Por exemplo, minha narrativa foi marcada pela figura de uma mulher que luta por uma identidade empoderada e livre, porém nas relações com outras mulheres da minha família, não possuo nem memórias nem identidades femininas funcionando como referência. Portanto, essa narrativa funcionou como a garantia de um repertório de sinônimos que poderiam ser aproximados para compor a cadência de significados durante a escuta e compreensão das histórias das demais

participantes. Na sequência, Kassiane se prontificou a narrar as memórias da ausência materna, se apresentando como insegura, sem referências de mulheres fortes. Em seguida, Vanderleia encaminhou sua narrativa enfocando a sua história como menina negra abandonada pela mãe, com relações tensas com a madrasta.

A minha narrativa começa da seguinte forma com um ano de idade minha mãe me deixou com o meu pai porque ela queria viver sem preocupação, então, meu pai foi meu pai e minha mãe. [...] o pai teve claro outras mulheres né? Na vida dele que também no começo gostavam de mim, mas depois só queriam o meu pai e assim a única mulher que aceito ele com a, comigo né? Foi a minha madrasta que eu tenho agora, que eu chamei de mãe, porque eu considero ela uma mãe. Com isso teve perdas assim digamos que eu cresci uma pessoa muito insegura, ainda sou insegura, não tenho confiança em mim, não tenho confiança nas outras pessoas, demoro pra mi abrir pra outras pessoas [...] (kassiane, terceiro encontro).

Eu não tive infância porque eu aprendi a trabalhar muito cedo. Então foi assim, eu perdi a minha mãe eu tinha cinco anos de idade, ficamos em quatro irmãos, é assim até tive madrasta sabe? Por trinta e três anos, você sabe que o convívio com uma madrasta não é fácil na vida de crianças pequenas que ainda não entende, porque eu ainda não conhecia a vida né? Tava aprendendo ainda é então eu passei por uma fase bem difícil da minha, da época de criança mesmo sabe? Porque elas gostavam do meu pai, mas da gente elas não gostavam muito, porque criança é muito arteira e tal e então ficava sempre assim aquela dúvida, será que o meu pai ficava com elas, será que ficava com a gente. Até que meu pai decidiu e fez um papel pra que colocasse nos num orfanato né? Pra ele pode é vive a vida dele, mas quando chego no tempo que eles vieram busca a gente meu pai olho na cama todo mundo dormindo e meu pai rasgou os papeis assim sabe? Que ele não quis que abandona os filhos por causa de mulher assim essas coisas sabe? Então, e dai dali ele caso e nos tivemos, começou uma situação bem difícil dentro de casa porque ela batia na gente e a gente era criança, a gente respondia, ai ela, a gente não podia fala pro pai porque se o pai falasse alguma coisa ela largava do pai sabe? Foi uma infância bem difícil [...] (Vanderleia, terceiro encontro).

O diálogo narrativo criou elos marcados por um questionamento: Como será entendida uma mulher que quando menina não teve apoio de mãe e se relacionou mal com a madrasta? Na ausência de respostas e na hipótese de ser mal interpretada, ou seja, o outro faz uma cadeia de equivalência negativa a essa identidade, gerando espaços de silenciamentos. O compartilhamento de minha narrativa como pesquisadora mulher sinalizando semelhanças gerou vínculos que impulsionaram o compartilhamento de histórias de vida. Portanto, o compartilhamento só ocorreu com

a ruptura da hierarquia acadêmica. A partir, desse momento as participantes apresentaram suas narrativas de forma fluida e solta, a vontade de falar foi liberada e a relação do grupo do ateliê aconteceu, mesmo sendo de forma assíncronica no aplicativo *WhatsApp*. É preciso destacar que, além de não ser síncronico, o contato passou a ser somente por mensagens ou áudios, o que poderia aumentar o sentimento de solidão e possíveis desconfortos devido ao meio remoto, como relatado. Porém, o que se criou no grupo depois que me coloquei no lugar de participante, de pessoa sem ser a pesquisadora, foi uma atmosfera de muita cumplicidade, a todo momento trocávamos *emojis* e figurinhas fofas, numa demonstração de carinho uma com a outra, a sensação era de união e não de solidão. Mesmo que o ambiente não era ideal e que algumas coisas ficaram soltas, poderiam ser mais instigadas, o coletivo aconteceu, o sentimento de uma coletividade estava presente até o fim. Diria que além do vínculo criado outro fator que possibilitou que o ateliê funcionasse é o que Josso (2010) descreve como o ser de atenção consciente, *“ou uma escuta sensível àquilo que se manifesta de nossa existencialidade num tempo presente encarnado”* (JOSSO, 2010, p.73, grifos da autora), é estar presente para si mesmo e disposto a aprender e a se conectar com sua própria história que foi muito perceptível em todas no grupo, mas principalmente na etapa de artesanaria em que Vanderleia se entregou e criou várias artesanarias.

A artesanaria foi uma aposta da pesquisa para trazer outras formas de narrativas de si, a arte nos permite novos modos de expressão e de nos conhecermos. Vanderleia relatou, que além de uma nova descoberta o fazer artesanaria percebeu no fazer criativo um caráter terapêutico, o não dito foi expresso através da artesanaria

[...] tava pintando, ontem à noite eu tava fazendo um trabalho de arte pro meu filho [...] pra mim é muito gratificante o meu menino olhou pra mim e disse mãe tu gosta de fazer isso, eu disse filho pinta é uma terapia, desenha é uma terapia, porque ali você bota as cores que você quer, aquilo que você tá sentindo você bota através das cores, então pra mim foi muito gratificante! (Vanderleia, artesanaria)

No artesanariar-se nos ligamos com a nossa subjetividade, nosso corpo, de tal modo que nos desligamos e nos conectamos com nos mesmas, e podemos dizer o que as palavras não dão conta. Essa junção entre o fazer/saber manual e a história da artesã pode ser percebida nas obras da artista paulista Rosana Paulino, segundo Marques e Myczkowski (2016, p.96) suas obras têm como característica marcante a

“tessitura de uma identidade simbólica a partir das vivências autobiográficas e da memória da história da mulher negra no Brasil que impregna, de modo velado, o tecido social do país”. Ela utiliza tecidos, fios e vários elemento ligados ao símbolo feminino que de acordo com a artista estão conectados com sua história, pois quando criança sua mãe foi bordadeira e ela via a mãe bordar por horas ou ainda pela educação antiga e ter tomado gosto pela costura e panos (PAULINO, 2011), em suas obras ela

[...] cruzando os fios de uma existência que se torna visível a partir das obras produzidas. Esse tecer, que mais do que simbolicamente representa uma maneira real de se colocar no mundo, procura também trazer à tona vestígios e momentos passados, como as aulas de costura e artesanato tidas na infância e que, neste momento, passam a ter um sentido totalmente diverso desvelando um universo escondido no mais profundo de mim (PAULINO, 2011, p.25)

Imagem 17 - Obra Rosana Paulino



Legenda: Obra da série Bastidores, Xerox transferida sobre tecido, bastidor de madeira e linha, 30,0 cm de diâmetro, 1997. Fonte: Paulino (2011).

No primeiro capítulo a narrativa tem uma dimensão corporal que aparece de diferentes aspectos, até mesmo quando o narrador não tem consciência ou não a

expressa (JOSSO, 2012). Os autores Marques e Myczkowski (2016) ao discorrer sobre o processo da artista Rosana Paulino apontam que é uma forma concreta de se colocar no mundo ao mesmo tempo que revela vestígios escondidos de “uma memória emotiva arquivada no corpo pessoal e social” (MARQUES E MYCZKOWSKI, 2016, p.97). Para Josso ter consciência da

“dimensão corporal das vivências, como a dimensão das vivências corporais, oferecem assim ao longo de toda a existência potencialidades de tomadas de consciência sobre a natureza aberta, evolutiva, maleável, autopoietica de nosso ser-no-mundo, dispondo, portanto, de um Si num potencial enorme ainda por descobrir” (JOSSO, 2012, p.25, grifos da autora).

É uma consciência que não passa apenas pelo reconhecimento da sua história, mas também das marcas que o corpo carrega dessa história. E no caso de narrativas de mulheres negras, apesar de ser uma questão que apareceu explicitamente nas narrativas é um aspecto a ser discutido, pois refletem a imagem da mulher negra, de um corpo hiper sexualizado e entendido como capaz de suportar a dor e a violência, como abordado no capítulo anterior, devido o impacto na construção da identidade negra, que passa pela corporeidade, em que há movimentos de rejeição e aceitação, e negação e afirmação do corpo (GOMES, 2019). No corpo então

localiza-se em um terreno social e subjetivamente conflitivo, ao longo da história, ele se tornou emblema étnico, e sua manipulação tornou-se característica cultural marcante para diferentes povos. Ele é um símbolo explorado nas relações de poder e dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. O corpo é uma linguagem (GOMES, 2019, p.251)

Se o corpo é uma linguagem, que nos possibilita ser-no-mundo, é passível de ser usado de forma política, como forma de dominação, a artesanaria, a exemplo da artista Rosana Paulino trabalha em sua obra, sua história de vida fundida a questões sociopolíticas sobre as mulheres negras ao longo da história, ressignificando a si mesmo, ao tomar consciência que sua artesanaria é produto de sua história, mas também subverter a lógica de dominação dos corpos, em especial da mulher negra, ao proporcionar uma experiência corporal, uma história que passa pelo corpo, que é corpo.

Vanderleia, por exemplo, na etapa de artesanaria, falou “Hoje conto mais uma história de resistência de mulheres fortes que sofreram pra poder estar aqui, falando um pouquinho da realidade de muitas mulheres” e que “com tudo isso eu me sinto essa mulher empoderada”. A narrativa em conjunto com a artesanaria o dizível e o não dizível se complementaram de uma forma que o sentimento de empoderamento, que já havia nas suas narrativas das etapas anteriores, se intensificasse, num encontro dela com o seu lado artista, terapêutico, como já mencionado. A artesanaria no ateliê se mostrou uma experiência potente, quando se permite vivenciá-la, pois Kassiane foi atingida pela experiência de artesanaria, mas não dá mesma forma que Vanderleia, que produziu uma série de artesanarias, que revelam uma corporeidade, um empoderamento, expressos na imagem 5 entre as figuras foi inserida uma foto da cantora internacional Beyonce. Vanderleia ao se referir às razões da escolha dessa figura disse “Ali em cima onde você vê a foto daquela morena ali eu hoje me sinto assim uma pessoa, uma negra empoderada, entendeu? Não sei se é isso, se é assim que fala, mas eu me sinto assim sabe?” (Vanderleia, artesanaria).

O empoderamento é uma ressignificação do sentido de poder proposta pelos movimentos feministas negro e interseccionais, que entendem que ao se dar poder, está se falando de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento não só de si e da sua história, mas também em relação a posição social e política que ocupa,

[...] Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade. (BERTH, 2019, p.18)

Conceito que atua tanto no indivíduo quanto no coletivo, pois a luta por equidade não se restringe ao indivíduo, pois possibilita uma tomada de consciência do eu social que atuando em conjunto com o coletivo viabiliza o enfrentamento as opressões, por isso a análise política não pode ficar descolada (RIBEIRO, 2018; BERTH, 2019), dessa forma o empoderamento além de promover uma consciência de si e uma autoafirmação, também atua como uma

mudança numa sociedade dominada pelos homens e fornecer outras possibilidades de existência e comunidade. É enfrentar a naturalização das relações de poder desiguais entre gêneros e lutar por um olhar que vise a igualdade e o confronto com os privilégios que essas relações destinam aos homens. É a busca pelo direito à autonomia por suas escolhas, por seu corpo, por sua sexualidade (RIBEIRO, 2018, n.p.).

Na narrativa de Val é perceptível, uma autoafirmação que vem do ambiente familiar e da comunidade em que vivia. A comunidade de Itapocu tem em sua história o reconhecimento de um espaço de origem africana. E ela coloca que o curso de Licenciatura Educação Escolar Quilombola “veio só pra reforça ainda mais a minha autoidentidade” (Val, segundo encontro), a importância do curso para o autorreconhecimento como quilombola esteve presente nas narrativas de Vanderleia e Kassiane.

[...] essa faculdade também me ensinou o grande valor das pessoas do povo quilombola, enfim o nosso povo negro, de uma maneira que nunca ouvi falar, nem tinha visto falar. Sabe me apaixonei tanto por isso que até me emocionou! (Vanderleia, segundo encontro)

[...] isso é algo que reafirma em nós né? A ideia de ser quilombola, que não é um motivo pra nós não nos orgulhamos, mas sim motivo de termos orgulho por virmos de uma comunidade quilombola, a gente chega tá longe, não é porque uma pessoa é negra que ela é, de uma comunidade quilombola que ela não pode chega longe, claro que pode (kassiane, terceiro encontro).

O curso EEQ tem um papel importante na vida dessas mulheres, além de conhecerem a história e a cultura quilombola é fundamental para a construção da identidade delas e a autoafirmação enquanto quilombola. Para Val o curso atuou como reforço da identidade, já para Kassiane e Vanderleia o curso teve um papel importante na construção da identidade quilombola, já que até então elas não tinham tanto conhecimento “em nenhuma das escolas que estudei se falava desse povo, descobri e aprendi tudo isso aqui” (Vanderleia, segundo encontro).

A falta de representatividade no ensino corrobora para que o racismo aconteça dentro da escola, em nosso segundo encontro as participantes revelaram casos de racismo que sofreram, Val assinala que seu primeiro contato com o preconceito racial se deu na escola

Eu acho que foi, eu pra mim, é como eu cresci num meio negro até eu a primeira vez que eu convivi com o racismo na escola foi difícil, porque eu a primeira vez que eu enfrentei o racismo eu tinha recém completado dezesseis anos, foi na escola, um menino escreveu no quadro frases racistas pra mim e pra uma outra menina, só que eu já tinha isso tão afirmado dentro de mim que invés de eu chora eu fiz o certo eu fui pra delegacia denunciei o menino e aí as pessoas diziam que era mimimi. (Val, segundo encontro)

A universidade também foi um ambiente onde elas sentiram o racismo, que veio tanto dos acadêmicos, mas também de funcionários da própria instituição, apesar de haver uma série de pesquisas e discussão dentro do meio acadêmico, ele ainda é de maioria branca, e quando uma mulher negra ocupa esse espaço, que lhe é de direito incomoda, porque ela coloca em xeque as estruturas do discurso racista.

É confesso pra você que no começo foi bem difícil assim sabe? Porque tinha umas pessoas que olhavam pra gente de um jeito diferente, a V. sabe, a V. já participou disso dentro de um banheiro lá da, da escola lá né? Então era bem difícil, tem pessoas que olha mesmo torto, porque o racismo existe, não adianta, mesmo que você diga de boca que não tem, mas lá no coração pra dentro você tem. (Vanderleia, segundo encontro)

É complicado assim né? Pra gente, na verdade a gente tá conquistando os nossos espaços pra gente é fato, igual a gente vai lá a pessoa vai falar que nem a Vanderleia falou do banheiro a menina falo duas coisas eu fui respondi pra ela com toda a educação explicando pra ela que preto era o cabelo dela, a blusa dela que nos da sala éramos todas negras. Ai depois a gente comento com a regente do curso ela levo pros supervisores tudo. Só que no começo pra gente acho que foi mais difícil do que tá sendo agora, a gente já tá sendo mais aceito dentro da faculdade agora. E agora as pessoas já tem interesse em vim na nossa sala em conhecer nossa história, mas a piadinha é algo que existe, sempre vai te uma pessoa com espírito de porco pra fala alguma besteira. (Val, segundo encontro)

Eu não sei porque assim na nossa sala teve meninas que sofreram pela secretaria, então é uma coisa que é complicado, as meninas foram nos primeiros dias de aula na secretaria e as meninas da secretaria soltaram piadas racistas pra elas, então é uma coisa que a, tem que, que a universidade tem que trabalhar com desde os alunos lá da pré-escola até os seus funcionários. Hoje a gente já é mais, porque a gente já sabe, se a pessoa vem fala a gente vai responder, a gente vai argumentar com a pessoa, a gente já sabe o que falar, como fala entendeu? Daí as pessoas ficam com medo, mas tu sente quando tá passando no corredor um olhar, quando tu entra na secretaria as vezes tu sente um olhar, as vezes tu tá entrando e o porteiro pergunta o que quê tu tá fazendo ali, mas é tudo coisa que gradativamente a gente vai mudando. (Val, segundo encontro)

O racismo é estrutural na nossa sociedade, circula nos ambientes que frequentamos e nem percebemos porque nossas vidas, de pessoas brancas, não estão ameaçadas, lugar de privilégio que necessita ser questionado, aos historiadores e historiadoras cumprem trazer à tona discussões sobre as identidades que foram marginalizadas e excluídas da narrativa oficial, para isso a educação é uma ferramenta central nessa mudança, e o curso de EEQ tem um papel fundamental para a transformação da universidade e das populações negras na cidade, em suas narrativas Val e Vanderleia falam sobre a importância do conhecimento e da educação para a transformação dessa realidade

Então isso é uma coisa que a gente tem que trabalha muito né? Na cabeça das crianças, na cabeça dos nossos filhos pra eles crescerem né? Com essa afirmação de que vão tentar diminuir eles, mas que eles tem que saber o valor deles, que não podem baixar a cabeça pra essas pessoas. (Val, segundo encontro)

Até as vezes eu fui vítima de racismo e eu não entendia aquilo entende? E hoje eu entendo assim super bem que eu passei por isso, porque hoje os meus filhos passaram na escola, eu já fui na escola briga por causa disso pra defende eles, mas eu não tinha esse conhecimento que eu tenho hoje entende? Então eu aprendi muita coisa, meu deus! As vezes eu fico pensando como é importante né? Você sabe o direito do ser humano, meu deus!. (Vanderleia, segundo encontro).

Em relação a identidade, como discutimos no capítulo um há duas perspectivas em tensão, uma essencialista e outra não essencialista. A primeira tende a enrijecer a identidade, mas por vezes é acionada por diferentes grupos, tanto hegemônicos como contra hegemônicos para marcar uma origem a história do grupo, o que gera inclusão e exclusão de identidades, mas também pode propiciar ganhos de políticas públicas e acesso a direitos básicos (WOODWARD, 2014), o que é o caso das comunidades quilombolas quando demarcam uma origem. Todavia, a comunidade se transforma com o tempo e sua identidade é fluída. No caso das narrativas das mulheres esse jogo identitário não é compreendido, e não aparece como elemento definidor de suas identidades. As suas construções identitárias acompanham o fluxo presente das suas vivências enquanto mulher negra, quilombola e agora professora. Mesmo que elas afirmem que são quilombolas e do orgulho que sentem, é fruto das relações delas principalmente as estabelecidas no curso de licenciatura EEQ. Talvez no caso de Val devido ao seu contexto familiar que tem um contato com práticas

culturais da população negra da comunidade como o Catumbi, essa dualidade possa estar em sua construção identitária na medida que o Catumbi também é uma identidade coletiva. Assim como no caso dela, pode ser que além de uma memória comunicativa, haja uma memória cultural, “a participação da nossa família na comunidade Itapocu, a autoafirmação da comunidade como negra foi uma coisa que fez com que a gente crescesse muito com esse valor né? Com esse orgulho de ser uma comunidade negra” (Val segundo encontro). Já que os familiares, seu pai e seu tio tem uma ligação com o Catumbi, que faz parte da cultura e da história da comunidade de Itapocu, então existe uma memória partilhada com comunidade, que é então cultural (ASSMANN, 2016). Já na narrativa de Vanderleia e Kassiane as memórias que elas operam são comunicativas, as memórias acionadas e narradas estão presentes no âmbito familiar, no cotidiano, marcadas pela infância sem mãe e a relação com as madrastas.

O curso também teve um outro papel para Vanderleia e Val, ambas perderam o pai, de quem eram muito próximas, e utilizaram o curso como uma forma de luto, de lidar com a perda.

Olha na verdade eu não gosto de comenta muito sobre o meu pai, porque é muito dolorido sabe? [...] Então eu tinha, meu deus eu e meu pai era muito unidos, tanto em casa, quanto na igreja, quanto no serviço, nos trabalhava sempre junto, então meu pai foi mãe e pai desde os meus cinco anos, então pra mim foi bem dolorido perder ele (Vanderleia, segundo encontro)

[...] a faculdade eu me dei conta que foi pra mim mesmo uma terapia, escolhi fazer e tornou-se na minha vida uma terapia. Foi quando perdi meu pai de uma maneira muito triste, que resolvi estudar para encher a minha cabeça para não lembrar o meu pai (Vanderleia, segundo encontro)

[...] e o curso ele surgiu assim pra mim, assim como ele surgiu pra Vanderleia, porque a gente perdeu o pai bem com pouco tempo de diferença, ele surgiu também logo depois da morte do meu pai e pra mim foi uma forma de cumprir a promessa que eu tinha feito pra ele de não deixa a luta dele terminar, ele foi uma pessoa que sempre luto muito pela comunidade né? Através do curso eu posso tá dando continuidade ao que ele sempre ensino pra gente né? Que quando um da comunidade se levanta a comunidade toda se levanta também (Val, segundo encontro)

A educação se torna um ponto de transformação não apenas de uma oportunidade de mudar de vida, mas como uma possibilidade de cuidado de si, um momento de buscar a si mesmo, que é “singular, transcendente, do sujeito em relação

ao que o rodeia, aos objetos que dispõe, como também aos outros com os quais se relaciona, ao seu próprio corpo e, enfim, a ele mesmo” (FOUCAULT, 2006, p.71). Nessa busca por um conhecimento de si, um caminhar para si (JOSSO, 2010) a educação é um dos elementos que as possibilita essa conexão com elas, mas também com o outro, no caso um outro que já não está mais aqui, mas que as constitui e fez parte do cuidado de si.

O curso passou a ser constitutivo das identidades delas e das memórias também, a nova identidade agora como professora aparece em quase todas as narrativas que elas fizeram, e nenhuma delas havia pensado em ser docente antes, o curso foi uma oportunidade de mudar de vida, mas acabou por mudá-las e capturá-las, de forma que elas já se sentem professoras antes mesmo de terem tido uma experiência em sala de aula,

[...] Porque eu também não sabia que eu tinha esse dom de ser uma educadora sabe? Então, to aprendendo agora (Vanderleia, segundo encontro)

na verdade assim antes eu nunca tive o sonho de ser professora sabe? [...] mas daí eu com a oportunidade acabei gostando e eu pretendo sim da aula agora. (Kassiane, segundo encontro)
Ah, despertou amor né? Pela profissão, que a gente tá aprendendo a gostar cada dia mais (Kassiane, segundo encontro)

Abrahão (2016) aponta que o ser professor e o ser pessoal são indissociáveis, as identidades se misturam e há uma vontade delas de compartilhar essa história e ser um exemplo para os seus futuros estudantes

O que eu pretendo com o curso, com tudo que a gente tá fazendo na faculdade é me torna uma boa professora, ser um exemplo de ser humano pra que pessoas possam se inspirar na minha história, pra que alunos meus possam saber, não mais a professora passou por tudo isso e tá aí e eu pode incentiva meus alunos, incentiva meus irmãos mais novos do que eu a serem, a quererem ser alguém na vida, a crescerem cada vez mais (kassiane, terceiro encontro)
Meu desejo é ser fonte de inspiração para pessoas que passaram por situações parecidas com a minha, mostrar que elas podem ir longe, ser uma professora por amor” (Kassiane, quinta etapa)

No meu futuro eu quero continuar sendo uma professora que trabalha com sabedoria, amor, carinho (Vanderleia, quinta etapa)

A narrativa delas além das memórias acionadas há também os desejos de futuro. A narrativa ao organizar essas memórias para que elas façam sentido os tempos acabam por se entrecruzarem, passado, presente e futuro podem ser encontrados na narrativa, isso é evidente quando por exemplo Kassiane na narrativa da terceira etapa começa falando da infância do passado e em seguida fala dos efeitos dessa infância, de não ter uma mãe na vida dela, que é do presente e aborda também ao falar do exemplo do pai e da tia como ela entende, reflete no presente essa infância e o esforço do pai e de sua tia para criá-la trazendo elementos do passado deles e da situação atual. E aí ela volta para infância e para quando conheceu a sua madrasta que hoje considera uma mãe. Em seguida ao abordar o curso passado, presente e futuro aparecem, no que ela queria estudar e como foi fazer o curso EEQ, de como ela vê atualmente o curso e como isso afirma o ser quilombola, e termina dizendo o que ela pretende com o curso. Candau (2011) fala que quando narramos procuramos dar uma totalização existencial para nossa história, nesses jogos de tempo narrativa e discurso podem se contrapor, Ricouer (2010) aponta que narrar já é refletir sobre os acontecimentos narradas, de modo que essa reflexividade permite diversos níveis temporais, mas “cada modo de enunciação tem seu sistema de tempo: tempos incluídos e tempos excluídos” (RICOUER, 2010, p.106). No caso da narrativa ela tem o tempo passado (pretérito simples; pretérito imperfeito; pretérito mais-que-perfeito), na narrativa o que é narrado não é o vivido, mas o que fica do vivido (CANDAU, 2011), no que já passou, desse modo o narrar exclui o tempo presente e o futuro, estes tempos fazem parte do discurso, aliás “o presente é tempo básico do discurso” (RICOUER, 2010, p.107). Essa diferença entre narrativa e discurso pode ser melhor entendida se pegarmos como exemplo a narrativa da terceira etapa de Vanderleia quando ela fala da infância ela está narrando os acontecimentos e as memórias do passado, mas quando ela fala os seguintes trechos

[...] **mas o que eu tenho pra te dizer**, finalizando é assim ó, eu assim no mesmo tempo que eu sofri eu aprendi, no mesmo tempo que eu me entristeci naquela época, hoje eu sou feliz porque eu tenho uma família que sabe? Que eu amo demais, meus filhos, meu esposo, eu tenho o meu lar, uma coisa que eu nunca tive naquela época, um lar, hoje eu tenho o meu próprio sabe? Eu tenho assim um conforto que eu não tinha, hoje eu tenho, é sou muito grata a Deus a minha família, sou muito grata a Deus a meu pai, sou muito grata a Deus na minha vida sabe? [...] Então a minha história de criança foi essa, sofrida! Mas com aquela história sofrida, com aquela época sofrida eu hoje aprendi a ser uma mulher de caráter, guerreira, trabalhadeira e que tem vontade de luta pelas coisas, que mete a cara e vai sabe? [...] é isso

que eu aprendi e que eu passo pros meus filhos e é isso que um dia eu quero passa pros meus alunos também, a sabedoria que eu tive, que eu tenho e que eu vou ter pro resto da minha vida e aquilo que eu me tornei que os meus filhos vão levar pra eles e pros filhos deles. (Vanderleia, terceiro encontro, grifos nossos)

Ela não está narrando, isso é discurso, é as reflexões dela no presente e o desejo de futuro, além de que o trecho grifado traz a relação direta entre o eu que fala e um ouvinte, que só o possível no presente, na narrativa ao excluir o presente essa interação é excluída também (RICOUER, 2010).

Durante o ateliê pode se dizer que elas iniciaram seu caminhar para si, Josso (2012) aborda que esse caminhar é para vida, ela utiliza a metáfora da viagem, em que o sujeito vai passando por vários processos e experiências até se dar conta de que a viagem e o viajante são um só, nas palavras da autora

O processo do caminhar para si apresenta-se, assim, como um projeto a ser construído no decorrer de uma vida, cuja atualização consciente passa, em primeiro lugar, pelo projeto de conhecimento daquilo que somos, pensamos, fazemos, valorizamos e desejamos na nossa relação conosco, com os outros e com o ambiente humano e natural. (JOSSO, 2012, p.22)

Mas esse projeto, a caminhada não se faz sem o outro, sem a confrontação com um outro, o coletivo funcionou e gerou uma vontade de fala

espero que eu possa é como que eu digo, fala mais e mais a cada dia, assim como nós tivemos essa oportunidade, sei que nos vamos ter de novo da gente tá falando da nossa vida, da nossa história, que pra mim foi uma coisa muito emocionante sabe? [...] (Vanderleia, artesanaria)

É que eu não gosto muito de falar dessa parte da história. Achei que era hora de contar, obrigada pelas palavras (kassiane, terceiro encontro).

O trabalho com a metodologia de autoformação ao se fazer no coletivo e na reflexividade permite atentarmos para

o modo pelo qual cada pessoa utiliza a margem de liberdade e a capacidade criadora [...]. A orientação de si, subproduto da criatividade (a invenção de si) torna-se uma tomada de poder sobre o modo pelo qual cada individualidade pode descobrir sua singularidade, cultivá-la inscrevendo-se num *continuum* sociocultural ou, em outras palavras,

na história coletiva de suas comunidades partilhadas. [...] (JOSSO, 2010, p.80, grifo da autora)

A experiência do ateliê e os produtos dela, as narrativas e artesanias, nos possibilitou uma identificação, uma partilhada de nossas histórias, que ora se entrecruzaram, mas mesmo nas diferenças, claro que considerando que cada uma ocupa um lugar diferente e tem sua vida atravessada por estruturas de opressões, no meu caso o gênero, no delas tanto o gênero quanto o racismo, a empatia que escuta provou nos colocou num lugar comum, numa identificação principalmente pela educação e o exercício da docência, Vanderleia ao fazer o balanço do ateliê falou dessa troca

Um trabalho que fez nos joga pra fora, fala um pouco daquilo que tava talvez angustiando nossa alma, que tava pesado de carrega sozinha, a gente contribuiu aí contigo na história, fala o que, fala que tudo foi maravilhoso, que tudo foi bom, não tem nem o que dizer, eu fico até emocionada de fala que foi um prazer faze isso contigo. No começo ali quando eu quis desistir, eu pensei, mas meu Deus é uma coisa que eu vou faze e aprende, faze de mim mesmo né? E pra poder passar pra outras pessoas e eu aprendi muito com isso, eu aprendi a fala mais, eu aprendi a me soltar mais, [...] a gente se solto, eu me superei algumas coisas, eu chorei, eu me aliviei sabe?” (Vanderleia, sexta etapa)

A vida é uma potência que quando partilhada tem uma força sem igual, quando penso em patrimônio penso em vida, e pensar em vida é pensar em morte também, essas duas faces da mesma moeda que nos faz humano. As histórias de vida estão inseridas nesse ciclo de vida e morte, nosso medo da finitude nos faz temer que a vida se esvaia. Essa ameaça, como Venera (2017) aponta pode ser um vetor para o patrimônio cultural, na medida em que esse se torna uma ferramenta contra a finitude, ao legar, manter de certa forma vivo o patrimônio para as gerações futuras. Nesse sentido, ao abordar as histórias de vida como patrimônio em comum, em que o ordinário, em que o humano esteja no centro ao invés da excepcionalidade, pode se abrir novas possibilidades dentro do campo do patrimônio, considerando, como discorrido no capítulo anterior, a Necropolítica de Mbembe (2018) pois a vida e a morte podem estar sujeitas a hierarquias de poder e a diferentes formas de opressão, e logo trazer a vida para o centro do patrimônio precisa considerar todos os fatores que esta envolve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa jornada de pesquisa, atravessada por uma pandemia que nos deslocou de nós mesmos, não foi fácil chegar até o final, mas conseguimos e tivemos um resultado surpreendente, que revela o quanto a metodologia (auto)biográfica é potente.

No método ateliê biográfico, os movimentos de memória e identidade estão articulados ao processo narrativo, efetuadas pela mediação e pela reflexividade produzidas durante as etapas de construção narrativa. Que propiciou às participantes pensar e refletir sobre suas trajetórias atravessadas por um Outro.

Tanto a memória quanto a identidade são construídas a partir do jogo individual e coletivo, e o que o ateliê propõe é exatamente um pensar a si mesmo, realizado com o Outro, com a escuta e a interferência de um Outro. O ateliê então, destaca e só funciona a partir do jogo simbólico “eu e o outro”, singular-plural.

A realização do método Ateliê Biográfico no formato remoto apontou a necessidade de adaptações, tendo a clareza de que a garantia da interação, que se inicia com um vínculo entre as participantes e a mediadora das ações, estivesse no centro das decisões. Percebeu-se que na pesquisa de dissertação a plataforma remota escolhida inicialmente, *MS Teams*, não fez tanta diferença quando comparada aos resultados do processo alcançados pelo aplicativo *WhatsApp*. A falta de sincronicidade do aplicativo trouxe perdas no sentido de as participantes não estarem interagindo e se vendo concomitantemente. No entanto, uma vez estabelecido o vínculo em uma troca entre semelhantes, em que eu e as participantes estivemos identificadas em uma mesma condição, a relação singular-plural e os objetivos do ateliê puderam ser atingidos. A partir desse momento observou-se a abertura das participantes e o processo de reflexividade e autoformação foram atingidos.

Como já mencionado, o formato remoto demanda adaptações e cuidados para garantir um bem-estar aos envolvidos, a conversa após os encontros é fundamental para isso. O ateliê remoto pode funcionar, mas depende do objetivo da pesquisa, pois alguns temas podem desencadear memórias doloridas ou traumáticas que podem trazer danos ao participante. É preciso sensibilidade da pesquisadora para com as participantes e ao contexto em que se desenvolverá o ateliê. A pesquisa de dissertação conseguiu alcançar seus objetivos mesmo atravessada por uma pandemia, mas o que movia o ateliê era uma narrativa para se pensar enquanto

mulher, acadêmica e futura professora nos espaços ocupados. Houve memórias emocionadas, mas o fio que puxava as narrativas não estava diretamente ligado a temas sensíveis, como por exemplo contexto pandêmico.

Considerados todos os pontos aqui apresentados o que se percebe é uma metodologia de produção narrativa potente, articulada a memória e a identidade, que pode propiciar momentos de reflexividade significativas para uma tomada de consciência de si mesmo e de um 'eu coletivo' transformador. O ateliê pode acontecer em diferentes formatos, mas, como uma metodologia que tem a narrativa como centro, ele vai atingir seu objetivo se todas as participantes se comprometerem em jogar o jogo do singular-plural, do "eu e o outro", da identidade-alteridade, da *différence-différance*, desencadeada pelo vínculo entre as participantes e mediadores do ateliê. É na garantia desse vínculo entre o 'eu e o outro' que o ateliê biográfico se faz.

O foco da pesquisa era as articulações entre memória e identidade nas narrativas, como Candau (2011) aborda elas estão relacionadas num movimento dialético que é expresso em forma de narrativa, o ateliê nos possibilita ver esses jogos na medida em que a reflexividade vai acontecendo. As narrativas das acadêmicas da Licenciatura Educação Escolar Quilombola mostram a relação que suas memórias de infância têm na construção identitária delas, e como o curso de licenciatura EEQ e profissão de professor(a) modificaram no jeito de pensar e já as fazem sentir-se como educadores, sendo fundamental também nas suas construções identitárias e no seu reconhecimento e autoafirmação enquanto mulheres quilombolas.

Percebeu-se que seus processos identitários acontecem na relação da sua história de infância com a educação quilombola, o lugar quilombola marca e constitui suas identidades se articulando com a identidade de mulher, acadêmica, professora entre outras. Mas mesmo que a política pública que propiciou o curso de educação quilombola tenha um papel importante na construção e na autoafirmação quilombola delas, o jogo identitário, entre uma percepção mais essencialista e uma não essencialista não se faz presente na narrativa de forma explícita e consciente. Uma vez que as memórias delas são mais comunicativas, do que ancestrais e culturais

A pesquisa buscou abordar como essas comunidades e o contexto de formação da cidade de Joinville se conectam, a certificação dessas comunidades permite um registro histórico oficial que coloca em xeque a narrativa de que a cidade foi construída apenas por imigrantes alemães, ela abre o debate da história da cidade e coloca em evidência as várias etnias que compõe Joinville. As discussões que já vinham sendo

realizadas nos últimos anos pelo movimento negro e por historiadores ganham força agora com as comunidades quilombolas. A pesquisa pode explicar um pouco sobre a história de cada comunidade e dos processos de certificação, mas a muito a ser feito e pesquisado sobre comunidades remanescentes quilombolas, não só em Joinville, mas no estado de Santa Catarina também.

Buscamos também realizar uma discussão inicial sobre as histórias de vida como patrimônio em comum, apostamos no poder do comum, na empatia e nas comunidades afetivas que as histórias de vida provocam como centro para a discussão do patrimônio, o que contrapõe o discurso de um patrimônio pautado na excepcionalidade, pois as histórias de vida revelam o cotidiano, o que há de mais ordinário na vida, e a precariedade da vida diante da finitude. Entretanto, trouxemos para o debate as estruturas raciais que colocam as vidas negras, principalmente das mulheres negras cujos corpos historicamente foram alvo de violência, em lugar de mais vulnerabilidade. Diante disso, não podemos simplificar as histórias delas como patrimônio em comum, sem essas devidas considerações, mesmo que elas não apareçam explicitamente nas narrativas, elas estão lá, as opressões raciais e de gênero são estruturas da sociedade, desse modo a vida é atravessada também por elas, mesmo que não tenhamos consciência. Pensar as histórias de vida como patrimônio em comum se coloca como um desafio, mas que pode possibilitar novas formas de pensar o patrimônio e sua atribuição de valores.

As histórias de Vanderleia e Kassiane são de empoderamento, são de mulheres cujas vidas foram marcadas pela perda e o abandono da mãe, suas infâncias foram marcadas por relações com madrastas que não as queriam. Contudo, ao acionarem suas memórias elas não se colocam num lugar de vítima, muito pelo contrário, a reflexividade sobre as suas histórias as faz narrar e se verem como empoderadas, corajosas, que querem transmitir isso aos seus futuros alunos. Elas se abriram para a fala e para elas mesmas, acredito que elas caminharam para si e artesanaram a vida. Elas se auto desvelaram no ateliê, ao produzir discursos e artesanias empoderadas, confirmando a potência desse método, que propõe o diálogo, e demonstra que a vida partilhada, a troca e a união reconfiguram suas posições no mundo.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Intencionalidade, reflexividade, experiência e identidade em pesquisa (auto)biográfica: dimensões epistemo-empíricas em narrativas de formação. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FERREIRA, Márcia Santos. (Org.). **Perspectivas epistêmico-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Curitiba: CRV, 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Não paginado. [versão digital].

ALBUQUERQUE, Wesley Batista de. **Esclerose múltipla em rede: a circulação de afetos em narrativas de testemunho**. 2019, 191 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville - Univille, Joinville, 2019.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 115-127, jul. 2016. Tradução: Méri Frotscher.

BARROS, Andrea Almeida; TURATTI, Luciana. A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO, SEGUNDO A ONU, A UNESCO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 24, n. 1, p. 179-192, 2017.

BERNARDES, RK; VELLOSO, LM. Narrativas autobiográficas entre a arte, o corpo e o afeto. **Revista ambiente educação - Universidade Cidade de São Paulo**, vol. 9, nº 2, jul/dez, p.234-247, 2015.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184 p.

BORBA, Fernanda Mara. **O PATRIMÔNIO CULTURAL NO PERCURSO DO RECONHECIMENTO QUILOMBOLA EM SANTA CATARINA**. 2021. 388 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc, Florianópolis, 2021.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Texto Referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasil, DF: CNE, 2011.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011. Tradução de: Maria Leticia Ferreira.

CARDILLI, Carolina Fontolan. **A REGULAÇÃO DO PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE**: bens públicos globais, direito administrativo global e o desenvolvimento internacional. 2016. 58 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

CARVALHO, Aldair Nascimento. **CATUMBI & SENHORA DO ROSÁRIO SINHÔ REI E RAINHA Ô... O RECEBE A COROA Ô... AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO GRUPO CATUMBI E DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE ITAPOCU SOB O OLHAR DAS COMUNIDADES NEGRAS DE ARAQUARI E ENTORNO**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.

CASSIANO, Larissa. **Não há mais espaço para violência obstétrica contra mulheres negras**. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/colunas/larissa-cassiano/2021/11/17/violencia-obstetrica-contra-mulheres-negras.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CASTILHO, Suely Dulce de; SANTANA, Gonçalves Eva Almeida de. **ETNOSABERES E FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUILOMBOLAS: REFLEXÃO A PARTIR DO OLHAR DE DOCENTES**. *Expressa Extensão*, v.24, n.1, p. 40-54, jan-abr, 2019.

COELHO, Ilanil; URIBE, Daniel. A construção do conceito de “Patrimônio Cultural Imaterial”: (Des)conexões entre o discurso da Unesco e a legislação colombiana. In: GUSSO, Luana de C. S.; TOBAR, Felipe B. (Orgs.). **Ensaio sobre direito e patrimônio cultural na América Latina**. Florianópolis: EMais, 2018.

COLETIVO DE MULHERES CONAQ. Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existência negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020, p.45-50.

CORRÊA, Andrew Bernardo; MEIRA, Roberta Barros. Um patrimônio esmaecido: a produção açucareira, o beco do caminho curto e a presença quilombola em Joinville (SC). **Desenvolve**: Revista de Gestão do Unilasalle, Canoas, v. 10, n. 2, p. 01-09, jul. 2021.

COSTA, Rita de Cássia Fraga da; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte; SILVA, Carla Clauber da. Memórias e narrativas de idosos: formação cultural e experiência sensível na educação. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 53, p. 373-383, abr. 2018.

COSTA, Rita de Cássia Fraga da. **ARTESANIA**: formação cultural, construções identitárias e experiências sensíveis na terceira idade. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2019.

CUNHA, Dilney. **História do trabalho em Joinville**: gênese. Santa Catarina: Toda letra, 2008. 135 p.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: Defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos

Santos (Org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existência negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020, p. 25-44.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **A histórias de vida**: da invenção de si ao projeto de formação. Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB, 2014. 362 p.

DERRIDA, J. **Limited Inc.** Campinas, SP: Papyrus, 1930/1991. Tradução: C. M. Cesar.

FERNANDES, Rhuan Carlos; CARELLI, Mariluci Neis; MEIRA, Roberta Barros. Insurreições patrimoniais: os espaços negros no cemitério do imigrante em Joinville, SC. SOSSAI, Fernando (et al). **Patrimônio e sociedade**: desafios a futuro. Joinville – SC: Editora da Univille, 2020. Disponível em: <https://enipac2019.com/index.php/e-book/>.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 680 p. Tradução de: Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011. EPUB. Não paginado.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **PROCESSO 01420.011206/2013-18**: comunidade quilombola beco do caminho curto. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2019a. 34f. Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **PROCESSO 01420.102078/2019-06**: comunidade quilombola Ribeirão do Cubatão. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2019b. 33f. Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **PROCESSO 01420.011210/2013-78**: comunidade quilombola Itapocu. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2019c. 41f. Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **PROCESSO 01420.011208/2013-07**: comunidade quilombola Areias Pequenas. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2019d. 56f. Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultural, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, S.I, v. 26, n. 1, p. 106-115, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/7m7spDq5Xm6vNYFqmh89X7g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 out. 2021.

GOMES, Maria Goreti. Araquari: município desvenda a história e desperta para o progresso. **Jornal da Educação**. Joinville, p. 5-5. out. 2013. Disponível em: http://www.jornaldaeducacao.inf.br/jdownloads/Jornal%20da%20Educa%20o/Jornal_da_Educacao_273_-_Outubro_2013.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

GOMES, Maria Goreti. **Araquari**: primeiros moradores vieram pelo mar. primeiros moradores vieram pelo mar. 2007. Jornal da Educação. Disponível em: <http://www.jornaldaeducacao.inf.br/projeto-eu-vivo-aqui/araquari/245-araquari-primeiros-moradores-vieram-pelo-mar.html>. Acesso em: 07 jan. 2022.

GOMES, Flavio dos Santos. Quilombos/remanescentes de quilombos. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Não paginado. [versão digital].

GOMES, Nilma Lino. Nos contornos do corpo. *In*: GOMES, Nina Limo. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 249-293.

GOVERNO DE ARAQUARI. **Conheça Araquari**. Disponível em: <https://www.araquari.sc.gov.br/conheca-araquari>. Acesso em: 06 jan. 2022.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. A escravidão em uma colônia de “alemães”. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais [...]**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. Disponível em: <https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/ce32f47f210eaa845be52b665f264754.pdf>.

HALBWCHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990. Tradução de: Laurent Léon Schaffter.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

INCRA. **Regularização de Território Quilombola**: perguntas e respostas. S.I: S.N, [S.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

INCRA. **Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/reconhecimento-e-indenizacao-de-territorios-quilombolas>. Acesso em: 10 jan. 2022.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Natal: UFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

JOSSO, Marie-Christine. O corpo biográfico: corpo falado e corpo que fala. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 19-31, abr. 2012.

KOLB-BERNARDES, Rosvita; PEREIRA, Ana Cristina Carvalho. Atravessamentos no e com o corpo: narrativas estéticas na docência. **Revista @Mbienteeducação**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 68, 3 jan. 2019. Cruzeiro do Sul Educacional. <http://dx.doi.org/10.26843/ae19828632v12n12019p68a79>.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. **Textos e Debates**: Núcleo de estudos sobre identidades e relações interétnicas, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5-42, 1991.

MACHADO, Diego Finder. **Nós difíceis de desatar**: reaberturas do passado e sobreposições de narrativas patrimoniais sobre a presença negra em Joinville (SC). *Revista Confluências Culturais*, Joinville, SC, v. 7, n. 1, p. 21-35, mar. 2018.

MAFFIOLETTI, Leda de Albuquerque. Reflexões sobre o fundamento do método (auto)biográfico: inventando relações. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FERREIRA, Márcia Santos (org.). **Perspectivas epistêmico-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Curitiba: Crv, 2016. p. 51-65.

MARQUES, Tatiana Lee; MYCZKOWSKI, Rafael Schultz. Identidade tecida: rosana paulino costurando os sentidos da mulher negra. **Revista Estúdio, Artistas Sobre Outras Obras.**, S.l., v. 07, n. 13, p. 95-103, jan. 2016. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/38709/2/ULFBA_E_v7_iss13_p.95-103.pdf. Acesso em: 05 jan. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, I, Ouro Preto/MG, 2009. **Anais**. Brasília: IPHAN, 2012. v.2, tomo 1.

NEVES, Barbara das. A BIOPOLÍTICA EM ROBERTO ESPOSITO: imunidade e comunidade. **Complexitas**: Rev. Fil. Tem., Belém, v. 2, n. 2, p. 6-17, jul. 2017.

OLIVEIRA, Valeska, Fortes de. Narrativas autobiográficas docentes: o cinema como dispositivo de experiência formadora e “cuidado de si”. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FERREIRA, Márcia Santos. (Org.). **Perspectivas epistêmico-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Curitiba: CRV, 2016.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; KOLB-BERNARDES, Rosvita. Modos de falar de si: a dimensão estética nas narrativas autobiográficas. **Pro-Posições**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 161-178, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507611>.

PAULINO, Rosana. **Imagens de Sombra**. 2011. 98 f. Tese (Doutorado) - Curso de Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27159/tde-05072011-125442/publico/tese.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.

PANTOJA, Joicy Helena da Costa *et al.* OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: a questão da sexualização e objetificação da mulher negra no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: S.N, 2019. p. 1-10.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

REBELATTO, Martha. **Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX**. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Tradução de: Alain François [et. Al].

RICOUER, Paul. Os jogos com o tempo. Paul Ricoeur. In: RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 163-172. (Volume 2). Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar e revisão da tradução de Claudia Berliner.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017, 112p.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Livro em versão digital. Não paginado.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista Internacional de Direitos Humanos SUR**, v.13 n.24, p.99-104, 2016.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Política de educação escolar quilombola**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. 80 p.

SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: _____, *Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Não paginado. [versão digital].

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção Social da identidade e da diferença In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SOARES, Elza. A Carne. In: SOARES, Elza. **Do Cóccix Até O Pescoço**. Rio de Janeiro: Tratore, 2002.

SOUSA, Amária Campos de; LIMA, Débora Gomes; SOUSA, Maria Aparecida Ribeiro de. Da comunidade á universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas no Tocantins. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). **Mulheres Quilombolas**: territórios de existência negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro – Jandaíra, 2020, p. 88-96.

SOUZA, Sirlei. **Narrativas Imigrantes: tramas comunicacionais e tensões da imigração haitiana em Joinville/SC (2010-2016)**. 2019. 267f. Tese (Doutorado) – Curso de Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Sirlei de; PRATEAT, Jonathan; VICENZI, Tales (org.). **Quilombola**: um olhar sobre as populações afrodescendentes em joinville (sc) e região. Joinville: Univille, 2021. Ebook.

STEINKE, Valéria Fernanda Serpa. **O PATRIMÔNIO E O TURISMO**: um estudo sobre a construção da ideia de patrimônio mundial (unesco, 1960-1980). 2020. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2020.

SZYMCZAK, Maureen B. **Histórias de vida e patrimônio cultural: desafios do Museu da Pessoa**. 2018, 189f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville - Univille, Joinville, 2018.

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972. 1972. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por. Acesso em: 15 dez. 2021.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Brazil-PDF.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

UNESCO. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. Orientações para a inscrição de tipos específicos de bens na lista do patrimônio mundial: paisagens culturais. Paris, 22 jul. 2017. p. 68-70. Disponível em: <https://whc.unesco.org/document/169402>. Acesso em: 07 mar. 2020.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; BURITI, Roberta Fernandes. NARRATIVAS: ferramentas do campo patrimonial e potências de vidas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**. Salvador, v. 05, n. 14, p. 648-666, ago. 2020.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; ALBUQUERQUE, Wesley Batista. O que as práticas narrativas de testemunhos dizem sobre o Patrimônio Cultural? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 11, n. 21, p. 83-107, jul. 2019.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. Histórias de vida e patrimônio. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 87-104, jan. 2017.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; SZYMCZAK, Maureen Bartz. O poder do comum: comunidades narrativas, comunicação de vidas. **Panorama**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 20-25, ago-dez. 2017.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

ZANIRATO, S. H. Patrimônio da Humanidade: Controvérsias Conceituais e Legais na Definição de Bem Comum. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANNPAS, 2010.

ZERGER, Giomar Felipe. **CAIEIRAS DE ARAQUARI E ENTORNO: inquietações de um patrimônio**. 2014. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

APÊNDICE A – Contrato Biográfico

Contrato biográfico do Ateliê

Regra de envolvimento e voluntariado

Sou voluntária e, exceto em casos de força maior, concordo em participar das atividades oferecidas do "Ateliê Biográfico". Aceito socializar minha história de vida em grupo com liberdade para gerenciar meu grau de envolvimento. Assim, posso decidir livremente o que dizer ou não sobre minha história e meus escritos. No entanto, em nenhum caso devo me ocupar de maneira duradoura a posição única de "espectador" no grupo. Em algum momento durante o curso meu envolvimento pessoal deve ser efetivo.

Regra de confidencialidade

Os dados produzidos pelos participantes são estritamente confidenciais, só serão utilizados com fim de pesquisa e mediante acordo e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Regra de escuta e tolerância para ideias expressas

Comprometo-me com as pessoas que apresentam sua história a adotar uma atitude de escuta, bondade, respeito e tolerância. No entanto, a natureza dessa postura de escuta deve permanecer fundamentalmente dinâmica e questionadora. Portanto, comprometo-me a participar das discussões propondo hipóteses de trabalho com vistas à co-construção do conhecimento e evitando a armadilha da "interpretação selvagem".

Regra de interação

Quando socializo minha história permaneço "piloto" da interação que se segue. Sob essas condições, concordo em falar quando for o meu tempo para falar. Diante das perguntas dos participantes, reservo-me o direito de permanecer em silêncio e tenho a opção de não responder às perguntas feitas a mim. No entanto, aceito o princípio de uma atitude crítica ou dialética por parte de outros quando é apresentada como uma hipótese. Cada membro do grupo é, portanto, considerado um colaborador do desenvolvimento da minha história. No entanto, sou livre para não aceitar as hipóteses que me são oferecidas por terceiros. Concordo em permanecer com a câmera ligada durante todo o processo do ateliê para interagir com o grupo.

Regulamento

Com relação à regulamentação do grupo, a pesquisadora Bruna de Souza Medina é responsável pela estrutura proposta. A gestão do tempo de socialização dos participantes não segue necessariamente uma estrita discriminação por paridade.

Deveria, de fato, "deixar o tempo ao tempo" e ajustar o prazo de acordo com as necessidades de cada um. No entanto, esse requisito deve ser exercido dentro dos limites de uma operação, permitindo a cada participante a possibilidade de trabalhar e trocar sua história e / ou suas produções escritas.

ANEXO A – Autorização de Publicação

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) a disponibilizar em ambiente digital institucional, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e/ou outras bases de dados científicas, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data 05/05/2022.

1. Identificação do material bibliográfico: () Tese (X) Dissertação () Trabalho de Conclusão

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Autor: Bruna de Souza Medina

Orientador: Raquel Alvarenga Sena Venera Coorientador: Não se aplica

Data de Defesa: 25/02/2022

Título: Artesanar-se: “Um caminho para si” de mulheres acadêmicas do curso de licenciatura educação escolar quilombola através da pesquisa-formação

Instituição de Defesa: Universidade da Região de Joinville - Univille

3. Informação de acesso ao documento:

Pode ser liberado para publicação integral (X) Sim () Não

Havendo concordância com a publicação eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese, dissertação ou relatório técnico.

Bruna de Souza Medina

Assinatura do autor

Joinville, 05 de maio de 2022

Local/Data